



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Maria das Mercês Simões Dias Bobone Fernandes

LUANDA NO ESTADO NOVO
PLANOS URBANOS (DE 1941-1952)

Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura,
orientada pela Professora Doutora Antonieta Ferreira Reis Leite Porto
e apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia
da Universidade de Coimbra.

Julho de 2021

LUANDA NO ESTADO NOVO
PLANOS URBANOS (DE 1941-1952)

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura

Universidade de Coimbra | Faculdade de Ciências e Tecnologia
Departamento de Arquitetura

Coimbra, Julho 2021

A presente Dissertação segue o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.
A norma utilizada é a Chicago, modo Referência Bibliográfica e Citação.

AGRADECIMENTOS

À Professora Antonieta Reis Leite, pela disponibilidade, apoio, preciosas sugestões e dedicação que demonstrou ao longo da elaboração deste trabalho, e também por me ter mostrado o interesse da investigação no campo da arquitetura.

Ao Professor Nuno Correia, pelo material fornecido e pelo acesso ao Arquivo do Departamento de Arquitetura, que foram extremamente úteis para a realização deste trabalho.

À Professora Alice Santiago Faria, cuja orientação na visita ao Arquivo do Departamento de Arquitetura facilitou a identificação e recolha do material fotográfico que se revelou essencial para a compreensão do tema da tese.

Aos amigos que o curso e a academia me trouxeram.

Às amigas Carolina, Rute, Mariana e Teresa, que ao longo destes anos foram fontes de força e pilares de apoio constante e porto seguro.

Aos Avós, pelo constante interesse no trabalho, e pelas discussões que em parte despertaram a curiosidade que levou à escolha do tema da dissertação.

E por fim, aos meus pais e à Kika, pelo apoio e amor incondicional que demonstraram ao longo deste percurso. Foi essencial.

RESUMO

No período do Estado Novo, entre os anos de 1933 a 1974, Portugal tenta afirmar-se no panorama político internacional de diversas formas. As colónias sob domínio português serviam também o propósito de demonstrar a retórica do Estado Novo, nomeadamente que Portugal não era um país pequeno e que na verdade a sua dimensão era relevante no contexto internacional, estendendo-se por além-mar para lá das fronteiras europeias. Nesse período o Estado Novo investe fortemente nas colónias ultramarinas, em particular em Angola e Moçambique, fomentando a migração de colonos da metrópole, com o objetivo não só da exploração do território, mas de se impor como cultura dominante. Nesse âmbito a arquitetura e o urbanismo foram ferramentas fundamentais para o processo de colonização.

A presente dissertação estuda precisamente essa relação entre planeamento urbano e colonialismo, a partir da análise dos planos concebidos para a capital de Angola, Luanda, no intervalo de 1941 a 1952. Através da análise de três planos, o Plano de Urbanização para a cidade de Luanda, por Étienne de Gröer e David Moreira da Silva, em 1941-1943, o trabalho de Vasco Vieira da Costa, Luanda – a Cidade Satélite nº3, de 1948, e por último o Plano Urbano para a cidade de Luanda, de João António Aguiar, de 1949-1952, foi possível observar e compreender 1) como a utilização de modelos europeus de planeamento – no caso, o modelo da Cidade-Jardim, de Ebenezer Howard – foi adaptada ao continente africano e às estratégias coloniais portuguesas; 2) como o modelo sociológico do Luso-tropicalismo de Gilberto Freyre, serviu como argumento para a aplicação da estratégia colonial pretendida pelo Estado Novo; e 3) como estes planos estratégicos para o desenvolvimento e ordenamento do território, mesmo sem nunca terem entrado integralmente em vigor, foram ferramentas para o regime do Estado Novo deixar a sua marca nesta cidade.

Palavras-chave: Luanda, Planos, Estado-Novo, Colonialismo, Cidade-Jardim, Lusotropicalismo

ABSTRACT

During the Estado Novo period, between the years 1933 to 1975 Portugal tried to assert itself in the international political scene in different ways. The colonies under Portuguese rule also served the purpose of demonstrating the rhetoric of the Estado Novo, namely that Portugal was not a small country and that in fact its size was relevant in the international context, extending overseas beyond the European borders. During this period, the Estado Novo invested heavily in the overseas colonies, particularly in Angola and Mozambique, encouraging the migration of settlers from the metropolis, with the objective not only of exploring the territory, but of imposing itself as the dominant culture. In this context, architecture and urbanism were fundamental tools for the colonization process.

This dissertation studies precisely this relationship between urban planning and colonialism, from the analysis of plans conceived for the capital of Angola, Luanda, in the period 1941 to 1952. Through the analysis of three plans, the Plano de Urbanização para a cidade de Luanda, by Étienne de Gröer and David Moreira da Silva, in 1941-1943, the work of Vasco Vieira da Costa, Luanda – Cidade Satélite nº3, from 1948, and finally the Plano Urbano para a cidade de Luanda, by João António Aguiar, from 1949-1952, made it possible to observe and understand 1) how the use of European planning models – in this case, the Jardim Cidade model, by Ebenezer Howard – was adapted to the African continent and Portuguese colonial strategies; 2) as the sociological model of Gilberto Freyre's Lusotropicalism, it served as an argument for the application of the colonial strategy intended by the Estado Novo; and 3) how these strategic plans for the development and planning of the territory, even though they were never fully effective, were tools for the Estado Novo regime to leave its mark on this city.

Key-words: Luanda, Plans, Estado-Novo, Colonialism, Garden City, Lusotropicalismo

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO.....	3
Estado da Arte.....	9
Conceitos prévios uma breve apresentação:	
Luso-tropicalismo e o modelo da Cidade-Jardim.....	19
<u>PARTE I</u>	23
O IMPÉRIO, ANGOLA e LUANDA - BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO.....	25
O URBANISMO EM PORTUGAL NA DÉCADA DE 1940.....	41
Luso-tropicalismo, a Arquitetura e o Urbanismo.....	51
A Cidade-Jardim.....	71
<u>PARTE II</u>	83
- O Plano de Urbanização para a Cidade de Luanda – 1941-1943.....	85
- O Arquiteto Étienne de Gröer	87
- O Arquiteto David Moreira da Silva.....	97
- Análise do plano.....	107
- Luanda - a Cidade Satélite nº 3 – 1948	125
- O Arquiteto Vasco Vieira da Costa.....	127
- Análise do plano.....	131
- Plano Urbano para a cidade de Luanda – 1949-1952.....	145
- O Arquiteto João António Aguiar.....	147
- Análise do plano.....	151
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	157
ANEXOS.....	175
BIBLIOGRAFIA	181

INTRODUÇÃO

Esta dissertação estuda a arquitetura e, sobretudo, o urbanismo praticados nas colónias ultramarinas na época do regime do Estado Novo, partindo da análise a três planos para a cidade colonial de Luanda, em Angola, designadamente – o *Plano de Urbanização para a Cidade de Luanda* (1941-1943), o trabalho *Luanda- a Cidade Satélite nº 3* (1948), e o *Plano Urbano para a Cidade de Luanda* (1949 - 1952).

Os três planos podem considerar-se coetâneos, não obstante sequentes, por serem produzidos todos na mesma década de 1940. Além disso, embora sejam de diferentes autores, por se desenvolverem na mesma cidade, no mesmo espaço temporal – a década de 1940 – e por seguirem modelos urbanísticos semelhantes, considero que constroem uma boa base relacional para explorar o tema pretendido, oferecendo um estudo de caso individualizado e diferenciado. Por outro lado, sabe-se que nenhum dos planos foi integralmente concretizado, pelo que os contributos que deixaram, sucessivamente, e finalmente à cidade construída é também em si um tema a tratar.

Embora tenham existido outros planos para a cidade de Luanda realizados nesta época e também neste contexto colonial, a escolha destes em específico deve-se ao facto de todos eles estarem, de certo modo relacionados. Nomeadamente, nos três planos estudados nesta dissertação é possível reconhecer uma semelhança na lógica estratégica utilizada. Além disso, tendo em consideração que o primeiro plano estudado, de Étienne de Gröer e David Moreira da Silva, de 1943, acaba por servir de base para os dois planos seguintes, é ainda assim possível observar uma evolução de plano para plano. Não obstante, ao passo que o primeiro plano apresenta ainda um traçado muito tradicionalista, os seguintes já demonstram um traço mais moderno, acompanhando as tendências e a evolução tecnológica da época, relevando-se um conjunto de estudo útil no âmbito da história da arquitetura e urbanismo também por isso.

Quanto à estrutura da dissertação, esta funciona em modo de aproximação ao tema principal a explorar – os planos de urbanização para a cidade de Luanda na década de 40 do século XX. A primeira parte vai focar-se maioritariamente em fornecer um contexto

histórico, social e político à problemática em estudo, e na segunda parte far-se-á uma análise histórico-morfológica da questão arquitetónica e urbanística dos planos.

Assim, a primeira parte apresenta dois capítulos principais, o primeiro dedicado à exposição do contexto histórico e político do processo colonial português, focando em especial no caso da colónia portuguesa angolana de Luanda, e qual o papel que esta representou para Portugal ao longo do tempo como ferramenta de afirmação política num quadro internacional – e um segundo capítulo onde analiso e apresento de forma mais aprofundada dois modelos – um sociológico e outro urbanístico, respetivamente o Luso-tropicalismo e o modelo da Cidade-jardim – que considero serem fulcrais para se compreender o processo de colonização e como a arquitetura e urbanismo foram utilizados como ferramentas de domínio e controlo do espaço e da população, não só em Luanda, mas em todos os territórios coloniais ultramarinos.

Tendo em consideração que esta dissertação tem o seu foco na cidade angolana de Luanda na década de 40 e início da década de 50 do século XX, considera-se pertinente haver uma análise mais aprofundada sobre a história desta colónia ultramarina, qual a importância que teve para o império colonial Português. Será assim traçada uma breve linha temporal sobre a história deste território onde se mostra também de que forma as influências que entram em Luanda (quer a influência do modelo urbano da Cidade-Jardim, quer do poder exercido pelo Estado português) marcaram o seu desenvolvimento ao longo do tempo, focando de modo abrangente a época do Estado Novo.

A segunda parte da dissertação, inicia-se com a apresentação cronológica dos três planos estudados – o primeiro, de 1941 a 1943, o *Plano de Urbanização para a Cidade de Luanda*, por Étienne de Gröer e David Moreira da Silva, o segundo do arquiteto Vasco Vieira da Costa *Luanda- a Cidade Satélite nº 3*, de 1948, que na realidade se trata de um trabalho académico, apresentado no âmbito da realização da prova para obtenção do diploma de arquiteto no Instituto de Urbanismo da Faculdade de Ciências de Paris, e por último, o *Plano Urbano para a Cidade de Luanda*, de 1949 a 1952, pelo arquiteto João António Aguiar.

Aqui é também apresentada uma breve biografia dos autores dos respetivos planos. Pretendo com isto demonstrar, não só quais as influências que cada um dos arquitetos responsáveis tinha recebido e imprimido nos respetivos planos, mas também expor de que forma estes marcaram o panorama arquitetónico e urbanístico português à época. Depois, é feita uma apresentação e análise dos planos escolhidos, não só dos modelos que seguem e de como foram desenhados, adaptando-se às condições específicas do território, mas também quais são as semelhanças e diferenças entre os outros três. Esta análise é principalmente histórica e morfológica, mas também aborda o impacto a nível sociológico que estes planos tiveram, atendendo ao facto de terem

sido encomendados pelo Regime do Estado Novo para um território colonial.

O material bibliográfico e as fontes recolhidas foram organizadas no sentido de responder a algumas questões concretas que considero pertinentes para compreender o contexto específico destes planos. São elas:

- de que forma o modelo sociológico do Luso-tropicalismo se vê espelhado nos planos aqui explorados?
- de que forma é que o urbanismo, no geral, e mais especificamente o modelo da Cidade-Jardim se adaptam e funcionam como ferramentas de afirmação da presença do Estado Novo nas colónias?
- quais as semelhanças, e maiores diferenças que existem e se podem observar nos três planos em análise?
- seriam os planos viáveis, caso se tivessem vindo a concretizar, tendo em consideração que responderiam a uma série de exigências feitas pelo regime em vigor?

Para a realização deste trabalho recorri a informação recolhida de livros, dissertações de Doutoramento e mestrado, bem como material gráfico, como plantas e diagramas, e registos fotográficos. Parte importante do referido material fotográfico pertence ao espólio de Étienne de Gröer pertencente à coleção de Santiago Faria, que de momento se encontra à guarda do Arquivo do Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra. As fotografias mostram os diversos locais por onde os arquitetos do primeiro plano em análise – o Plano de Urbanização para a Cidade de Luanda, de Étienne de Gröer e David Moreira da Silva – passaram durante a viagem feita às colónias ultramarinas portuguesas, incluindo a cidade de Luanda, bem como imagens de uma planta do referido plano que, por não ter sido possível localizar a planta original, permitiu-me realizar uma recriação da mesma em formato CAD. Este material fotográfico destaca-se por ser inédito, nunca tendo sido analisado nos trabalhos referentes a este plano.

A história do processo de colonização de Angola, com enfoque especial no século XVIII quando o processo se tornou territorial, foi clarificada por Catarina Madeira Santos em “*Administrative knowledge in a colonial context: Angola in the eighteenth century*”¹. Neste texto apresentam-se, de forma completa, as diversas fases do referido processo de colonização, com o auxílio de documentação que permite o entendimento, em profundidade, das ideias que guiaram a colonização portuguesa em território angolano.

Este contexto é complementado, com o enfoque direto sobre o urbanismo e arquitetura durante a época contemporânea, pelo Doutoramento de Maria Manuela Afonso da Fonte “*Urbanismo e Arquitectura em Angola: de Norton de Matos à Revolução*”². Nesse trabalho a autora apresenta a história da presença portuguesa em Angola, identificando as diversas fases de intervenção colonial portuguesa e debruçando-se sobre várias cidades angolanas, incluindo também Luanda. No conjunto, estas duas obras permitem entender o processo de colonização de Angola e em particular Luanda, bem como enquadrar, ainda que de forma breve, os planos urbanísticos explorados com pormenor na presente dissertação.

Por outro lado, a contextualização genérica da evolução do urbanismo português na época do Estado Novo, está já feita na obra “*Planos de Urbanização: a época de Duarte Pacheco*”³, de Margarida Sousa Lôbo. Por esta razão, esta obra serviu de suporte para a compreensão de como surgiram diversos modelos urbanos europeus (como é o caso do modelo da Cidade-Jardim) que se verificaram de grande importância para a evolução do urbanismo português, bem como quais as ideias e urbanistas relevantes para o período retratado nesta dissertação. Para além disso a obra permitiu entender melhor como o regime ditatorial do Estado Novo e as regras impostas por este, delinearão o avanço do urbanismo em Portugal, como expressão material do próprio regime.

Com a presente dissertação, pretendi igualmente enquadrar esses planos urbanísticos além da sua história material, integrando também a dimensão política, no sentido de compreender como o urbanismo e a arquitetura foram utilizados pelo regime. Assim, precisei de analisar a relação entre os planos e o Luso-tropicalismo, a partir da obra de Gilberto Freyre - *Casa grande & senzala*⁴, pois é nesta obra que os princípios base da teoria de Freyre são lançados. Conteí, também, com o auxílio de diversos textos

1 Catarina Madeira Santos, «Administrative knowledge in a colonial context: Angola in the eighteenth century», *The British Journal for the History of Science* 43, n. 4 (2010): 539–56.

2 Maria Manuela Afonso da Fonte, «Urbanismo e Arquitectura em Angola: de Norton de Matos à Revolução» (Tese de Doutoramento em Planeamento urbanístico, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2006), DCST - Teses de Doutoramento / Ph. D. Thesis BFA - Teses de Doutoramento / Ph. D. Thesis (lisboa), <http://hdl.handle.net/10400.5/2027>.

3 Margarida Sousa Lôbo, *Planos de urbanização: a época de Duarte Pacheco*, 2ª ed, Série 1 : Ensaios 5 (Porto: FAUP Publicações, 1995).

4 Gilberto Freyre et al., *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, 51ª edição, 10ª reimpressão, Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil 1 (São Paulo: Global Editora, 2006).

de Cláudia Castelo que ajudaram na compreensão do tema e do contexto histórico em que este se insere, expondo os contornos políticos que influenciaram a utilização deste modelo sociológico a favor do regime do Estado Novo.

Para uma melhor compreensão do encaixe do tema no campo da arquitetura e do urbanismo, os textos de Ana Vaz Milheiro revelaram-se essenciais. A arquiteta e investigadora expõe a forma como o modelo de Luso-tropicalismo influencia e afeta a produção arquitetónica e urbanística em Portugal e respetivas colónias, por exemplo na obra “*Nos trópicos sem Le Corbusier*”⁵, onde, através de uma compilação de relatos de diversos profissionais das áreas de urbanismo e arquitetura são apresentadas diversas visões de carácter histórico-morfológico sobre o tema. Nesta obra são ainda dados exemplos de outros planos e obras arquitetónicas realizadas na época do Estado Novo, que não apenas os que se estudam em profundidade nesta dissertação. Esta abordagem permitiu alargar o campo de visão sobre a questão, em particular, como um modelo sociológico como o Luso-tropicalismo se conjuga com a arquitetura.

Se a teoria de Freyre respondia à dimensão sociológica da colonização, a Cidade-Jardim foi o modelo urbanístico eleito pelos urbanistas a aplicar e adaptar ao território colonizado. Para melhor compreender o tema da Cidade-Jardim as obras de Robert Beevers, *The Garden City Utopia- a critical biography of Ebenezer Howard*⁶, e *From Garden City to Green City- The Legacy of Ebenezer Howard*⁷, de Stephen V. Ward, fornecem informação que permite entender também de que modo se desenvolveu a ideia de Ebenezer Howard, quais as alterações que sofreu e quais as razões para tal ter acontecido. Deram uma ideia aprofundada de como é que o modelo de cidade de Ebenezer Howard funcionava, quer nos aspetos de desenho urbano, quer no que diz respeito às mudanças e adaptações que a sociedade de então teria de sofrer para o funcionamento deste modelo. Esta adaptação era necessária pois o modelo da Cidade-Jardim tratava-se de uma visão de cidade que propunha uma alteração da vida quotidiana da população, com a divisão das áreas de trabalho, lazer e habitar.

Já quanto à introdução da Cidade-Jardim no panorama urbanístico de Portugal metropolitano e também em territórios ultramarinos coloniais, a obra de Margarida Sousa Lôbo, *Planos de Urbanização – a época de Duarte Pacheco*⁸, ajuda a entender quem foram os principais agentes que fizeram com que este modelo se comesse a utilizar nos projetos urbanos do Estado Novo. Este esclarecimento é feito através da nomeação dos arquitetos, quer estrangeiros quer portugueses, que marcaram este período do urbanismo português,

5 Ana Vaz Milheiro, «Nos Trópicos sem Le Corbusier», em *Nos Trópicos sem Le Corbusier - Arquitectura luso-africana no Estado Novo* (Relógio d'Água Editores, 2012), 460–75.

6 Robert Beevers, *The Garden City Utopia: a critical biography of Ebenezer Howard*, 1ª edição (The MacMillan Press LTD, 1988).

7 Kermit Carlyle Parsons e David Schuyler, *From Garden City to Green City- The Legacy of Ebenezer Howard*, 1ª edição (The Johns Hopkins University Press, 2002).

8 Margarida Sousa Lôbo, *Planos de urbanização: a época de Duarte Pacheco*, 2ª ed, Série 1 : Ensaio 5 (Porto: FAUP Publicações, 1995).

expondo aqueles que mais defensores eram do modelo de Howard. Nesta dissertação, a análise foca sobretudo as alterações que este modelo sofreu para servir o objetivo da colonização e as necessidades do Estado Novo, bem como de que modo se adaptou ao território africano e ao clima. Para compreender a forma como o Estado o utilizou como ferramenta de propaganda subtil dos seus ideais, revelou-se fundamental o artigo *A apropriação tropical da Cidade Jardim - o caso moçambicano*⁹, de Mário G. Fernandes e Rui Mendes, por expor e analisar esta problemática concreta.

No que diz respeito às biografias dos arquitetos responsáveis pelos planos, em estudo nesta dissertação, ainda que de forma dispersa, são diversas as obras que permitem reunir de forma muito completa informação referente aos seus percursos. No caso de Étienne de Gröer (1882-1952), revela-se essencial a tese de Doutoramento do arquiteto José Manuel Santiago Faria, *Étienne de Groer Urbaniste à la ville de Coimbra*¹⁰, por apresentar de forma extensa e detalhada o percurso de vida do urbanista, expondo o seu percurso académico, as suas influências e o seu trabalho enquanto urbanista, quer primeiramente no estrangeiro, quer mais tarde quando este se fixa em Portugal. Por estas mesmas razões, mas referindo-se ao arquiteto português David Moreira da Silva (1909-2002), a tese de Doutoramento de Maria do Carmo Marques Pires *O Atelier de Arquitetura/Urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins*¹¹, representa uma fonte essencial de informação para o desenvolvimento deste tópico.

No caso do Plano de Urbanização para a cidade de Luanda, realizado pelos arquitetos Étienne de Gröer e David Moreira da Silva, foi difícil encontrar os documentos originais referentes ao plano, dificuldade sentida previamente por investigadores e arquitetos que pretenderam explorar o tema. Por esta razão, a análise baseou-se nos desenhos que fazem parte do trabalho *“Luanda – Cidade Satélite nº 3”*¹², do arquiteto Vasco Vieira da Costa, onde constam também descrições do plano e dos processos prévios que envolveram a sua elaboração (como por exemplo, inquéritos demográficos e estudos do terreno de Luanda), ainda que de forma resumida, mas suficientemente detalhada, integrando uma memória descritiva do plano e do processo pelo qual este passou, que, por sua vez, se baseou nos textos originais do documento de Étienne de Gröer e David Moreira da Silva.

Da mesma forma o capítulo *The Plano de Urbanização da Cidade de Luanda*, de Teresa Marat-Mendes e Mafalda Teixeira de Sampayo, presente na obra *Urban Planning in*

9 Mário G. Fernandes e Rui Mendes, «A apropriação tropical da Cidade -Jardim - o caso moçambicano», *Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento de Território- Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2013.

10 José Manuel Santiago Faria, «Étienne de Groer Urbaniste à la ville de Coimbra» (Paris, Université de Paris i Panthéon - Sorbonne, 2000).

11 Maria do Carmo Marques Pires, «O Atelier de Arquitetura/Urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins : Visibilidade da memória» (Porto : [Edição do Autor], 2012), <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/67327>.

12 Vasco Vieira da Costa, «Luanda: Plano para a cidade satélite N°3» (Porto, Escola Superior de Belas Artes do Porto - Curso de Arquitectura, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Engenharia da Universidade de Angola, 1948).

*Lusophone African Countries*¹³, onde se encontra uma descrição do processo necessário para a realização do plano, baseada em pesquisas anteriores sobre este, auxiliou na compreensão do processo burocrático e funcional do *Plano de Urbanização para a cidade de Luanda* de De Gröer e Moreira da Silva. Esta obra representa a maior fonte de informação, abrangendo quer o processo político que ocorreu em Portugal continental até à elaboração do plano, quer identificando as exigências e alterações que este teria de respeitar. Também a tese de Doutoramento “*Urbanismo e Arquitectura em Angola – de Norton de Matos à Revolução*”¹⁴, de Maria Manuela Afonso da Fonte, acrescentou informações referentes aos valores demográficos pensados para o referido plano de Luanda.

Para além das descrições encontradas nestas obras, as já referidas fotografias disponíveis no Arquivo do Departamento de Arquitectura, permitiram, não só um maior entendimento do local da intervenção – a cidade de Luanda – mas também ajudar a traçar um percurso da viagem, que ocorre entre 1940 e 1943, dos arquitetos De Gröer e Moreira da Silva às colónias ultramarinas portuguesas, por retratarem as cidades, aldeias e povoações que os técnicos visitam, mas também qual o tipo de paisagens que observam.

O catálogo da Exposição *Urbanismos de Influência Portuguesa*, organizada pela UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa) e pela FAUL (Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa), contém ainda uma planta de zoneamento do Plano para a Cidade de Luanda de De Gröer e Moreira da Silva, à escala 1/10 000, que permitiu ter uma noção de qual a proposta de organização da cidade de Luanda, sendo assim mais um elemento útil para a análise desta proposta.

Também a página web da Biblioteca Digital Luso-Brasileira¹⁵ foi uma ótima fonte para fotografias, quer de plantas de Luanda ao longo dos anos, como de registos históricos, que ajudaram na compreensão do desenvolvimento quer da cidade a nível urbano quer, dos acontecimentos históricos que iam acontecendo nesta colónia.

Sobre Vasco Vieira da Costa (1911-1982), a obra já referida, “*Luanda – Cidade Satélite nº 3*”, foi a fonte mais importante, não só para compreender o seu percurso como arquiteto, mas também no que diz respeito à análise da proposta para a cidade satélite. Esse trabalho forneceu informações principalmente sobre o contexto da formação académica de Vasco Vieira da Costa, através de dois textos que constam no início do livro, da autoria de Manuel Correia Fernandes e Manuel Augusto Soares Mendes, biografia complementada com a informação retirada da página de internet da Universidade do Porto onde foi aluno¹⁶.

Já no que diz respeito à proposta em si, por o referido trabalho conter uma memória descritiva extensa e detalhada, onde estão presentes cada um dos componentes intervenientes

13 Carlos Nunes Silva, *Urban Planning in Lusophone African Countries* (Routledge, 2016).

14 Fonte, «Urbanismo e Arquitectura em Angola».

15 Biblioteca Digital Luso-Brasileira: <https://bdlb.bn.gov.br/>

16 https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20u.porto%20-%20vasco%20vieira%20da%20costa

do plano, juntamente com os desenhos e esquemas que o representam, permitiu fazer a análise pretendida. Esta análise foi auxiliada pela informação presente na tese de Maria Manuela Afonso Fonte¹⁷, já referida anteriormente, que oferece uma perspetiva que ajuda a complementar a minha análise, por expor de que forma este plano se enquadra no local e situação existente em Angola, e mais especificamente Luanda, enquanto colónia, compilando diversas fontes onde o trabalho de Vasco Vieira da Costa é abordado.

Por último, sobre o arquiteto João António Aguiar e respetivo plano realizado para Luanda (1949), a principal fonte de informação foi, mais uma vez a obra de Margarida Sousa Lôbo, *Planos de Urbanização – a época de Duarte Pacheco*, por apresentar não só uma curta biografia do arquiteto, bem como uma cronologia do seu percurso, que foi complementada por informações presentes em outras obras.

Para o plano da sua autoria, esta obra também foi de elevada importância, tendo recorrido, no entanto, a outros trabalhos – como as teses de Doutoramento *O “Património” do Movimento Moderno em Luanda*¹⁸, de Maria Alice Vaz de Almeida Mendes Correia, e *Luanda, Cidade (Im)previsível? - governação e transformação urbana e habitacional: paradigmas de intervenção e resistências do novo milénio*¹⁹, de Sílvia Leiria Viegas. Estas obras permitiram complementar a análise com informações mais precisas sobre o plano, e pormenores da sua elaboração, referindo datas de contratos, o que estava decidido nestes, um número de intervenientes externos que acabam por influenciar o curso da elaboração do plano, e mesmo razões políticas por de trás de certas decisões que rodearam este plano, e que acabam também por ter um impacto na sua definição material.

17 Fonte, «Urbanismo e Arquitectura em Angola».

18 Maria Alice Vaz de Almeida Mendes Correia, «O “Património” do Movimento Moderno em Luanda (1950-1975)» (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitectura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, 2012).

19 Sílvia Leiria Viegas, «Luanda, Cidade (Im)previsível? - governação e transformação urbana e habitacional: paradigmas de intervenção e resistências do novo milénio» (Doutoramento em Arquitectura, Lisboa, Portugal, Universidade de Lisboa - Faculdade de Arquitectura, 2015).

Conceitos Prévios, uma breve apresentação: Luso-tropicalismo e o modelo da Cidade-Jardim

Ainda antes de avançar sobre a matéria concreta da tese, julgo importante introduzir, mesmo que brevemente, dois conceitos que influenciaram em muito a pesquisa feita para esta dissertação e que serão referenciados amiúde daqui para a frente. São eles o modelo sociológico do Luso-tropicalismo e o modelo urbano da Cidade-Jardim, que revelaram ter um grande peso na forma como foram elaborados os planos em estudo neste trabalho.

No que respeita ao Luso-tropicalismo, em síntese, pode dizer-se que foi um modelo social introduzido pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, na segunda metade do século XX, e apropriado pelo Estado Novo português após a Segunda Guerra Mundial, quando existe uma necessidade de justificar a presença portuguesa nas colónias ultramarinas quando a comunidade internacional começou a dar uma importância e atenção redobrada à questão dos direitos humanos, como será explicado mais à frente. As bases desta teoria surgiram na obra de Freyre em *Casa-grande & Senzala*²⁰, publicada em 1933, e baseavam-se na análise da experiência que os colonizadores portugueses tinham tido no Brasil. Só mais tarde, em 1940, este entendimento se estende às restantes colónias ultramarinas, aquando da publicação da obra *O mundo que o português criou*, também por Gilberto Freyre, onde o autor explica que a sua teoria, até então aplicada apenas ao Brasil, também se podia observar nas colónias africanas.

Este modelo sociológico defendia a grande adaptabilidade dos portugueses aos territórios tropicais, que derivava da sua “*empatia inata e criadora*”²¹. Esta suposta plasticidade do povo português, perante novas culturas, dever-se-ia ao facto de a própria cultura portuguesa ser uma mistura de culturas que permitiam que o povo facilmente se integrasse, e se deixasse integrar, por outras gentes. Isto teria acontecido através do contacto prolongado, não só com os povos mouros que ocuparam o território da Península Ibérica onde Portugal haveria de nascer, mas também com os judeus da Península Ibérica – que se faz sentir mais fortemente através da “*miscigenação e interpenetração de culturas*”²².

Segundo Freyre, a predisposição do povo português para uma adaptação rápida e confortável a novas realidades – falando quer de realidades de clima, quer culturais ou sociais – em muito contrastaria com aquela que se observava nos povos do Norte da Europa. Estes apresentavam grandes dificuldades em se introduzirem e adaptarem a novos sítios e climas, sendo que muitas vezes se observava rapidamente um esmorecimento por parte destes²³. O

20 Cláudia Castelo, «O luso-tropicalismo e o colonialismo português tardio | BUALA», 5 de Março de 2013, <https://www.buala.org/pt/a-ler/o-luso-tropicalismo-e-o-colonialismo-portugues-tardio>.

21 Castelo, «O luso-tropicalismo e o colonialismo português tardio | BUALA».

22 Castelo, «O luso-tropicalismo e o colonialismo português tardio | BUALA». – “*A aptidão do português para se relacionar com terras e gentes tropicais, a sua plasticidade intrínseca, resultaria da sua própria origem étnica híbrida, da sua “bi-continentalidade” e do longo contacto com mouros e judeus na Península Ibérica, (...)*”

23 Freyre et al., *Casa-grande & senzala*. Pag. 73-77. - “*Outros europeus, estes brancos, puros, dólico-*

facto de que o povo português contava com uma cultura influenciada tanto por costumes e hábitos europeus, como também fortemente marcada por influências africanas, justificaria, no imaginário colonial da época, a maior facilidade de domínio de Portugal sobre outros povos, ao contrário de outras potências colonizadoras, como eram a inglesa, holandesa e francesa, que encontravam mais dificuldades em se adaptar a estes climas estranhos.²⁴

Em suma, Freyre defendia que através da mistura de que é feito o povo português, sobressaíam três características que possibilitaram a existência desta dualidade na cultura e identidade Portuguesa. São elas a MOBILIDADE, a MISCIBILIDADE e a ACLIMATIBILIDADE, que serão exploradas em profundidade mais à frente.

O modelo urbano da Cidade-Jardim, foi apresentado por Ebenezer Howard (urbanista inglês que viveu entre 1850 e 1928) pela primeira vez em 1898, que, motivado pelas más condições de vida que se faziam sentir na cidade liberal em Inglaterra, publica o livro *To-morrow*, (publicado em 1898, numa primeira edição, título que na segunda edição muda para *Garden-cities of To-morrow*). Nesta obra é proposta uma alternativa aos problemas urbanos e rurais então existentes. Estes problemas derivavam maioritariamente da sobrepopulação que se fazia sentir nas cidades da época, fruto da migração do campo para as cidades, sendo que a solução proposta pelo autor passava pela comunhão da cidade e do campo num só espaço.²⁵

A teorização e desenvolvimento deste modelo contribuiu muito para o avanço do próprio conceito de planeamento urbano, que passa a ser visto como algo mais estratégico, dando-se mais atenção e importância a legislação que permitisse um maior controlo desta disciplina. Esta “chave mestra” do modelo urbano que Howard propunha incluía, como referido anteriormente, não só reformas no campo de desenho da cidade, mas sugeria que estas mudanças no planeamento teriam por base alterações no campo social, que passavam por reformas na governação das cidades, cuidado das mulheres, crianças e idosos, estímulo da prática agrícola, entre outros. Seria assim uma proposta de reformulação da sociedade de modo a atingir a cidade ideal.

Este modelo urbano foi introduzido em Portugal por urbanistas estrangeiros, designadamente Étienne de Gröer, na época do Estado Novo e torna-se uma ferramenta para a implementação de uma nova imagem de cidade pretendida pelo regime em vigor, como será explorado mais adiante, e como será visível nos planos em estudo.

louros habitantes de clima frio, ao primeiro contato com a América equatorial sucumbiriam ou perderiam a energia colonizadora, a tensão moral, a própria saúde física, mesmo a mais rija, como os puritanos colonizadores de Old Providence; os quais, da mesma fibra que os pioneiros da Nova Inglaterra, na ilha tropical se deixaram espapaçar em uns dissolutos e moleirões.”, pag. 74

24 Freyre et al., Casa-grande & senzala. Pag. 66

25 Renato Saboya, «Ebenezer Howard e a Cidade-Jardim - Urbanidades - Urbanismo, Planeamento Urbano e Planos Diretores», 13 de Outubro de 2008, <https://urbanidades.arq.br/2008/10/13/ebenezer-howard-e-a-cidade-jardim/>.

PARTE I

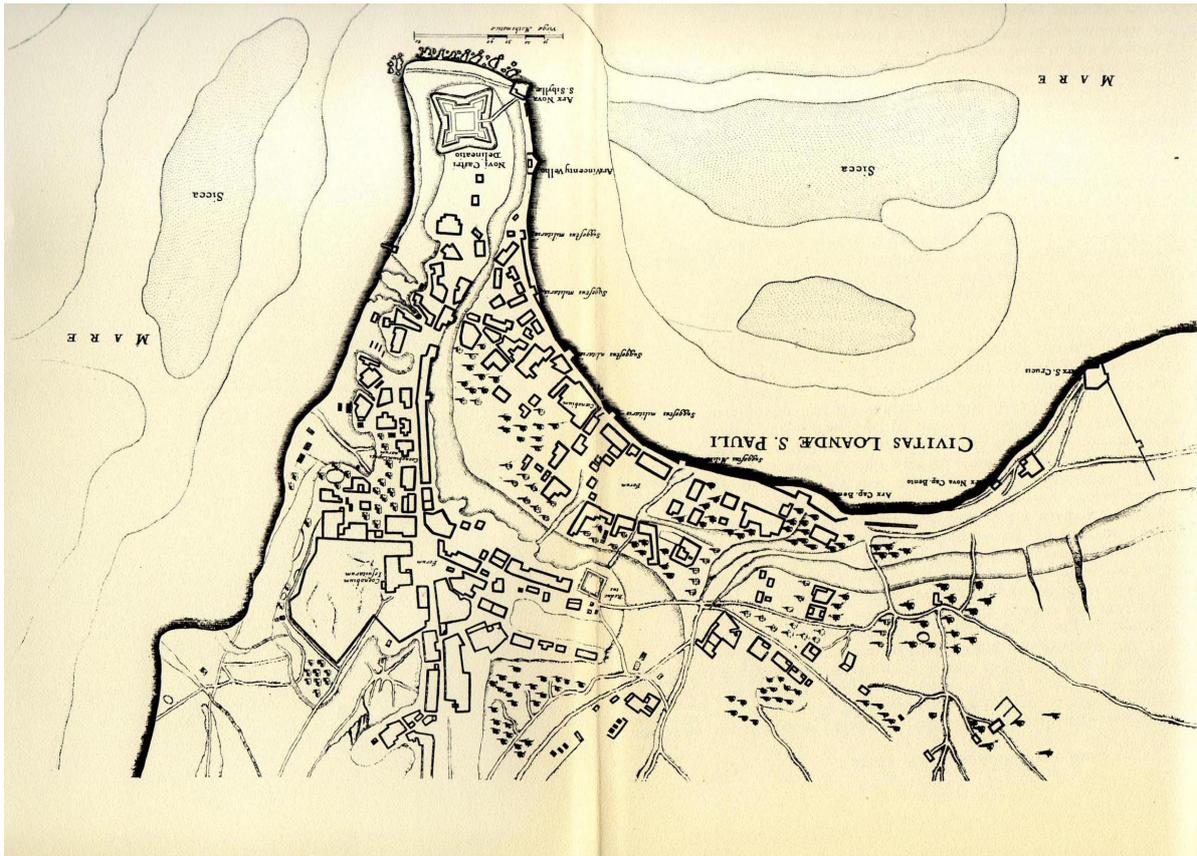


Fig. 1- Representação da cidade de São Paulo de Loanda no ano de 1647, por Caspar Barlaeus. É possível observar-se o desenvolvimento da cidade, e a definição da linha de defesa que faz a baía, e que corresponde agora ao desenho da Marginal. (apresentada invertida, com orientação norte-sul, para melhor se enquadrar na sequência de imagens referentes a Luanda)

Fonte: <https://conquistadeangola.files.wordpress.com/2009/11/barlaeus011.jpg>

O IMPÉRIO, ANGOLA e LUANDA - BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Os planos urbanos promovidos pelo Estado Novo para Luanda enquadram-se numa estratégia abrangente e nacionalista de recuperação das glórias do passado. Este é um percurso complexo, de que recupero os principais momentos, no sentido de melhor enquadrar a história urbana de Luanda e o percurso que esta cidade teve ao longo dos tempos.

Embora o primeiro contacto português com o território angolano date da segunda metade do século XV, quando navegadores portugueses aí chegaram iniciando um processo colonial deste espaço, com vista, principalmente, ao comércio e captura de escravos²⁶, só no século XVIII é que este processo de colonização se tornou territorial, investindo numa ocupação mais extensiva além da costa.

Neste processo previa-se, através de uma reforma iluminista da administração colonial, impulsionada pelo Marquês de Pombal, a domesticação do mundo colonial segundo os parâmetros europeus. Neste mundo idealizado a partir de Lisboa, as novas cidades teriam espaço e oportunidade para se desenvolverem e, assim, funcionarem como espaços de aprendizagem para a sociedade, sendo possível, a longo prazo, equipará-las à metrópole²⁷. O investimento nesta estratégia permitiu que Angola se comesçasse a destacar das restantes colónias ultramarinas portuguesas, e se tornasse um exemplo do que estas se poderiam tornar, destaque que se estendeu até à época do Estado Novo (1933-1975) e da sua intervenção neste território.

Por essa razão, vale a pena demorar um pouco sobre a nova abordagem iluminista ao colonialismo, nomeadamente sobre a nova forma de operar neste território. Até ao século XVIII (Fig. 1), o espaço urbano tinha-se desenvolvido em torno das fortalezas que serviam as rotas do comércio de escravos que operavam em Angola, o que fazia desta

26 República de Angola-Consulado Geral do Porto, «História | República de Angola - Consulado Geral Do Porto», acedido 8 de Junho de 2021, <http://www.consuladogeralangola-porto.pt/pt/historia>.

27 Santos, «Administrative knowledge in a colonial context». Pag. 3: “(...) a colony where cities would grow, serving as real ‘seminaries’ for civil society, indeed of ‘civilization’ itself, and which, in the long run, would be equal to the metropolis. (...)”

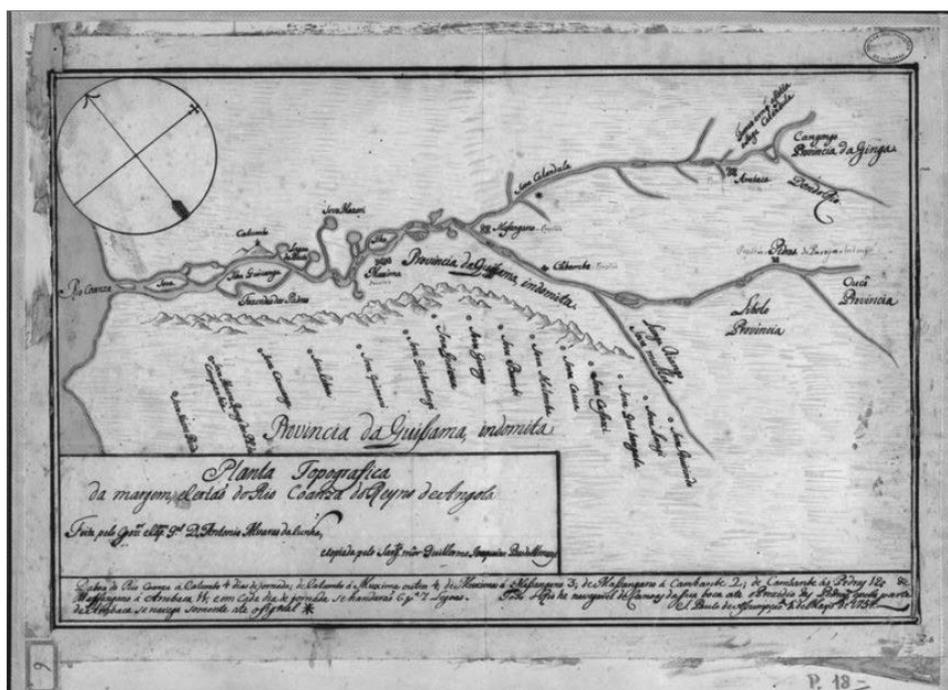


Fig. 2- 'Planta Topográfica da margem e certão do Rio Coanza do Reyno de Angola feita pelo Governador e Capitão Geral D. António Alvares da Cunha', 1753

Fonte: imagem retirada da obra de Catarina Madeira Santos, «Administrative knowledge in a colonial context», pag. 12, presente no Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa



Fig. 3- Conferência de Berlim

Fonte: <http://correvalanno1884.blogspot.com/2015/05/la-conferenza-di-berlino.html>

colônia uma rede de rotas sem fronteiras definidas. Esta falta de definição do território era algo que se procurava resolver, de modo a torná-lo num “*espaço homogeneizado e definido pela colonização*”.²⁸

De modo a que esta reforma fosse bem-sucedida, a coroa portuguesa enviou novos governadores, o primeiro deles, António Álvares da Cunha, e engenheiros militares a acompanhá-los, o primeiro destes foi Guilherme Joaquim Pais de Menezes. Como primeira missão, percorreram o território angolano de modo a registar informações sobre o local, e a mapear os espaços (Fig. 2), permitindo que se começasse a viragem do Império Colonial Português, até então muito centrado no Brasil (até ao ano de 1822, quando o Brasil alcança a independência), para o continente Africano²⁹. Esta mudança dá-se pela necessidade sentida por Portugal de se afirmar como grande potência perante a comunidade internacional, visto que com a perda do Brasil esta força diminuiu consideravelmente.

A redobrada atenção dada às colónias africanas tornou-se mais evidente quando, entre 1884 e 1885, se dá a Conferência de Berlim (Fig. 3) – uma cimeira onde se reuniram diversos países europeus, bem como os Estados Unidos da América³⁰. Aqui discutiu-se qual a melhor forma de dividir o território do continente africano, de modo a mais eficazmente o colonizar e culturalizar. Esta divisão é feita tendo por base o conceito de fronteira europeu, que em muito diferia do modo de entender as fronteiras em território africano, levando a que as novas delimitações traçadas quebrassem as delimitações culturais linguísticas ou étnicas previamente definidas, separando terras anteriormente unas.

É no seguimento desta cimeira que, em 1886, Portugal apresenta o Mapa Cor-de-Rosa (Fig. 4), onde é feito um plano que pretendia demonstrar à restante comunidade internacional a soberania que tinha no que dizia respeito a territórios coloniais africanos. Para isto, é proposta a criação de um corredor terrestre entre Angola e Moçambique, atravessando África de Oeste a Este, em que todos os territórios abrangidos nesta área ficariam sob o domínio colonial português.

Esta intenção vê, no entanto, entraves à sua execução levantados por Inglaterra, que pretendia criar uma ligação ferroviária atravessando África de Norte a Sul, entre o Egipto e a África do Sul, e que por isso cortava o corredor proposto no Mapa Cor-de-Rosa. Inglaterra faz, por isso, um ultimato a Portugal, que não vê outra opção senão ceder, abdicando da



Fig. 4- Mapa Cor-de-Rosa

Fonte: “Do mapa cor-de-rosa ao império africano português”

28 Santos, «Administrative knowledge in a colonial context». Pag. 4: “(...) it was imperative to discover Angola's limits, define its borders, close it off, and fill it in; in short to establish a homogenized space defined by colonization. (...)”

29 Santos, «Administrative knowledge in a colonial context». Pag. 6: tradução do excerto “(...) archives (location, composition, conservation), garrisons (number of habitants, their phenotypes and professions, the conservation status of fortress, artillery), army, slave trade, natural resources, agricultural products, and so on. (...)”

30 “Estiveram presentes delegados de 14 países, incluindo o Império Otomano, a Rússia e os Estados Unidos da América, devido à sua importância na cena política internacional.” in Paulo Sousa Pinto, «A Conferência de Berlim», A Conferência de Berlim, acedido 23 de Janeiro de 2020, <http://ensina.rtp.pt/artigo/a-conferencia-de-berlim/>.

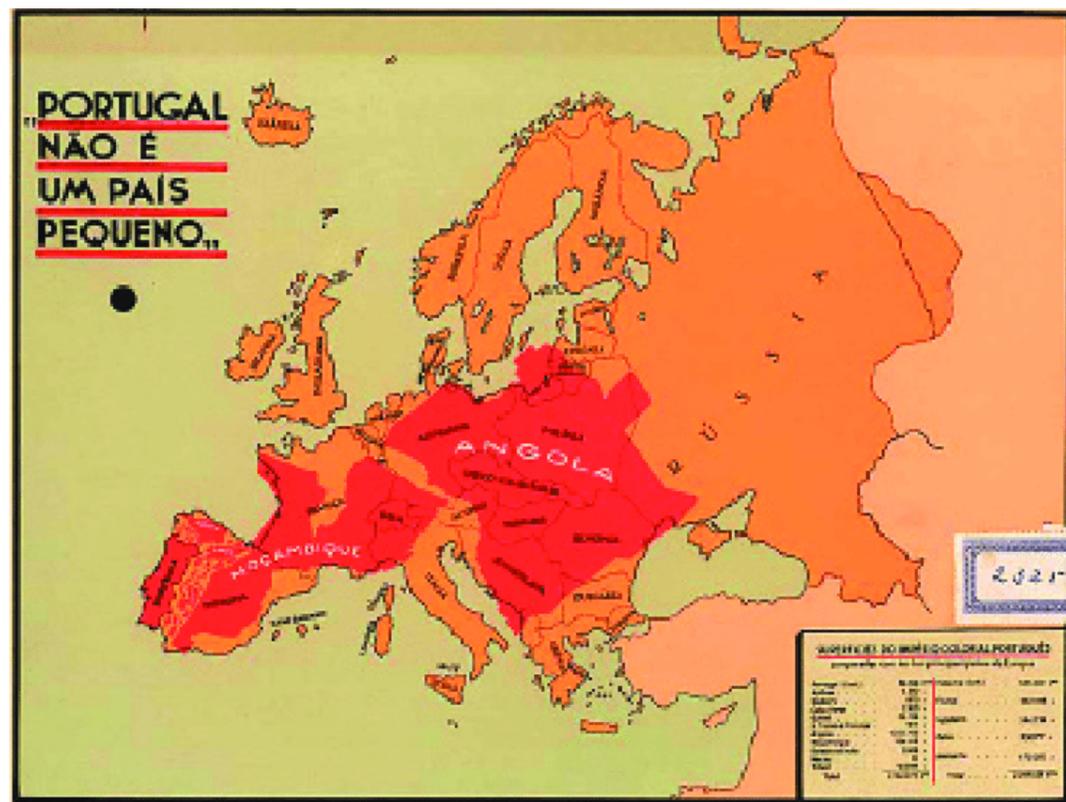


Fig. 5- Postal de propaganda política “Portugal não é um país pequeno”

Fonte: Sarmento, Pimenta, e Azevedo, “Geografias Pós-coloniais. Ensaio de Geografia Cultural.”

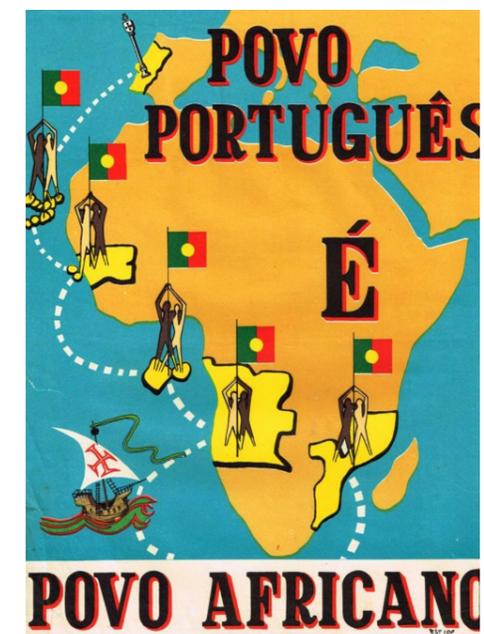


Fig. 6- Cartaz de propaganda política “Povo Português é Povo Africano”

Fonte: <https://www.pinterest.pt/pin/453878468686512952/>



Fig. 7- Cartaz de propaganda política “Em Angola há trabalho para todos”

Fonte: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/catalog>

ligação territorialmente contínua entre Angola a Moçambique, como propunha o Mapa Cor-de-Rosa. Esta posição de Inglaterra recebe o apoio da restante comunidade internacional participante na Conferência de Berlim, que duvida da capacidade de Portugal de atingir os objetivos propostos (colonização e culturalização dos territórios e povos africanos), visto que, até então, os portugueses – embora tivessem uma presença prolongada no território – ainda não tinham sido bem-sucedidos na missão de civilizar este território. Com isto, Portugal acaba por perder a força que julgava deter no panorama internacional, vindo as suas ambições coloniais em território africano continental reduzidas às colónias de Angola e Moçambique³¹.

Em 1933, quando o Estado Novo chega ao poder em Portugal, a vontade de reafirmação do país como Império reaparece, e volta a existir uma pretensão de se afirmar como uma potência colonial (Fig. 5). Mesmo depois de várias décadas passadas sobre a Conferência de Berlim, os territórios de Angola e Moçambique ainda eram vistos pelo Estado Novo como peças essenciais para que esta pretendida afirmação internacional acontecesse. Assim o governo português centrou a sua atenção no desenvolvimento destas duas colónias para que se destacassem a nível internacional, algo que seria benéfico para a imagem de Portugal como potência colonial.

De modo a reativar e intensificar esta colonização, inicia-se um processo de migração, sendo enviados colonos portugueses para o continente africano, para que a cultura e os costumes destes se comesçassem a enraizar na cultura africana. Estes colonos partiam de Portugal com promessas de novas e melhores oportunidades de vida, sendo que as colónias africanas começaram a ser vistas como terras de novas oportunidades³² (Fig.7), deixando para trás a perspectiva de que seriam locais para onde iam apenas os mais desfavorecidos.

Com o fim de seduzir estes colonos europeus a irem para o ultramar, e também para garantir uma boa receção da parte dos locais da ideia de colonização, foram criadas diversas estratégias. Exemplo disso é a forte propaganda política que passava a ideia de que esta entrada de colonos portugueses em África seria feita de forma a que não fosse sentida a segregação, algo que se veio a verificar não corresponder à realidade. Os privilégios que os colonos detinham sobre os habitantes autóctones demarcavam a realidade de segregação e racismo, tanto em Angola como em Moçambique.

Para a contextualização feita até agora foi importante abranger além de Angola, também pontualmente o caso de Moçambique, como contraponto para melhor se compreender a estratégia global do Estado Novo em África. Contudo, o foco da dissertação é Luanda, pelo que daqui em diante o texto se centrará em Angola e, naturalmente, de modo mais aprofundado, sobre a cidade de Luanda, para onde foram feitos os planos em análise.

31 Paulo Sousa Pinto, «A Conferência de Berlim», A Conferência de Berlim, acedido 23 de Janeiro de 2020, <http://ensina.rtp.pt/artigo/a-conferencia-de-berlim/>.

32 Castelo, «O luso-tropicalismo e o colonialismo português tardio | BUALA».



Fig. 8 - Planta de São Paulo da Assunção de Luanda, 1665

Fonte: <http://fr.portoluanda.idea-factory.pt/menu/index.php?x=176>

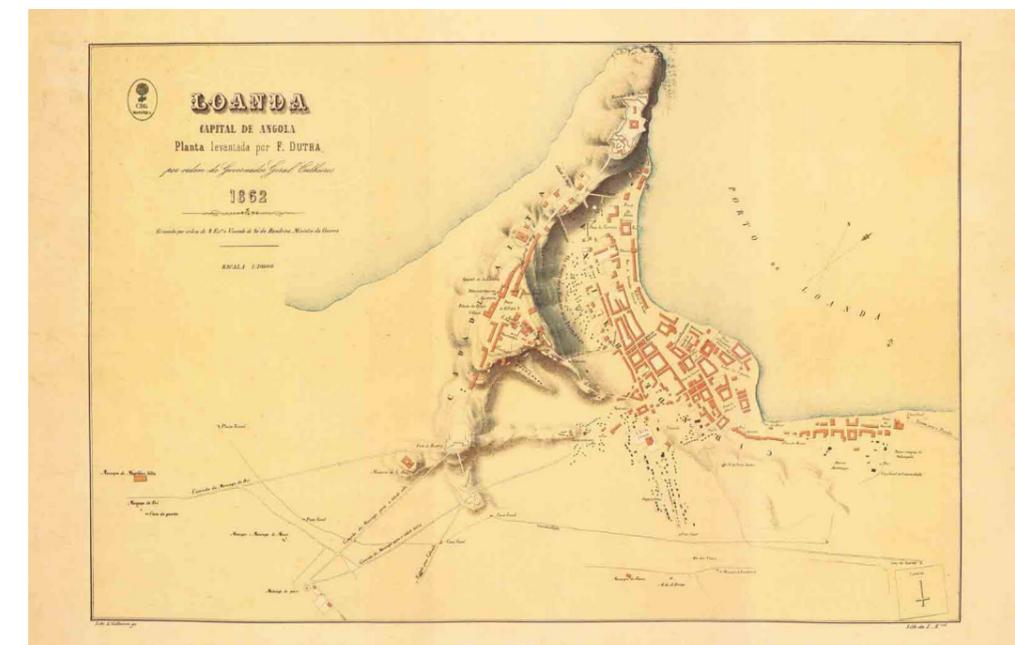


Fig. 9 - Mapa de Loanda 1862

Fonte: <http://bdib.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/243942>

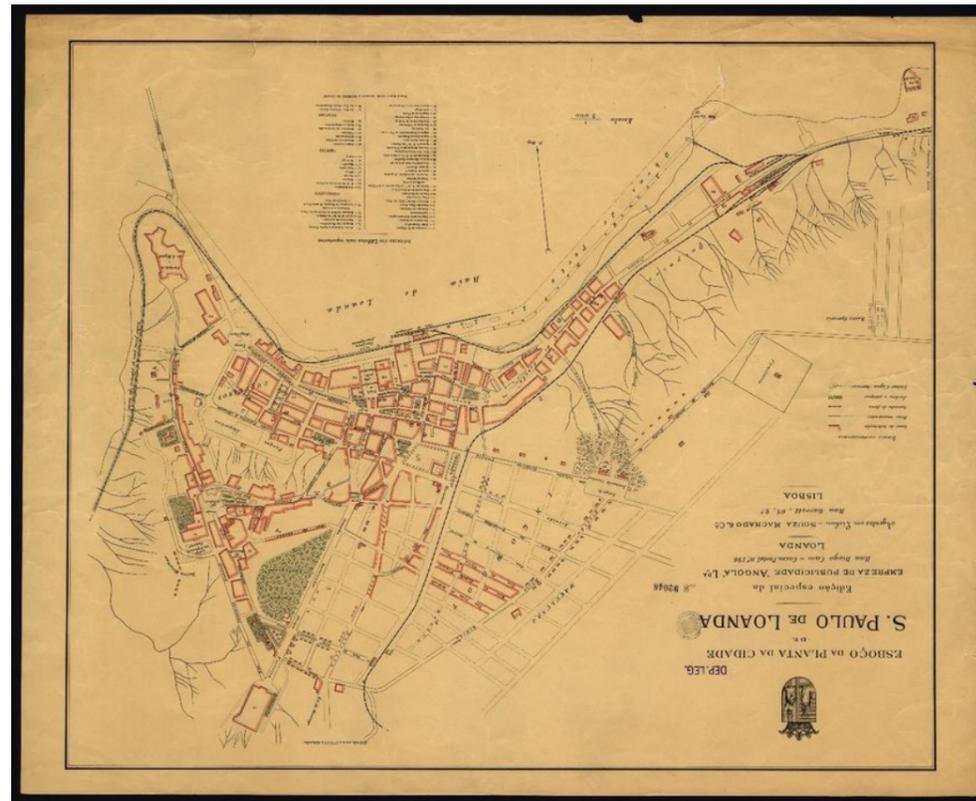


Fig. 10-Esboço da planta da cidade de S. Paulo de Loanda, 1926 (apresentada invertida, com orientação norte-sul, para melhor se enquadrar na sequência de imagens referentes a Luanda)

Fonte: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/13837>



Fig. 11 - Planta topográfica de Luanda, com sinalização a vermelho da Baía de Luanda e cidade

Autoria própria, feita tendo por base planta retirada da página web: <https://pt-br.topographic-map.com/maps/gvvn/Angola/>

O intervalo temporal abrangente em que me vou centrar será aquele compreendido entre os anos de 1933 (início do Estado Novo em Portugal) e o início da década de 1950 (quando foi produzido o último projeto estudado).

De ressaltar que, embora o intervalo temporal citado seja aquele que mais importância representa para este trabalho, ao longo da dissertação poderão ser mencionados períodos posteriores a este, pois certos temas e conceitos que se espelham nos planos em estudo – como é o caso do conceito do Luso-tropicalismo – são apenas formalizados depois, sendo que, por vezes, interessa também apresentar consequências de atitudes (de carácter político, urbanista e social) tidas nas décadas entre 1933 e 1950 e em períodos posteriores.

A cidade de Luanda – “a mais antiga aglomeração urbana [colonial portuguesa] da costa ocidental da África ao Sul do equador”³³ – fica situada no litoral de Angola (tendo obtido o título de cidade em 1605 (Fig. 8)), sendo que a sua implantação neste local foi, principalmente, influenciada por três fatores:

- A baía aberta ao mar (que conta com cerca de 5.6 Km de comprimento, tendo sido descrita como “um dos melhores ancoradouros na costa oeste africana a Sul do Equador”³⁴), permitindo a existência de um porto natural protegido pela Ilha de Luanda³⁵, destacando-se como um dos mais importantes portos de África Ocidental, de onde partem diversas rotas que a ligam ao resto do mundo, fazendo com que Luanda se torne “um porto que trabalha para toda a colónia”³⁶; (destacada a vermelho na Fig. 11)
- A existência de água potável proveniente dos poços de Maianga;
- E as ótimas condições defensivas, facilitadas pelo Morro de São Paulo³⁷.

Por três séculos, até aos finais do século XIX, princípios do século XX, a cidade tem um desenvolvimento lento, devido a questões políticas e económicas presas à história da colonização deste território³⁸. Ainda assim, depois de 1648 (ano em que a coroa portuguesa recupera Luanda do domínio dos holandeses, que a ocupam por sete anos), é possível observar-se um desenvolvimento, a diversos níveis (urbanísticos, económicos, e até mesmo sociais) na cidade³⁹. Para além da atividade comercial, esta foi acompanhada desde cedo pelo desenvolvimento na atividade governamental, administrativa, religiosa e militar, (áreas com desenvolvimento comum a todas as capitais coloniais), o que permitia o crescimento da população e desenvolvimento da própria cidade, também através do desenvolvimento

33 Lucília Gouveia, «Finisterra- Revista Portuguesa de Geografia - Luanda. Estudo de Geografia Urbana: Ílidio do Amaral», 1 de Agosto de 1970. Pag. 300

34 U. S. Navy, *Sailing directions for Southwest Coast of Africa - Cape Palmas to Cape of good Hope*, 5ª (Defense Mapping Agency, Hydrographic Center, 1969).

35 «Luanda | UCCLA», acedido 31 de Maio de 2021, <https://www.uccla.pt/membro/luanda>

36 Vieira da Costa, «Cidade Satélite nº3». Pag. 38

37 «Luanda | UCCLA», acedido 31 de Maio de 2021, <https://www.uccla.pt/membro/luanda>.

38 Gouveia, «Luanda. Estudo de Geografia Urbana: Ílidio do Amaral». Pag. 301

39 Vieira da Costa, «Cidade Satélite nº3».. Pag. 25

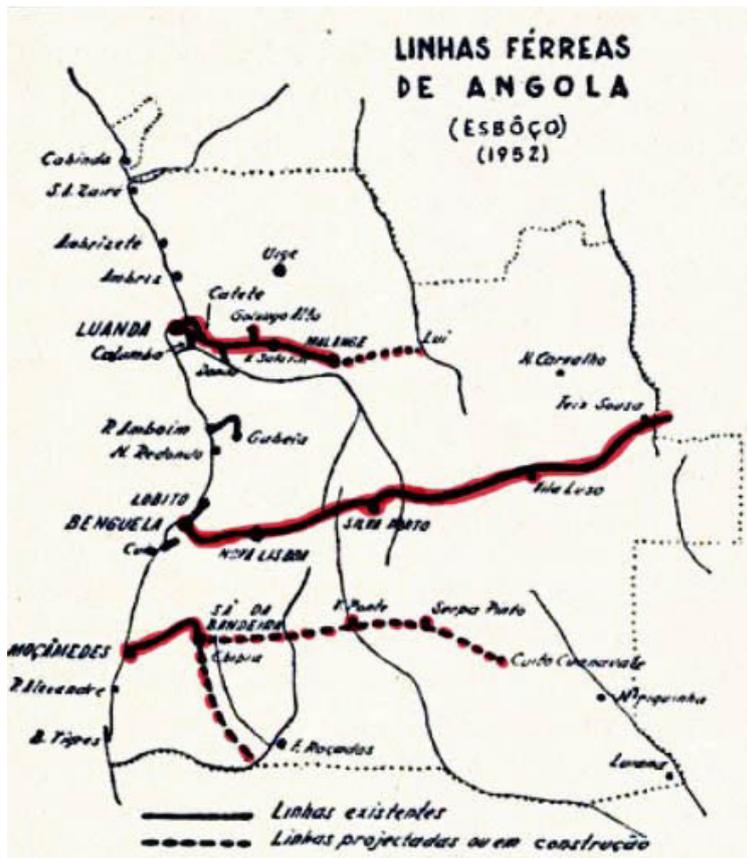


Fig. 12 - “Mapa Linhas Férreas de Angola, 1952; Gazeta dos Caminhos de Ferro”

Fonte: <https://sites.google.com/site/celiojgf/marcofiliaangoola>

do urbanismo.

Aliás, Luanda “*estava destinada desde a sua fundação, a ser capital de Angola.*”⁴⁰, mesmo tendo uma localização atípica no contexto do território angolano, situando-se longe do planalto de Benguela, que oferecia terrenos férteis e saudáveis⁴¹.

Em termos industriais, tirando o tabaco e a tecelagem, a função industrial não existia. Isto acontecia por causa da política de proteção às indústrias metropolitanas do governo central. Mais tarde, pela localização privilegiada para tal, a atividade e indústria piscatória passaram a ser umas das principais atividades praticadas na cidade de Luanda.⁴²

Do ponto de vista da implantação territorial e organização do seu tecido urbano, a cidade desenvolve-se virada para a baía, dividindo-se em duas zonas: a Baixa, que se desenvolve ao longo da baía, e é ocupada maioritariamente pelo comércio e por indústrias, e a Cidade Alta, uma zona mais recente, e que se desenvolve durante o período de crescimento da cidade após a ocupação holandesa⁴³, dedicada à habitação e a residências oficiais, que, por se desenvolver para o topo do plateau que o terreno em que a cidade se insere oferece⁴⁴, permitia que esta fosse uma área de Luanda mais arejada em relação à Baixa⁴⁵, e por isso mais saudável.

Este referido plateau definiu o desenvolvimento da cidade, que se estendeu para o interior, por ver o traçado das ruas facilitado pela horizontalidade do terreno (Fig. 10), permitindo ainda que este desenvolvimento não fosse totalmente condicionado pelas três estradas de acesso pré-existentes e que conformam três eixos estruturantes do território:

- A estrada do Litoral Nordeste, que ligava Luanda ao Congo
- A estrada do centro, que faz a ligação de Luanda a Malange
- A estrada do Litoral Sueste, que se desenvolvia paralelamente à linha da costa.

Existia ainda um caminho de ferro que atravessava a cidade, dividindo-a em dois.⁴⁶ (Fig.12)

Durante a época do Estado Novo, o processo de colonização e de desenvolvimento da própria colónia foi possível através do uso de mão de obra forçada de habitantes autóctones para a realização dos trabalhos que a evolução pretendida pelo regime português exigia. A falsa ideia de miscigenação e uma política marcada pelo racismo fazia-se sentir no decorrer do processo de colonização, sendo que a mistura entre brancos e negros era

40 Vieira da Costa, «Cidade Satélite nº3». Pag. 38

41 Vieira da Costa, «Cidade Satélite nº3». Pag. 38

42 Vieira da Costa, «Cidade Satélite nº3». Pag. 38

43 Vieira da Costa, «Cidade Satélite nº3». Pag. 28

44 U. S. Navy, *Sailing directions for Southwest Coast of Africa - Cape Palmas to Cape of good Hope*, 5ª (Defense Mapping Agency, Hydrographic Center, 1969)

45 Vieira da Costa, «Cidade Satélite nº3». Pag. 27

46 Vieira da Costa, «Cidade Satélite nº3». Pag. 40



Fig. 13 - Museque de Luanda, década de 1970

Fonte: foto da autoria de Albano Costa Pereira, retirada do site: <https://foto-sintese.pt/fotografia/alb05/album:a-caminho-de-luanda-1972-1974>

dificultada, com uma forte divisão entre os centros urbanos e as periferias, respetivamente, para colonos e autóctones. Esta separação estendia-se ao campo laboral, onde os colonos portugueses desempenhavam papéis de chefia, enquanto que os habitantes autóctones tinham, na maior parte das vezes, papéis de serviço⁴⁷.

Do ponto de vista da estratégia portuguesa de colonização, os anos áureos deram-se durante a década de 50 do século XX, quando diversos investidores de grandes empresas estrangeiras entraram no panorama comercial, empresarial e, no geral, colonizador em que se encontrava Luanda. Não obstante, foi também neste período que as diferenças entre os colonos europeus e habitantes locais mais se fizeram sentir, onde o saber destes últimos era desprezado em detrimento das técnicas e conhecimentos trazidos pelos colonizadores⁴⁸. É também por esta altura que o Estado Novo se começa a apropriar da teoria de Gilberto Freyre do Luso-tropicalismo, de modo a arranjar justificação para a forma como o país mantinha a sua presença nas colónias ultramarinas, como será analisado com mais detalhe mais à frente.

Ainda na década de 1950, Luanda observou um aumento exponencial da sua população⁴⁹, devido à migração provocada pelo desenvolvimento industrial que aconteceu em Angola, sendo que a capital acabou por ser o destino preferido para os colonos portugueses que procuravam melhores condições de vida e trabalho. Esta entrada de novas gentes provocou o aumento dos musseques existentes (Fig. 13) (bairros situados na periferia de Luanda, onde habitavam pessoas com menos recursos), que começaram a desenvolver-se cada vez mais nos arredores do núcleo central da cidade de Luanda.

O aumento destes bairros revelava a realidade da política que desde o início do processo de colonização pelo Estado Novo se vinha a sentir, e que era ocultada do público geral. Os colonos europeus acabavam por se fixar no centro urbano da cidade, onde tinham melhores condições, empurrando os habitantes autóctones para os bairros onde as condições de vida eram piores. Zonas estas que estavam escondidas da cidade não faziam parte da imagem que o Estado Novo passava, existindo a intenção de demonstrar que, como refere Walter Rossa no artigo “*Luanda and Maputo: Accounts of the Two Capitals in Urban Heritage Discourse*”, a cidade era constituída apenas pelas áreas habitadas por brancos, e construídas de asfalto e cimento⁵⁰. Esta divisão era agravada e reforçada por outros métodos de discriminação social, como refere Sílvia Viegas na sua tese de Doutoramento “*Luanda, Cidade (Im)previsível?*”:

47 Fonte, «Urbanismo e Arquitectura em Angola». Pag.44

48 Fonte, «Urbanismo e Arquitectura em Angola». Pag.45

49 Este crescimento pode verificar-se desde do início do processo colonial na colónia de Angola, em Luanda, de 1934 a 1948, existe um crescimento populacional de 17 947 para 82 000 habitantes, crescimento que se continua a observar durante toda a década de 1950 - Vieira da Costa, «Cidade Satélite nº3». Pag. 35

50 Rossa, Walter. “Luanda and Maputo: Accounts of the Two Capitals in Urban Heritage Discourse.” *Journal of Lusophone Studies* 1 (2016): 107–16. pag. 110: “(...) as if the city were only the white-populated areas built up with asphalt and concrete. (...)”

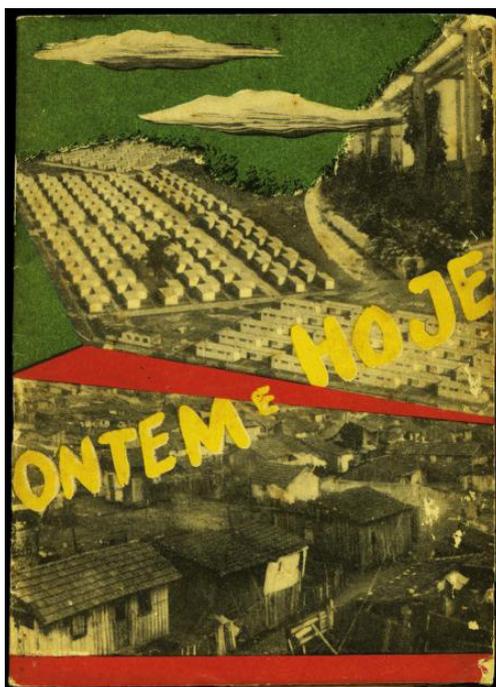


Fig. 14 - Capa de Folheto de propaganda do regime do Estado Novo “Ontem e Hoje” – montagem de cidade colonial que demonstra o confronto entre a cidade pré intervenção pelo Estado Novo, e cidade após a intervenção do Estado Novo

Fonte: <http://livrosultramarguerracoloniaal.blogspot.com/2012/01/ontem-e-hoje-folheto-de-propaganda-do.html>

“A cidade era um espelho da sociedade colonial, do regime do indigenato e dos seus instrumentos oficiais de discriminação racial, nomeadamente: (1) a diferenciação administrativa (...) que propunham uma lenta assimilação cultural dos autóctones e sua transformação em portugueses ditos civilizados; e (2) o Estatuto dos Indígenas da Guiné, Angola e Moçambique (...) que classificou todos os indivíduos de raça negra e seus descendentes de cidadãos de 2ª classe, ou seja, sem direitos legais e de cidadania, de propriedade e de acesso às oportunidades, etc...”⁵¹

Estas atitudes eram agravadas pelo facto de grande parte da população negra e mestiça ter muito baixa alfabetização, o que sublinhava as diferenças sentidas no que dizia respeito a oportunidades disponibilizadas.⁵²

A população autóctone das colónias ultramarinas não tinha, por base estatuto de cidadão português, sendo que eram considerados “indígenas”⁵³. No entanto caso mostrassem aptidões para se adaptarem à cultura trazida pelos colonizadores portugueses, estes poderiam passar a “assimilados”. Este processo a que chamavam de “assimilação” consistia na sobreposição e conseqüente desaparecimento das culturas existentes nos locais colonizados. Este método foi principalmente utilizado por França e Portugal, no entanto nas colónias sob o domínio português, era perceptível uma maior dificuldade em adquirir este estatuto, sendo que era em Angola que se verificava o maior número de assimilados. Tal estratégia promovia a construção de uma sociedade muitíssimo estratificada e hierarquizada, assim como, controlada.

O desenho urbano foi uma das mais importantes ferramentas de afirmação do português em territórios ultramarinos (Fig.14), que servia como forma de controlar a sociedade e o território⁵⁴ – no caso em estudo, a cidade de Luanda, esta questão é especialmente visível, dado que *“a cada fase de urbanização correspondeu o desaparecimento e arrastamento de bairros indígenas e musseques para a periferia.”*⁵⁵. Esta questão do uso do urbanismo para domínio do território foi mais visível entre os anos de 1960 e 1970⁵⁶, sendo, no entanto, possível observar esta utilização do urbanismo como ferramenta de clara segregação e domínio desde a década de 1940, com os Planos Gerais

51 Viegas, «Luanda, Cidade (Im)previsível?» Pag.62

52 Viegas, «Luanda, Cidade (Im)previsível?» Pag.62

53 Segundo o Estatuto do Indígena, documento de 1954, eram considerados indígenas todos *“(…) os indivíduos de raça negra ou os seus descendentes que, tendo nascido ou vivendo atualmente nelas [provincias coloniais], não possuam ainda a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses. (...) igualmente indígenas os indivíduos nascidos de pai e mãe indígena em local estranho àquelas provincias para onde os pais se tenham temporariamente deslocado.”*, no Artigo segundo do primeiro Capítulo, pag. 201

54 Andréia Moassab, «Algumas linhas sobre a urbanização colonial em Angola», <https://www.buala.org/pt/cidade/algumas-linhas-sobre-a-urbanizacao-colonial-em-angola>, 15 de Fevereiro de 2013.

55 Fonte, «Urbanismo e Arquitectura em Angola».Pag.148

56 Moassab, «Algumas linhas sobre a urbanização colonial em Angola».

de Urbanização, onde os planos para Luanda em estudo nesta dissertação se enquadram. De facto, pela análise dos traçados destes planos, observa-se o afastamento das povoações dos colonizados das cidades designadas para os colonizadores, alegadamente por questões higienistas – só por si já carregadas de preconceito e racismo, por serem infundadas – e pelo respeito da privacidade dos habitantes locais.

Esta abordagem segregadora da sociedade é fundamentada, através da utilização moldada para melhor servir a ideologia estado novista, da teoria do Luso-tropicalismo, o modelo sociológico de Gilberto Freyre, onde a ideia de uma colonização pacífica e respeitadora é exposta, não só aos portugueses, mas também à comunidade internacional. A falsa ideia de uma “multiculturalidade” que era apresentada em conferências ou cartazes, baseando-se nos ideais apresentados por Freyre, afirmava que o povo português facilmente conseguia adaptar-se e integrar-se nas sociedades africanas, sem impor a sua presença, uma ficção que não encontrou evidência na realidade vivida nas colónias.⁵⁷

Creio que é relevante referir que, embora o próprio conceito do Luso-tropicalismo apenas seja assumido no início da década de 1950, os seus princípios base já estavam há muito a definidos. Muitas das vezes estes coincidiam com as justificações que se vê a serem utilizadas para o modo como certos planos urbanos eram realizados na década de 1940, como são exemplo os planos abordados nesta dissertação, assunto que se detalha em ponto específico mais adiante.

Após esta leitura do percurso feito por Portugal na colónia angolana de Luanda, podemos afirmar que o trabalho que o urbanista tem acaba por ser muito influenciado por uma série de fatores exteriores ao ofício do urbanismo - como regularmente acontece - sendo possível observar o peso que a história que marcou este território e as intervenções sociais e políticas que aqui se fizeram tiveram na forma segregadora de desenhar a cidade.

57 Moassab, «Algumas linhas sobre a urbanização colonial em Angola».

O URBANISMO EM PORTUGAL NA DÉCADA DE 1940

Tendo em conta que esta dissertação se desenvolve sobre três projetos de urbanismo realizados na época dos anos de 1940, quando a arquitetura moderna se destacava no panorama arquitetónico internacional, influenciando muito o desenvolvimento das cidades portuguesas e da sociedade no geral, é importante abordar, ainda que brevemente, o tema do Urbanismo em Portugal. Ao longo deste capítulo tento, por isso, entender e explorar o quando e o porquê do Estado português ter começado a dar mais importância ao Urbanismo, e como começou a olhar para esta ciência como uma forte ferramenta de imposição da imagem do Estado Novo. De seguida, aprofundo sobre dois conceitos (previamente apresentados de forma breve) – o modelo urbano da Cidade-Jardim, de Ebenezer Howard (1898), e o modelo social do Luso-Tropicalismo, de Gilberto Freyre (1933), e de que forma estes influenciaram a arquitetura nos territórios coloniais – sendo que, além do mais, tiveram grande peso na evolução da disciplina do urbanismo português (quer em território metropolitano, quer em território ultramarino).

O urbanismo, assumido como ciência no século XIX pretendia encontrar uma forma de “(...) *organização e regulamentação de um espaço em constante transformação – a cidade. (...)*”⁵⁸. Para conseguir atingir esta organização, existe uma mudança na forma como se vê e estrutura a cidade – esta passa a ser interpretada como “(...) *um espaço que se pretende planificado, valorizando não só a sua componente estética (...), pressupondo, por isso, a intervenção multi e interdisciplinar. (...)*”⁵⁹ – tendo sempre em atenção as mutações que uma cidade pode sofrer ao longo dos tempos, mas nunca esquecendo o seu passado.⁶⁰ Segundo o urbanista Étienne de Gröer, esta disciplina passa a ter como objetivo principal: “(...) *organização da vida nas cidades de maneira a dar aos seus habitantes a possibilidade de viverem higiénica e comodamente. (...)*”⁶¹

58 Maria do Carmo Marques Pires, «O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins: visibilidade da memória» (Porto : [Edição do Autor], 2012), pag. 90

59 Pires, «O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins». Pag. 91

60 Pires, «O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins». Pag. 91

61 Gröer, Étienne de. «Introdução ao urbanismo». Em *Boletim da Direção Geral dos Serviços de*

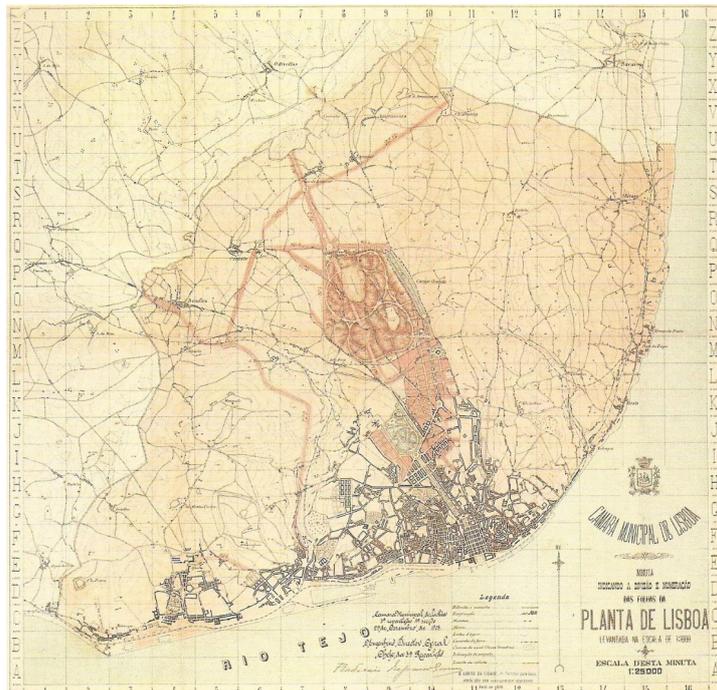


Fig. 15 - Planta de Lisboa, Plano Geral de Melhoramentos, 1901-1903, por Ressano Garcia

Fonte: Ribeiro Campos, «Lisboa - breve história dos Planos Urbanísticos».

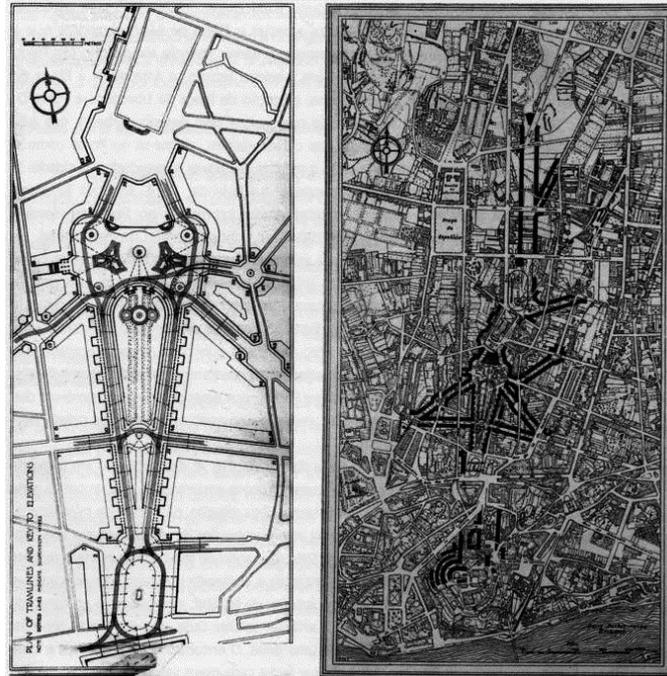


Fig. 16 - Planta do Porto, Plano Geral de Melhoramentos, 1915, por Barry Parker, pormenor Avenida Central

Fonte: Tavares e Vale, Urban and Architectural Reconfiguration In The Opening To Modernity - The Construction Of The City Of Oporto (Portugal) Between The Influence Of Beaux-Arts And The Modern Movement.

Em Portugal, o Urbanismo como ciência entra na segunda metade do século XIX (1865) através do aparecimento dos Planos Gerais de Melhoramentos, no entanto apenas na década de 1930, quando Duarte Pacheco se encontrava à frente do Ministério das Obras Públicas, é que esta ciência passa a ser reconhecida como uma “(...) *prática social generalizada* (...)”⁶², e muito claramente utilizada como ferramenta de afirmação do regime político, algo não exclusivo ao Regime do Estado Novo, mas que se observa desde sempre nos processos de afirmação política ao longo da História.

A partir da década de 1930, o urbanismo português foi muito influenciado pelo que se lecionava nas escolas estrangeiras, principalmente a escola de Paris⁶³, aliás, apenas nos anos de 1940 a 1945 é que se criam em Portugal os primeiros cursos dedicados ao Urbanismo⁶⁴. A primazia dada à Escola de Paris é clara, tanto na escolha de urbanistas estrangeiros que acabam por mais tarde ser convidados a trabalhar em Portugal – como foi o caso de Robert Auzelle, Donat-Alfred Agache e Étienne de Gröer – como na escolha de urbanistas portugueses que recebem formação na escola de Paris – como foi o caso de David Moreira da Silva e João Guilherme Faria da Costa, por exemplo, arquitetos que, por isso, conseguem mais oportunidades de trabalho.

As duas principais cidades por onde se começam a realizar intervenções através destes Planos Gerais de Melhoramento, são Lisboa, em 1903, por Frederico Ressano Garcia (Fig. 15) e Porto, em 1915, por Barry Parker (Fig. 16). Começou-se por estas cidades por serem os maiores núcleos urbanos do país, sendo também nestas duas cidades que se começam a introduzir, nas universidades do Porto e Lisboa, os ensinamentos de urbanismo trazidos das escolas estrangeiras. Estes planos para Lisboa e Porto têm, respetivamente, influência da Escola de Paris e da Escola Inglesa⁶⁵, através de professores que fazem formação lá fora⁶⁶.

O papel de Duarte Pacheco foi central para o desenvolvimento do urbanismo formal em Portugal. Como referido anteriormente, é sobre a sua tutela que são, em 1934, criados

Urbanização, Vol. I. Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1945, Pag. 22-23

62 Margarida Sousa Lôbo, *Planos de urbanização: a época de Duarte Pacheco*, 2ª ed, Série 1 : Ensaio 5 (Porto: FAUP Publicações, 1995). Pag. 13

63 José Manuel Santiago Faria, «Étienne de Groer Urbaniste à la ville de Coimbra» (Paris, Université De Paris I Panthéon - Sorbonne, 2000). Pag. 1.25

64 Vieira da Costa, «Cidade Satélite nº3».. Pag. 7

65 Ângela Cláudia Alves Pedro Afonso, «“O que foi feito dos Planos Gerais de Urbanização?” - A Produção Urbanística do Atelier Moreira da Silva (1941-1963)» (Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Departamento de Arquitetura FCTUC, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2017). Pag. 29 – Ressano Garcia utiliza neste plano a tradição da formalidade do desenho urbano com valorização do espaço público, característica da escola francesa e, há imagem dos grandes eixos parisienses, desenha também ele a *Avenida da Liberdade e o Passeio Público em dois vales ao longo do Tejo (...)*; já Barry Parker, à imagem da escola inglesa, opta por um desenho de cidade onde o *desenho do centro cívico assumia o lugar do objeto arquitetónico pré-definido no espaço e no tempo. (...)*

66 Santiago Faria, «Étienne de Groer Urbaniste à la ville de Coimbra».Pag. 1.27 – “No porto, os arquitectos José Marques da Silva (1846-1947), Miguel Ventura Terra (1866-1919) e em Lisboa o engenheiro Frederico Ressano Garcia (1847-1911) introduziram novas ideias adquiridas durante os seus estudos em Paris. (...)”

os Planos Gerais de Urbanização, de modo a dar uma resposta acertada do ponto de vista urbano ao crescimento que se fazia sentir nas cidades portuguesas.⁶⁷ Nestes planos estava previsto o melhoramento a problemas e componentes urbanos que até então tinham sido descurados, como “(...) *redes de saneamento básico, equipamentos, habitação, arruamentos urbanos, ajardinamentos e parques (...)*”⁶⁸, tendo sempre em atenção transmitir através do traçado urbano uma imagem que fosse representativa do regime do Estado Novo, algo a que os anteriores Planos Gerais de Melhoramento não atendiam, naturalmente.

Duarte Pacheco esteve à frente do Ministério das Obras Públicas em dois momentos – o primeiro de 1932 a 1936 e novamente de 1938 a 1943, quando voltou a ser chamado por António de Oliveira Salazar para exercer este cargo. Neste segundo período, acumula funções com o cargo de Presidente da Câmara de Lisboa. É durante este período, e em diante, que o “(...) *urbanismo institucional emerge, (...) ganhando consistência ao longo de várias etapas, a que correspondem influências diversas que nos chegam de outros países. (...)*”.⁶⁹

O urbanismo institucional surge na década de 1930, e, segundo Margarida Sousa Lôbo, entende-se como sendo a forma como o governo tenta criar uma imagem própria através do urbanismo, uma imagem de cidade que identifique um certo regime por toda a extensão dos territórios sob o domínio de determinado país. No caso de Portugal, esta imagem assume-se de modo muito evidente no período do Estado Novo, que, sendo um regime totalitário, sentia a necessidade de uniformizar a imagem do país, não só na metrópole, mas estendendo também este desenho às colónias ultramarinas de modo a integrá-las num todo, tão uniformizado quanto possível e, assim, reconhecido como integrante desse mesmo todo.

Esta nova imagem urbana que se pretende criar durante o Estado Novo, em muito se diferenciava dos traçados existentes à época, baseando-se no conhecimento do desenho urbano que era, como já mencionado anteriormente, importado das Escolas Francesas e Inglesas. Esta atitude dava, às cidades portuguesas intervencionadas, uma nova roupagem distinta da que se observava antes desta época em Portugal, através da criação de infraestruturas, como menciona Margarida Souza Lôbo na obra *Planos de Urbanização. A época de Duarte Pacheco*, “*A realização de melhoramentos urbanos, redes de saneamento básico, equipamentos, habitação, arruamentos urbanos, ajardinamentos e parques (...)* [que] *criassem uma imagem urbana com que o regime se identificasse.*”⁷⁰

A primeira obra de carácter urbano por que Duarte Pacheco é responsável como Ministro das Obras Públicas (com dimensão territorial), é feita em parceria com o urbanista

67 Afonso, «“O que foi feito dos Planos Gerais de Urbanização?”- A Produção Urbanística do Atelier Moreira da Silva (1941-1963)».Pag. 31

68 Lôbo, *Planos de urbanização*. Pag. 36

69 Lôbo, *Planos de urbanização*. Pag.37

70 Lôbo, *Planos de urbanização*. Pag. 36



Fig. 17 - Planta de apresentação, Plano de Urbanização da Costa da Caparica, 1946, por João Guilherme Faria da Costa

Fonte: «Biblioteca de Arte / Art Library Fundação Calouste Gulbenkian | Flickr». <https://www.flickr.com/photos/biblarte/>

de renome francês Donat-Alfred Agache, parceria esta que termina em 1936, quando Duarte Pacheco sai da direção do Ministério das Obras Públicas. Embora existissem intenções de retomar esta parceria quando Duarte Pacheco volta a assumir o cargo de Ministro, isso não é possível, pois Agache encontrava-se no Brasil a desenvolver outros projetos. Com esta indisponibilidade, Duarte Pacheco encontra um substituto para o urbanista francês em Étienne de Gröer, que tinha colaborado com Agache em diversos outros trabalhos urbanos.⁷¹

Como foi mencionado anteriormente, na década de 1940 existia uma escassez de profissionais formados na área do urbanismo, contando-se apenas com dois arquitetos nacionais que tinham competências para igualar os estrangeiros, no que dizia respeito a formação académica. Eram eles David Moreira da Silva, que vai colaborar com De Gröer em vários planos urbanos, como é o caso de Coimbra e de Luanda, e João Guilherme Faria da Costa, que realizou, por exemplo os Planos de Urbanização para a Costa da Caparica, em 1947 (Fig. 17), Trafaria e Cova do Vapor⁷², ambos com formação no *Institut d'Urbanism de l'Université de Paris*.⁷³

Esta falta de técnicos especializados em urbanismo que se fazia sentir em Portugal, leva Duarte Pacheco a incentivar a formação de portugueses nesta área em universidades estrangeiras⁷⁴, facto que acaba por influenciar os traçados dos trabalhos realizados para o Estado Português, tanto em Portugal metropolitano, como em território colonial, como é o caso de Luanda, em estudo nesta dissertação.

A importação de técnicos e, conseqüentemente, de técnicas de urbanismo do estrangeiro para Portugal e respetivas colónias, leva a que muitas das tendências urbanas que se observavam um pouco por toda a Europa chegassem a Portugal com uns anos de atraso. Começam então a entrar na narrativa urbana nacional conceitos como o *city-beautiful*⁷⁵ e a Cidade-jardim⁷⁶. Um arquiteto que se vem a mostrar apologista do modelo da Cidade-jardim é Étienne de Gröer, que acaba por introduzi-lo em Portugal, algo notório em diversos planos da sua autoria (como será explicado mais à frente), como o plano da cidade de Lisboa, que realiza entre 1938 e 1948, e o plano para Luanda realizado em conjunto com o arquiteto português David Moreira da Silva, entre 1941 e 1943.

71 Lôbo, *Planos de urbanização*. Pag. 38

72 Lôbo, *Planos de urbanização*. Pag. 159; estes três planos fazem parte do Plano de Urbanização para o concelho de Almada, onde de Gröer é também responsável por partes do plano.

73 Lôbo, *Planos de urbanização*. Pag. 40

74 Afonso, «“O que foi feito dos Planos Gerais de Urbanização?”- A Produção Urbanística do Atelier Moreira da Silva (1941-1963)». Pag. 33

75 O conceito de *city-beautiful* consiste numa “(...) nova corrente, centrada na tradição da grande composição urbana, que vai influenciar o urbanismo colonial britânico e o próprio urbanismo europeu. As grandes avenidas de Paris e o anel de Viena são o paradigma que serve de modelo ao urbanismo norte-americano, dando origem a um movimento de embelezamento das cidades existentes através da abertura de largas avenidas ou alamedas, abertas na diagonal, que pela sua convergência em pontos focais privilegiados beneficiam de amplas perspectivas rematadas por edifícios monumentais.”; in Lôbo, *Planos de urbanização*. Pag. 15

76 Lôbo, *Planos de urbanização*. Pag. 51

Como supracitado, estes modelos não se restringem somente ao território continental, estendendo a sua influência também às colónias ultramarinas, caso disto são os planos realizados para Luanda em estudo nesta dissertação, visto o urbanismo ser entendido como uma forma de afirmação política no território. Assim, foi feita uma “coligação” entre a arquitetura e os princípios base do Luso-tropicalismo de modo a, de forma subtil, o Estado Português exercer sobre a população local das colónias uma relação de domínio.

Por tudo o que acima foi descrito, e por entender que para a compreensão do tema tratado nesta dissertação – de modo amplo, a arquitetura feita nas colónias ultramarinas portuguesas, e mais especificamente os planos para Luanda entre os anos de 1941 e 1949 – considero importante aprofundar o estudo sobre dois dos temas referidos neste capítulo e já apresentados em capítulo anterior, em particular: o modelo da Cidade-Jardim, por ter sido um dos motores para o desenho do Plano de Urbanização para a cidade de Luanda, e o conceito sociológico do Luso-tropicalismo.



Fig. 18 - Gilberto Freyre com um pastor no deserto do Namibe, 1952

Fonte: CASTELO, <https://www.buala.org/pt/a-ler/o-luso-tropicalismo-e-o-colonialismo-portugues-tardio>

Luso-tropicalismo, a Arquitetura e o Urbanismo

Como já foi introduzido anteriormente, o Luso-tropicalismo é um modelo social apresentado por Gilberto Freyre (Fig. 18) na segunda metade do século XX, que defendia a “grande adaptabilidade dos portugueses aos territórios tropicais, que derivava da sua *“empatia inata e criadora”*”⁷⁷, e que terá sido aproveitada pelo Estado Novo para justificar a sua presença em territórios ultramarinos. Num primeiro momento de definição desta teoria, o autor aplicou-a apenas ao povo brasileiro, tendo-a mais tarde estendido aos povos das colónias ultramarinas de África. Esta noção de adaptabilidade, ou suposta predisposição, estaria baseada em três características que os portugueses teriam intrinsecamente – a MOBILIDADE, a MISCIBILIDADE e a ACLIMATABILIDADE.

Segundo Gilberto Freyre, a sociedade brasileira foi fomentada, a partir de 1532, através da junção de experiências que os colonos portugueses tinham absorvido depois de um século de contato com os trópicos, na Índia e em África. Isto permitiu aos portugueses erguer, agora com experiências adquiridas, uma sociedade onde as culturas sul-americanas e portuguesas se conjugariam e complementariam. No Brasil ter-se-ia então formado, o que Freyre define como *“uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração económica, híbrida de índio – e mais tarde de negro – na composição.”*⁷⁸.

A primeira das referidas características inerentes ao povo português – a MOBILIDADE (característica que teria sido herdada dos judeus)⁷⁹ – explica como foi possível um país tão pequeno como Portugal conseguir ter-se fixado e espalhado num tão vasto campo geográfico⁸⁰. Um dos fatores que ajudou ao sucesso desta mobilidade foi, no entender do autor, a forma como os colonos eram destacados e colocados em novos territórios, de forma quase estratégica, fazendo uso das aptidões que cada um tinha de modo a melhor colonizar estas novas terras.

*“Os indivíduos de valor, guerreiros, administradores, técnicos, eram por sua vez deslocados pela política colonial de Lisboa como peças em um tabuleiro de gamão: da Ásia para América ou daí para a África, conforme conveniências do momento ou de religião. (...)”*⁸¹

Quanto à segunda característica – a MISCIBILIDADE (diretamente ligada à

77 Castelo, «O luso-tropicalismo e o colonialismo português tardio | BUALA».

78 Freyre et al., *Casa-grande & senzala*. Pag. 65

79 Cláudia Castelo, «Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre», 2011. Pag. 263

80 Freyre et al., *Casa-grande & senzala*. Pag. 70 - *“sem ela não se explicaria ter um Portugal quase sem gente, (...) conseguido salpicar virilmente do seu resto de sangue e de cultura populações tão diversas e a tão grandes distâncias umas das outras: na Ásia, na África e na América, em numerosas ilhas e arquipélagos. (...)”*

81 Freyre et al., *Casa-grande & senzala*. Pag.70

caraterística descrita a cima, pois era um fator que facilitava esta mobilidade) – os portugueses foram aqueles que mais se destacaram neste aspeto⁸², qualidade que advém do contacto com os povos de fé maometana que tinham invadido Portugal⁸³. Os colonos nacionais rapidamente se relacionavam com as mulheres locais, criando gerações de “filhos mestiços”⁸⁴, o que permitiu colmatar o deficiente número de população (Portugal era um país com pouca população, se não fosse através da miscigenação dificilmente seria possível que um país pequeno como este se conseguisse afirmar em novos territórios, ou que conseguisse espalhar-se por áreas tão vastas).

“A miscibilidade, mais do que a mobilidade, foi o processo pelo qual os portugueses compensaram-se da deficiência em massa ou volume humano para a colonização em larga escala e sobre áreas extensíssimas. (...)”⁸⁵

Por último, mas não menos importante, a “ACLIMATIBILIDADE”, referente à capacidade que os colonos portugueses teriam na adaptação a novos climas e condições meteorológicas. Esta fácil adaptação estaria justificada com o fato de que o clima e o solo de Portugal serem mais aproximados aos territórios coloniais portugueses em África, do que da restante Europa. Usando um excesso de simplificação, o autor defende que o clima que se fazia sentir em solo português facilitava esta transição para territórios de clima tropical, não só a nível de cultura de alimentos, mas também de adaptação dos colonos portugueses a estas terra. Nestes territórios, os colonos portugueses, por já estarem supostamente mais habituados a essas condições, não sofriam dificuldades de climatização, como se observava nos colonos do Norte europeu.⁸⁶ Todas estas características parecem ter origem da *bi-continentalidade* e do facto de a cultura portuguesa não estar presa a “nenhum exclusivismo de tipo no passado étnico do povo português;”⁸⁷ com uma “antropologia mista” já antiga⁸⁸, como referido a cima.

Na obra *O mundo que o português criou* – publicada pela primeira vez em 1940, sete anos depois da publicação de *Casa Grande & Senzala*, de 1933 – Freyre estende, e fundamenta este conceito para outras colónias ultramarinas portuguesas, como as colónias em África, abrindo assim este universo para outros territórios para além do brasileiro⁸⁹. Se nestas obras estavam apresentadas as bases do que seria o Luso-tropicalismo, a verdade é que só nos anos de 1951 (quando o tema é apresentado em Goa, na conferência *Umacultura*

82 Freyre et al., *Casa-grande & senzala*. Pag.70 – “Quanto à miscibilidade, nenhum outro povo colonizador, dos modernos, excedeu ou sequer igualou nesse ponto os portugueses.”

83 Freyre et al., *Casa-grande & senzala*. Pag.71

84 Freyre et al., *Casa-grande & senzala*. Pag.70

85 Freyre et al., *Casa-grande & senzala*. Pag.71

86 Freyre et al., *Casa-grande & senzala*. Pag.72

87 Freyre et al., *Casa-grande & senzala*. Pag.280

88 Freyre et al., *Casa-grande & senzala*. Pag.280

89 Castelo, «Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre». Pag. 266

moderna: a Luso tropical) e 1952 (quando o tema é apresentado em Coimbra, na conferência *Em torno de um novo conceito de tropicalismo*)⁹⁰, é formalmente denominado este conceito.

É a partir deste momento que se começa a estudar mais aprofundadamente a forma como os colonos portugueses se integravam nos novos territórios, começando a apontar-se, de forma mais marcada, aspetos semelhantes de colonização observados nos diferentes territórios ultramarinos⁹¹. Como demonstra a historiografia dedicada a este tema, o Luso-tropicalismo, enquanto teoria formalizada, é uma teoria promovida artificialmente de que se aproveitou o Estado Novo.

Os portugueses, segundo Freyre, mostraram-se capazes de deixar as diferenças étnicas de parte, permitindo uma mutação da própria cultura através de um processo simbiótico, em que ensinavam os seus costumes e saberes aos locais, deixando ainda espaço para apreender aquilo que estes lhes teriam para ensinar – desde técnicas de agricultura, a métodos de lidar com o clima tropical, valores culturais, entre outros – permitindo assim que os colonos vindos de Portugal conseguissem dominar os novos territórios.

Como já foi referido, dois dos aspetos de maior destaque desta tese de Gilberto Freyre são a mestiçagem de que o povo português se mostrou capaz e a “*herança árabe e africana*”⁹² que os portugueses tinham. No entanto, curiosamente, a importância dada a estes fatores pelo autor na definição da teoria, foi uma das razões pela qual o regime do Estado Novo, nos anos 30 e 40, não reconhecia o modelo social de Freyre⁹³, já que as características não cabiam na idealização nacionalista da ditadura. Só nos anos 50 é que se começa a ver uma abertura para o conceito Luso-tropicalismo, e só então é que esta teoria começa a ser apresentada e ensinada aos diplomatas portugueses.

Até então o Luso-tropicalismo era apenas aceite no campo cultural, sendo que no que tocava ao poder político, sempre sofreu largas críticas e clara rejeição. Com o final da Segunda Guerra Mundial começa a ser necessário encontrar um argumento que justificasse a permanência de Portugal⁹⁴, como colonizador em território ultramarino, como explica Walter Rossa, Portugal

*“(...) mounted an increasingly virulent defense of its empire. It developed a theoretical and rhetorical apparatus to justify its continued possession of colonies, while drawing up unusually strong urban stimulus policies.”*⁹⁵.

É por esta razão que se inicia então, como dito anteriormente, este ensino do

90 Castelo, «Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre» Pag. 267

91 Castelo, «Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre». Pag. 268

92 Castelo, «Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre». Pag. 272

93 Castelo, «Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre». Pag. 272

94 Castelo, «O luso-tropicalismo e o colonialismo português tardio | BUALA».

95 Rossa, «Luanda and Maputo: Accounts of the two Capitals in Urban Heritage Discourse». Pag. 112

modelo social aos diplomatas portugueses. Este servia como argumento de defesa às questões colocadas sobre o porquê da presença de Portugal nas colónias em África e na Ásia⁹⁶, pressão reforçada com a Carta da Organização das Nações Unidas, em 1945, onde o princípio de autodeterminação dos povos se viu consagrado.⁹⁷

Embora o único parâmetro aceite pelo Estado Novo Português e, até certo ponto, aprovado fosse a “*confirmação da especial capacidade dos portugueses para a colonização.*”⁹⁸, Portugal começa a encontrar maneiras de “moldar” o conceito do Luso-tropicalismo de Freyre de modo a este responder às questões e acusações feitas pela comunidade internacional. O Estado português justifica esta atitude afirmando que Portugal não era apenas o território continental, mas sim o conjunto total do país juntamente com as suas colónias ultramarinas.⁹⁹

Não foi apenas no panorama de discussão internacional que Portugal se apropriou do modelo social de Freyre, no âmbito propagandista também se fez uso dos ideais promovidos pelo Luso-tropicalismo, bem como em discursos de representação nacional no estrangeiro. Aqui, Portugal apresentava-se como sendo uma: “*comunidade multirracial, composta por parcelas territoriais geograficamente distantes, habitadas por populações de origens étnicas diversas, unidas pelo mesmo sentimento e pela mesma cultura. (...)*”¹⁰⁰, onde o poder não se baseava num ato colonial, ao contrário do que acontecia com os outros países colonizadores, mas sim nessa condição histórico-geográfica.

Durante este processo em que a independência das colónias ultramarinas estava latente, o Estado Novo de tudo fez para que este não fosse conhecido dos portugueses, auxiliando-se para isso do controlo que tinha sobre os órgãos de comunicação social, e a informação que era passada por estes para dentro e fora do país, tentando sempre transmitir uma imagem de união entre a metrópole e as colónias¹⁰¹, bem como a imagem de um Portugal “*tolerante, fraterno, plástico e de vocação ecuménica*”.¹⁰²

Assim o Luso-tropicalismo de Freyre serve o Estado Novo na perfeição para a justificação do porquê da presença de Portugal nas colónias africanas, com argumentos com bases na história do país, que justificariam esta necessidade de estar presente em vários pontos do globo, por ser algo que estaria na génese do povo Lusitano, bem como a aparente

96 Castelo, «Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre». Pag. 272

97 Castelo, «O luso-tropicalismo e o colonialismo português tardio | BUALA».

98 Castelo, «O luso-tropicalismo e o colonialismo português tardio | BUALA».

99 José Pedro Sousa, «Lusotropicalismo e o mito da Portugalidade», Observador, acedido 14 de Dezembro de 2020, <https://observador.pt/opiniao/lusotropicalismo-e-o-mito-da-portugalidade/> - nas palavras de António Oliveira Salazar “*a constituição portuguesa defina a nação portuguesa como um Estado unitário na complexidade dos territórios que a constituem e os povos que a habitam*”.

100 Castelo, «O luso-tropicalismo e o colonialismo português tardio | BUALA».

101 Castelo, «Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre». Pag. 273 – “*A propaganda encarregou-se disso, de forma incansável: era urgente moldar o pensamento para conformar a ação, sobretudo dos candidatos a colonos e dos agentes do poder colonial no terreno.*”

102 Castelo, «Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre». Pag. 273



Fig. 19 - Visita do presidente Américo Thomaz a Luanda, 1963

Fonte: Moassab, «Algumas linhas sobre a urbanização colonial em Angola»

aptidão para educar e instruir os povos nos jeitos europeus, sem ser demasiado hostil.

Esta teoria, no entanto, recebeu ampla contestação no meio da sociologia, principalmente a partir da década de 1960, pois, a abordagem defendida em muito fugia à teoria defendida pelo Luso-tropicalismo. Em relação à mestiçagem, por exemplo, ao contrário do que Freyre defendia, e como explica Cláudia Castelo, esta tinha tido origem no “*número reduzido de mulheres brancas (razão circunstancial) e não em supostas características morais ou numa visão política superior.*”¹⁰³ Para além disso, a premissa de que os portugueses tinham sido superiores aos outros países colonizadores europeus no que respeitava a comportamentos racistas e de aceitação de crenças, não se enquadrava na realidade que se tinha vivido nas colónias.¹⁰⁴

No campo da arquitetura, o Luso-tropicalismo faz-se sentir de forma muitas vezes bem-sucedida, como é referido várias vezes por Cláudia Castelo, em *Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre*. De resto, este sucesso, é notório no traçado dos planos realizados para as cidades em território ultramarino – através da miscigenação de traços arquitetónicos que os portugueses tentam alcançar¹⁰⁵, bem como uma tentativa daquilo que se aproxima a uma aclimatibilidade arquitetónica.

Exemplo disso é a tentativa de adaptação de técnicas usadas em Portugal metropolitano, mais precisamente no Sul de Portugal, Alentejo, onde se considera que, por esta região apresentar um clima mais quente, algumas das técnicas aqui usadas apresentariam boas soluções para os problemas que se enfrentavam no clima africano.¹⁰⁶

No que respeita à escala da arquitetura, observa-se que a que era realizada nas colónias ultramarinas no período do domínio do Estado Novo, era um espelho do que se fazia em Portugal continental. Nas grandes cidades sob o domínio português, que se desenhavam em território africano, os edifícios que se projetavam tinham o mesmo carácter monumental (Fig. 19) observado nas cidades de maior importância em território continental¹⁰⁷, sendo que muitas vezes os edifícios erguidos em território colonial acabavam por superar, no que respeita a grandiosidade, aqueles que se realizavam em território de Portugal metropolitano.

Isto demonstrava a vontade e necessidade do Estado português de afirmar o seu poder nestas colónias, fazendo da arquitetura um instrumento para tal. Como já referido,

103 Castelo, «Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre». Pag. 275

104 Castelo, «Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre». Pag. 276

105 Ana Vaz Milheiro, «Africanidade na Arquitetura Colonial Portuguesa», em *Nos Trópicos Sem Le Corbusier* (Relógio D'Água Editores, 2012), 416–459. Pag.419 – “(...) os arquitetos que produzem projectos para África durante a segunda metade do século XX aprofundam soluções arquitetónicas especializadas e que estas, no seu conjunto, geram uma identidade cultural mesmo que miscigenada. (...)”

106 Ana Vaz Milheiro, Ângela Mingas, e Paola Bernstein Jacques, «Africanidade na Arquitetura Colonial Portuguesa», 2011.

107 Milheiro, Mingas, e Jacques, «Africanidade na Arquitetura Colonial Portuguesa». Pag. 95 - “Os palácios do governo, as escolas, as delegações de correios (...) apresentam fachadas (tendencialmente) monumentais e historicistas que reproduzem (...) Lisboa, Coimbra, na Covilhã ou em Faro.”

esta vontade de afirmação começa a acontecer com mais intensidade na segunda metade do século XX, após a Segunda Grande Guerra, quando passa a ser necessário justificar a presença das potências colonizadoras nos territórios ultramarinos. Até ao momento da Segunda Guerra Mundial, sentia-se uma “(...) disseminação de uma cultura art déco, que começa a consolidar a imagem moderna das cidades africanas (...)”¹⁰⁸, tanto nos territórios ultramarinos como no Portugal Metropolitano. Esta tendência para a *art déco*, no entanto, vai acabar por ser “desmantelada” no decurso do Estado Novo que, como explicado mais adiante, vai começar a implementar e adaptar os velhos edifícios com traços *déco*, a uma arquitetura de expressão mais nacionalista.¹⁰⁹

Para que melhor se aplicasse esta nova política urbana, o Estado Novo sente necessidade de criar um organismo que ficasse responsável pela coordenação destas propostas, nascendo, assim, o Gabinete de Urbanização Colonial, em 1944.

No pós-guerra, quando começa a ser notória a necessidade de redobrar a atenção dada ao tipo e formas de fazer arquitetura nestes territórios coloniais¹¹⁰, de modo a “agradar” à comunidade internacional, sobretudo no que dizia respeito às comunidades ultramarinas, utilizando esquemas urbanísticos europeus. Exemplo destes esquemas urbanísticos utilizados é o modelo da Cidade-Jardim, que se detalha no ponto seguinte, e que propunha a reorganização e regularização do traçado das cidades, bem como a implementação de edifícios que representassem o poder governamental.

O governo português apercebe-se da importância da formação dos arquitetos portugueses no campo da arquitetura tropical e cresce o interesse em educar estes técnicos nesse sentido. Nomeadamente, a preocupação sobre quais as tecnologias e materiais que melhor se adaptam aos climas tropicais, começa a estar presente. Cria-se, por isso, um gabinete especializado para o desenvolvimento consistente de “(...) planos urbanos, habitação para funcionários públicos e edifícios hospitalares.”¹¹¹, que mais tarde estendem as suas competências para a criação do Gabinete de Urbanização Colonial (1944-1951) com a função de programar “(...) todos os tipos de programas de edifícios públicos que equipam uma cidade de média dimensão (...)”¹¹². Este gabinete foi criado em 1944 por Marcelo Caetano, e mais tarde passa a Gabinete de Urbanização Ultramarino (1951-1957), e de seguida os poderes deste órgão passam para a Direção de Obras Públicas e Comunicação (1957-1974), estando sempre sob égide do Ministério do Ultramar.

É neste Gabinete que se começam a concentrar os esforços para a formação de uma série de técnicos especializados na arquitetura tropical, com uma linguagem própria

108 Milheiro, «Africanidade na Arquitetura Colonial Portuguesa». Pag. 427

109 Milheiro, «Africanidade na Arquitetura Colonial Portuguesa». Pag. 427.

110 Milheiro, «Africanidade na Arquitetura Colonial Portuguesa». Pag. 419 - “Paralelamente a África que os portugueses administram no segundo pós-guerra, e que constitui um dos últimos impérios coloniais europeus, (...)”

111 Milheiro, «Africanidade na Arquitetura Colonial Portuguesa». Pag. 432

112 Milheiro, «Africanidade na Arquitetura Colonial Portuguesa». Pag. 432

e que definisse uma imagem de arquitetura do Estado Novo (o supracitado urbanismo institucional), e que se localizava, não em território ultramarino, mas sim em território de Portugal Metropolitano, em Lisboa¹¹³. Os arquitetos que aqui trabalhavam, embora com formação para realizar uma arquitetura adaptada a climas tropicais, não estavam em contacto com ele, logo os seus trabalhos integravam a teoria que tinham absorvido, mas não a realidade que se vivia nos locais.

Nos projetos e planos propostos por este Gabinete para territórios coloniais, à imagem do que se passava em Portugal, os modelos que vinham da restante Europa eram aqueles que lhes serviam de base. Estes modelos eram provenientes, principalmente, das escolas de urbanismo francesa e inglesa, já tinham sido explorados anos antes por outras potências coloniais europeias¹¹⁴, como já referi anteriormente. Para esta educação especializada em arquitetura tropical, arquitetos portugueses são enviados a integrar o curso de *Tropical Architecture*, na *Architectural Association*, em Londres¹¹⁵.

Ao longo, deste processo as obras criadas, embora continuem a ter traços nacionalistas e que em muito se assemelhavam às obras criadas em Portugal Metropolitano, têm adaptações para que se enquadrem melhor no clima tropical. Começa-se, assim, a observar nas obras produzidas uma miscigenação de culturas arquitetónicas portuguesa e africanas, em que a arquitetura moderna começa a ter mais espaço para se desenvolver, proporcionando assim o aparecimento de uma cultura arquitetónica autónoma. Como explica Ana Vaz Milheiro:

“(...). Ao longo dos últimos vinte anos de domínio colonial, a singularidade da experiência africana acentua-se à medida que a opção pelo moderno continua muito para lá da atenção que os arquitectos portugueses lhe dedicam no território metropolitano, facilitando um desenvolvimento arquitetónico autónomo.”¹¹⁶

As soluções encontradas muitas vezes têm por bases técnicas e soluções utilizadas na metrópole, no entanto existe espaço para um diálogo entre as duas culturas arquitetónicas. Isto permite que se encontre uma otimização destas soluções, onde a miscigenação de arquiteturas¹¹⁷ acontece, quer em termos de traçado, quer em termos de técnicas construtivas e arquitetónicas. O fator principal que, de certa forma, força este diálogo é o clima tropical de África, onde a mistura de soluções portuguesas e africanas tentam encontrar a melhor resposta.

113 Milheiro, «Africanidade na Arquitetura Colonial Portuguesa». Pag. 433

114 Milheiro, «Africanidade na Arquitetura Colonial Portuguesa». Pag. 427 – “soluções já testadas de outras potências coloniais oitocentistas, designadamente de cultura francófona.”

115 Milheiro, «Africanidade na Arquitetura Colonial Portuguesa». Pag. 444

116 Milheiro, «Africanidade na Arquitetura Colonial Portuguesa». Pag. 422

117 Milheiro, «Africanidade na Arquitetura Colonial Portuguesa». Pag. 433-37 – “A “novidade” está em encontrar soluções de adequação climática e exequíveis na perspectiva dos meios coloniais disponíveis para a sua construção. O resultado é uma unidade figurativa entre produções colonial e metropolitana. (...)”

Mesmo nesta junção de respostas e soluções, continua a manter-se o traçado procurado pelo Estado Novo, deixando ainda assim espaço para traçados mais modernistas que facilitam a introdução de soluções mais favoráveis a climas tropicais. Como refere Ana Vaz Milheiro:

*“A arquitectura alentejana fornece o arquétipo, (...) não pretende “apresentar uma solução definitiva”, confiando nas modificações sugeridas pelos “técnicos locais”, (...). (...), a tradição portuguesa parece assim capaz de fornecer uma matriz para o desenvolvimento da arquitectura tropical.”*¹¹⁸

No campo urbanístico, a partir da década de 1940 as cidades passam a ser desenhadas “(...) segundo os novos planos urbanísticos, [e] obedecem a uma série de princípios que tendem a homogeneizar a sua “matriz” portuguesa, ainda que deixando-se influenciar pelos diversos movimentos internacionais. (...)”¹¹⁹, como demonstraram os planos estudados adiante. Os modelos da Cidade-Jardim de Howard, e as cidades-satélite que com este surgem¹²⁰, passam a ser utilizados nos desenhos das novas cidades, integrando o discurso do Luso-tropicalismo.

Assim, é possível afirmar-se que o modelo urbano de Howard é uma via para a aplicação do Luso-tropicalismo, nos parâmetros do Estado Novo, no campo urbanístico. É através da cidade satélite que, nos anos quarenta, é feita uma segregação da população local para espaços fora da cidade principal, no entanto, quando os direitos das colónias começam a ser contestado pela Comunidade Internacional, no pós-guerra, e acontece a viragem para uma arquitetura tropical e mais atenta às necessidades locais, são feitas propostas de alojamentos-tipo para os habitantes locais, respeitando as técnicas e formas utilizadas por estes¹²¹, de modo a permitir uma autonomia na construção de bairros que poderiam estar integrados na restante cidade.

Ferramentas de urbanismo como o zoneamento, começam a ser utilizadas para a elaboração de novos projetos de cidades, e começam a ter em conta a opinião pública através de inquéritos feitos aos habitantes. Alguns casos onde foi utilizado o zoneamento são, por exemplo, o plano para Bissau (Fig. 20), realizado por arquitetos de Lisboa, onde o plano estava sectorizado em espaço residencial, escolar, hospitalar, desportivo, portuário, entre outros¹²², bem como os projetos que serão apresentados mais à frente nesta dissertação

118 Ana Vaz Milheiro, «Nos Trópicos sem Le Corbusier», em *Nos Trópicos sem Le Corbusier - Arquitectura luso-africana no Estado Novo* (Relógio d'Água Editores, 2012), 460–75. Pag. 470

119 Milheiro, «Africanidade na Arquitectura Colonial Portuguesa». Pag. 438

120 Milheiro, «Africanidade na Arquitectura Colonial Portuguesa». Pag. 438

121 Milheiro, «Africanidade na Arquitectura Colonial Portuguesa». Pag. 447 – “Neste momento, a necessidade de integrar os bairros indígenas nas cidades consolidadas é já plenamente aceite quer pelos arquitectos quer pelos políticos e os novos planos – (...) – chegam mesmo a desenhar residências-tipo para a população autóctone, baseadas na casa africana tradicional.”

122 Milheiro, «Africanidade na Arquitectura Colonial Portuguesa». Pag. 441



Fig. 20 - Plano Geral de Urbanização da cidade de Bissau, 1948, Sarmiento Rodrigues

Fonte: Milheiro, «O Gabinete de Urbanização Colonial e o traçado das cidades luso-africanas na última fase do período colonial português».



Fig. 21 - Bairro Prenda, Luanda

Fonte: <http://cargocollective.com/arquitecturamodernaluanda/filter/Obras>

– o *Plano de Urbanização para a Cidade de Luanda*, de Étienne de Gröer e David Moreira da Silva, e a proposta de Vasco Vieira da Costa, *Luanda- a Cidade Satélite nº 3*, onde esta ferramenta esteve presente.

É por isso que, já tardiamente, no final do processo de colonização (nas décadas de 1960 e 1970), seja possível observar-se uma miscigenação efetiva de culturas na arquitetura e no urbanismo, que acabam por se traduzir também numa miscigenação na própria população, onde se começa a observar um esforço de integração social na vida da cidade. Um exemplo disto é o Bairro Prenda (Fig. 21), em Luanda, onde no seu desenho existe uma intenção de integrar a cultura indígena junto dos bairros dos chamados “civilizados”

“Na capital angolana, Fernão Lopes Simões de Carvalho, também antigo estagiário do Gabinete de Urbanização do Ultramar, promove a partir dos serviços de urbanização da Câmara Municipal, que organiza em 1961, a ideia de uma cidade dividida em bairros constituídos por Unidades de Vizinhança, onde a integração dos assentamentos informais e a miscigenação racial e social é um dos dados do urbanismo. (...)”¹²³

“(...) Consequentemente em Luanda, interpreta o desejo do novo e de expansão que a cidade ambiciona: a Luanda que o Prenda começa a construir – como demonstração da visão urbana de Simões de Carvalho para a sua cidade natal – é já inovadora dentro do que são as concepções urbanas testadas até então pelos portugueses.”¹²⁴

Assim, para uma melhor compreensão tanto do contexto dos planos abordados nesta dissertação, como da forma como se agiu nas colónias ultramarinas, senti necessidade de estudar um período temporal compreendido entre os anos de 1933, ano em que, como referido, entra em vigor o regime do Estado Novo, até ao ano em que este sai do poder, o ano de 1975. A análise feita nesta dissertação, no entanto, acaba por se focar num recorte deste mesmo período temporal, balizado entre o ano de 1941, que marca o início do primeiro plano para Luanda que aqui é estudado, e o ano de 1952, data em que é finalizado o último plano aqui apresentado.

Ainda assim, é possível distinguir duas grandes épocas com estratégias distintas. Uma primeira, caracterizada por ser mais impositiva e nacionalista, e uma segunda mais informada e mais adaptada à realidade das colónias ultramarinas. Como será possível verificar, o período temporal em que recai o estudo desta dissertação, encaixa-se na primeira categoria, sendo que é possível observar, à medida que se avança nas datas dos planos aqui

123 Milheiro, «Africanidade na Arquitetura Colonial Portuguesa». Pag. 454

124 Milheiro, «Africanidade na Arquitetura Colonial Portuguesa». Pag. 455

apresentados, uma aproximação à segunda época acima mencionada, onde se começa a demonstrar uma atenção diferente às necessidades coloniais, ainda que muito presa aos ideais nacionalistas.

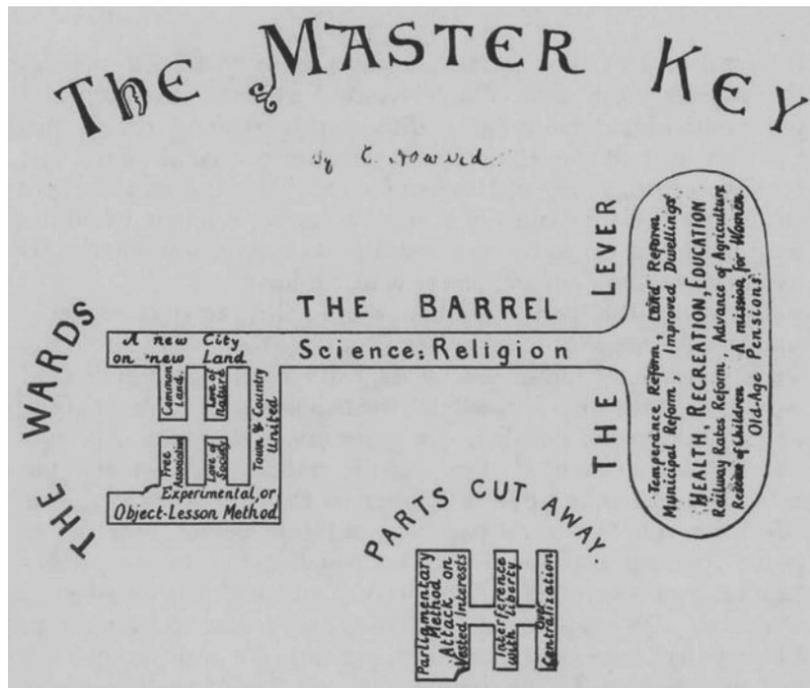


Fig. 22- Diagrama da *Master Key*, de Ebenezer Howard

Fonte: Beevers, *The Garden City Utopia: a critical biography of Ebenezer Howard*. Pag. 41

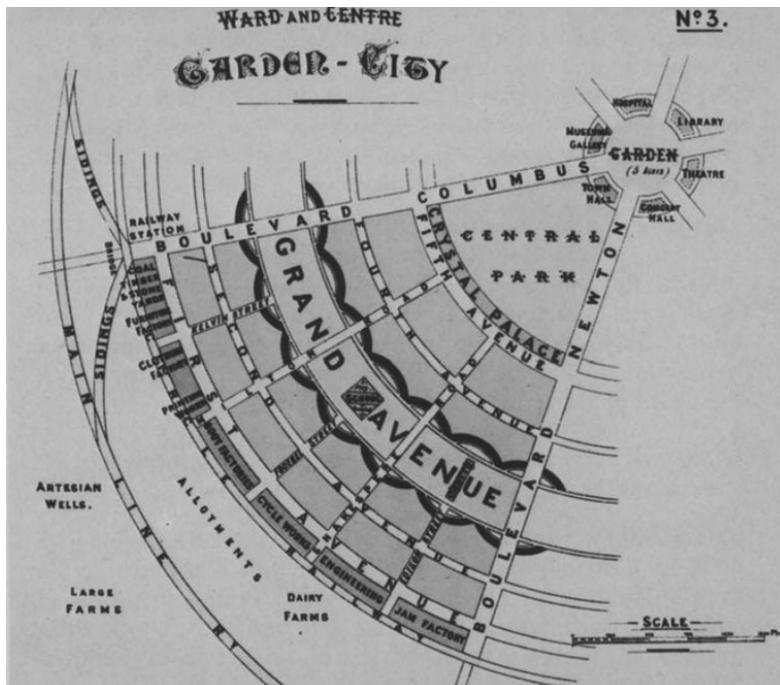


Fig. 23 - Diagrama da *Garden City, Ward and Center*, presente na obra 'To-Morrow', de Ebenezer Howard

Fonte: Beevers, *The Garden City Utopia: a critical biography of Ebenezer Howard*. Pag. 51

A Cidade-Jardim

O modelo da Cidade-Jardim, sucintamente apresentado na introdução, foi criado por Ebenezer Howard, nos finais do século XIX, numa tentativa de solucionar as más condições da cidade inglesa que se fazia sentir à época, tendo sido apresentado na obra *Tomorrow*, de 1898.

O primeiro modelo da Cidade-Jardim surge, assim, da vontade do seu autor de criar uma “chave” para a cidade perfeita (daí a primeira proposta feita para este modelo ter sido chamada pelo próprio Howard de “*The Master Key*” (Fig. 22), nome que mais tarde se altera). Este modelo deveria atender a uma série de ciências, bem como ao campo artístico, como o próprio Ebenezer Howard refere na supracitada obra “...*deveria estar de acordo com amplo leque de ciências – as ciências da Sociologia, da Ética, da Economia, de Saneamento, e da Física – enquanto no campo artístico, as Artes da Arquitetura e Engenharia e também a Pintura e a Escultura, Paisagismo e Agricultura, Música e Poesia...*”¹²⁵

No que dizia respeito ao desenho urbano, este modelo proponha uma união entre o campo e a cidade, onde se esperava que “*opposites are reconciled, common ownership and free association became compatible, social pleasures and the solitary enjoyment of natur go hand in hand*”, harmonia utópica que se esperava atingir através do método de experimentação¹²⁶. Este modelo de cidade, por ser algo de inovador na sociedade inglesa dos finais do século XIX, exigia que se convencesse tanto a população como os membros da sociedade em cargos de poder dos seus benefícios. Por esta razão, Howard tenta demonstrar este modelo junto da população de modo a ganhar o seu apoio, afirmando que ao aderir a este novo esquema de cidade se resolveriam várias injustiças sociais que se sentiam na altura, mas sempre com o cuidado de não deixar que este fosse associado com o movimento socialista, de que ele se tentava constantemente distanciar.¹²⁷

À medida que esta ideia se ia desenvolvendo, Howard descrevia esta cidade utópica com cada vez mais detalhe, discriminando dimensões e formas ideais, parâmetros que iam sendo alterados quando o autor se apercebia de soluções mais eficientes (um bom exemplo disto é a forma proposta da cidade, que passa de um retângulo para um círculo, por Howard entender que seria mais simples representar, em diagrama, uma cidade circular a uma retangular. (Fig.23)). Mais tarde, Howard denomina-a de *Unionville*, por representar a união perfeita do campo e da cidade.¹²⁸ Este modelo, por incluir nele todos os aspetos

125 Excerto de “*The Master Key*” retirado de: Robert Beevers, *The Garden City Utopia: a critical biography of Ebenezer Howard* (Abingdon SO: Olivia Press, 2002). Pag. 40; tradução do excerto: “(...) to be fully in accord with a whole range of sciences – the sciences of Sociology, of Ethics, of Economics, of Sanitation, and of Physics - while the Arts of Architecture and Engineering as well as of Painting and Sculpture, Landscape gardening and Agriculture, Music and Poetry (...)”

126 Beevers, *The Garden City Utopia: a critical biography of Ebenezer Howard*. Pag. 42

127 Beevers, *The Garden City Utopia: a critical biography of Ebenezer Howard*. Pag. 43

128 Beevers, *The Garden City Utopia: a critical biography of Ebenezer Howard*. Pag. 44



Fig. 24 - Vista aérea atual da Cidade-Jardim de Letchworth

Fonte: Google Earth

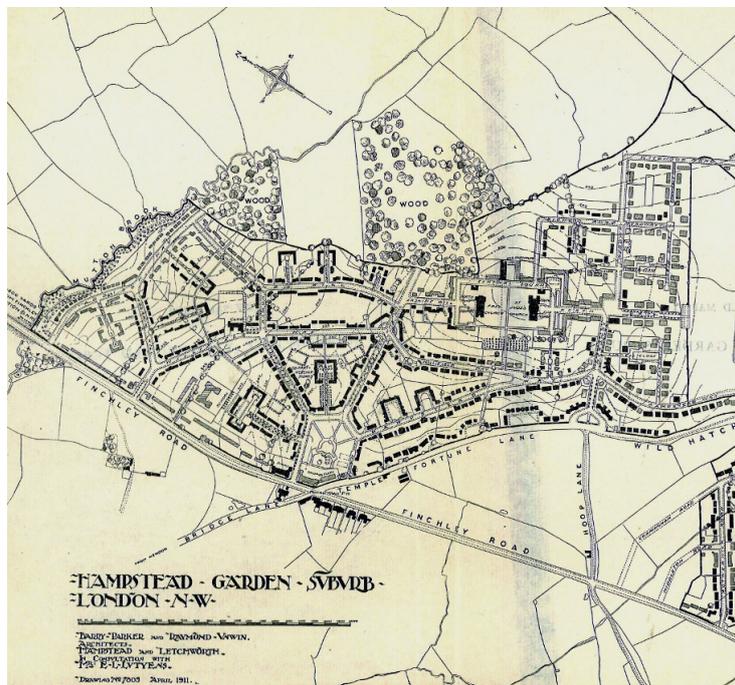


Fig. 25- Gravura Subúrbio-Jardim Hampstead, Londres

Fonte: <http://abeiradourbanismo.blogspot.com/2017/11/as-sete-vidas-da-cidade-jardim-iii.html>

necessários para a formação de uma sociedade – espaço residencial, espaços de lazer, espaços industriais e espaços agrícolas – permitia que fosse criada uma economia circular, que proporcionava uma sociedade totalmente autônoma – os habitantes iriam consumir e adquirir aquilo que por eles era produzido.¹²⁹

A proposta de Howard representava ainda uma oportunidade de experimentação, não só em termos arquitetônicos/urbanísticos, mas também no campo da engenharia, com custos bem mais acessíveis em comparação àqueles que eram praticados em cidades pré-existentes. Exemplo disso seria o sistema de esgotos que o urbanista propunha que engenheiros civis criassem para a nova urbe, e que representaria um novo método para solucionar os problemas sanitários que então se verificavam nas cidades inglesas.¹³⁰ Para além disto, Howard afirmava que o sistema agrícola por ele proposto iria encorajar a uma maior produtividade.

Segundo a descrição do próprio, a Cidade-Jardim deveria ter uma forma circular, com dimensões previamente impostas, dividida através de seis avenidas/ *boulevards* principais em seis canais/partes iguais. No centro desta circunferência deveria estar o jardim principal, de forma também circular, estando este rodeado pelos edifícios municipais – a Câmara, Teatro Municipal, Auditório Municipal, Museu Municipal, Biblioteca Municipal, entre outros. Estes edifícios teriam uma das fachadas viradas para o chamado Parque Central, onde poderiam estar localizados espaços de lazer (como campos de futebol, *courts* de ténis, entre outros).

Em redor deste Parque Central, existiria um Palácio de Cristal, que serviria para, por um lado, convidar a população da cidade a estar no parque mesmo quando as condições meteorológicas não o permitissem, por outro seria utilizado como espaço de trocas comerciais e exposição de materiais, e ainda comportaria uma componente botânica, através de um jardim de inverno aqui situado.

No anel seguinte estaria a área residencial. As habitações aqui presentes teriam os mais variados traços arquitetónicos, tornando assim a cidade num espaço ao mesmo tempo coeso e ordenado, mas ainda assim variado e com nuances de estilo. Como o próprio Howard descreve:

“(...)These homes are of the most varied architecture and design that ingenuity and individuality can suggest - a general observance of street line or harmonious departure from it being the chief point over

129 Beever, *The Garden City Utopia: a critical biography of Ebenezer Howard*. Pag. 45: “(...), the fortunate farmer of Unionville has a market on his doorstep.”

130 “(...) In practice all Howard’s idea amounted to was the fact that civil engineers would have, as he put it, a clean sheet when designing the system of sewage disposal in the new city where technical opportunities would not be lost because of prohibitive cost, as would be the case in any established city.(...)” retirado de: Beever, *The Garden City Utopia: a critical biography of Ebenezer Howard*. Pag. 46



Fig. 26 - Vista aérea atual da Cidade-Jardim de Welwyn

Fonte: Google Earth

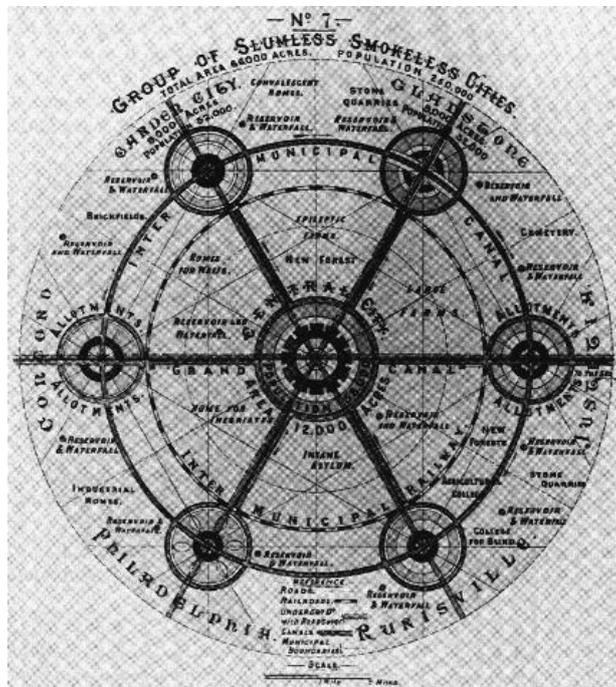


Fig. 27 - Diagrama representativo de como as cidades satélites se deveriam organiza; este diagrama encontra-se presente apenas na primeira edição da obra de Ebenezer Howard

Fonte: <https://urbanidades.arq.br/2008/10/13/ebenezer-howard-e-a-cidade-jardim/>

which the Board of Management exercises control.”¹³¹

A separar a área residencial da zona industrial, é proposto um Anel Verde onde se inclui a área reservada a escolas, igrejas e outros equipamentos e espaços comuns considerados pertinentes. Ultrapassando este anel, e passando para a o anel mais exterior da Cidade-Jardim, encontram-se todas as fábricas, oficinas, armazéns, lavandarias, termas e restantes serviços que servem a dita cidade. Estas estariam unidas à cidade através de uma linha ferroviária, permitindo assim o transporte dos bens e produtos, bem como transportar estes a cidades e mercados vizinhos.¹³² (Fig. 23)

Esta primeira proposta de Howard, embora inovadora e bem-intencionada, não foi inicialmente bem recebida por ser impraticável no que dizia respeito à economia e ao desenvolvimento financeiro, pois o capital que seria necessário dispensar para a criação desta utopia era demasiado elevado, e com poucas garantias de rápido retorno.

Embora fosse o criador do modelo da Cidade-Jardim, Howard nunca passou muito da teoria, sendo que pouco contribuiu com exemplos práticos de como devia ser desenhada a cidade, por achar que estes deveriam ser elaborados por pessoas com competências para tal, nomeadamente, arquitetos.

É o que se observa em 1903, quando a proposta para uma Cidade-Jardim que viria a ser efetivamente elaborada – a Cidade-Jardim de Letchworth (Fig.24) – pelo plano de Raymond Unwin e Barry Parker¹³³, realizado sob a orientação da *Garden City Association*, criada anos antes, em 1899. Embora respeitando quase na totalidade os diagramas de Howard, os dois arquitetos acabam por realizar alterações a esta proposta, algo que Ebenezer Howard compreendia por muitas vezes se tratarem de adaptações ao local de implantação desta nova cidade¹³⁴. Para além da cidade de Letchwood, outras cidades no Reino Unido tiveram por base este modelo urbano, como a cidade de Hampstead (Fig. 25) (1907, projeto para um subúrbio jardim), e a cidade de Welwyn (1919) (Fig.26).

Embora muitos opositores da ideia argumentassem que esta cidade, por ter dimensões “predefinidas”, não era viável caso houvesse um crescimento da urbe, a verdade é que Howard tinha pensado numa solução para esta problemática – a criação de uma série de cidades não muito distantes da cidade inicial, que teriam os mesmos moldes – as Cidades Satélite. (figura 27) ¹³⁵.

O modelo da Cidade-Jardim começa a ganhar mais visibilidade internacionalmente após a Primeira Guerra Mundial, quando começa a haver uma necessidade de reconstruir

131 Beevers, *The Garden City Utopia: a critical biography of Ebenezer Howard*. pag. 52

132 Beevers, *The Garden City Utopia: a critical biography of Ebenezer Howard*. Pag. 50-53

133 Beevers, *The Garden City Utopia: a critical biography of Ebenezer Howard*. Pag. 100

134 Beevers, *The Garden City Utopia: a critical biography of Ebenezer Howard*. Pag. 103

135 Renato Saboya, «Ebenezer Howard e a Cidade-Jardim - Urbanidades - Urbanismo, Planejamento Urbano e Planos Diretores», 13 de Outubro de 2008, <https://urbanidades.arq.br/2008/10/13/ebenezer-howard-e-a-cidade-jardim/>.

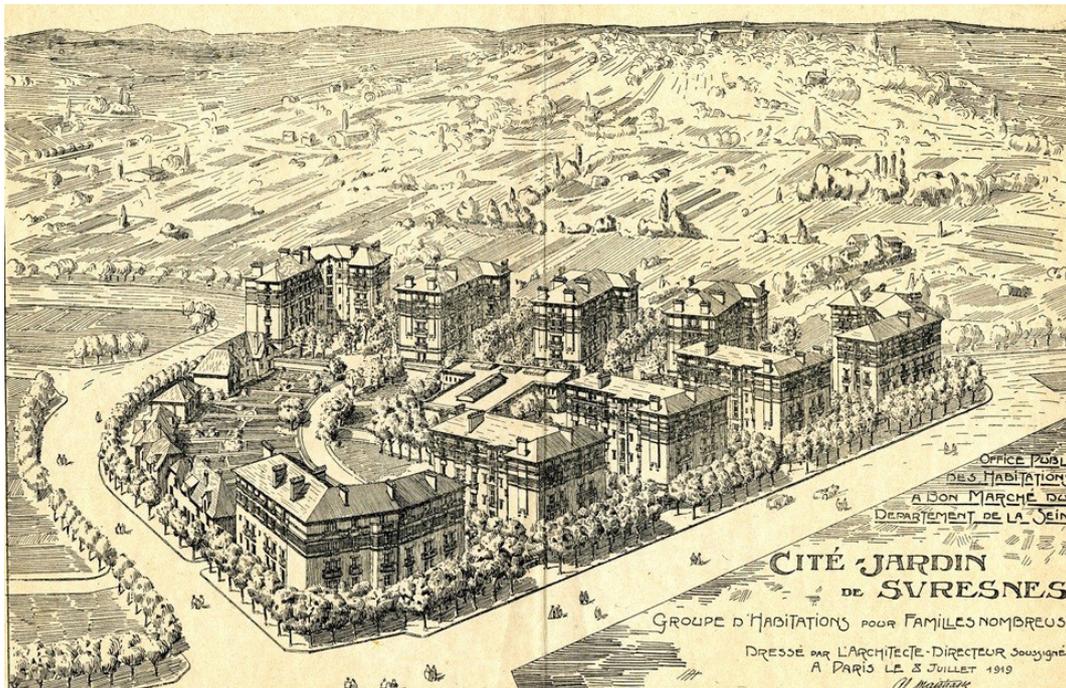


Fig. 28 - Gravura da Cidade-Jardim de Suresne

Fonte: <http://abeiradourbanismo.blogspot.com/2017/11/as-sete-vidas-da-cidade-jardim-iii.html>

as cidades destruídas. O facto de a difusão ter ocorrido nesta época, quando muitas cidades se encontravam em processo de reconstrução após a destruição causada pela Primeira Guerra Mundial, levou a que alguns dos traços que marcavam o modelo acabassem por se alterar, no que dizia respeito ao desenho das ruas e à forma como estas se desenvolviam, de modo a melhor se adaptarem às situações que se viviam nas cidades que necessitavam de intervenção.

Este esquema começou mais tarde a proliferar pela restante Europa, como é o caso de França, onde o modelo da Cidade-Jardim começa a ser introduzido em 1902, com a tradução do livro de Howard para francês. Em 1903 é criada, semelhante à inglesa *Garden City Association*, a *Association des Cités Jardins*, que difunde o novo modelo urbano na sociedade francesa. (Fig. 28) Começa a observar-se uma grande influência da Cidade-Jardim nos planos urbanos franceses que se realizam então, sendo que muitos arquitetos da época, entre os quais o arquiteto urbanista francês Alfred Agache¹³⁶, mostram pelos seus projetos serem apologistas desta ideologia urbana. Com base neste modelo, foram projetadas cerca de 16 cidades para os arredores de Paris (entre 1916 e 1939), aproximando-se mais à abordagem de Unwin da Cidade-Jardim, do que do modelo original promovido por Howard.¹³⁷

A abordagem francesa do modelo da Cidade-Jardim, denomina-se de Subúrbio Jardim francês, por se tratar duma interpretação do modelo de Howard aplicado ao desenho urbano das cidades francesas. Esta interpretação, como se irá verificar mais adiante, acabará por ter grande impacto nos trabalhos realizados pelo arquiteto Étienne de Gröer, e diferenciava-se do modelo original de Howard por encurtar as distâncias entre as cidades satélites e as cidades principais, fazendo com que houvesse uma relação de muito maior dependência entre estas, algo que Howard pretendia contrariar.¹³⁸

Em Portugal o modelo da Cidade-Jardim entra por influência dos arquitetos estrangeiros que são convidados a trabalhar para o Regime da época, numa tentativa de destacar Portugal no campo urbanístico internacional e criar uma imagem para o Estado Novo. Estas influências vêm principalmente de França, quer através de profissionais que lá iniciam a sua atividade, e são depois convidados a realizar projetos em Portugal, quer pela influência que muitos arquitetos portugueses trazem de lá após receberem formação académica em Universidades francesas. Como já foi referido anteriormente, tal é o caso do *Institut d'Urbanism de l'Université de Paris* e da *École Nationale Supérieure des Beaux-Arts de Paris*, onde arquitetos como David Moreira da Silva, Faria da Costa, Vasco Moreira da Costa, entre outros, acabam por fazer parte dos seus estudos.

136 Como referido anteriormente, este Arquiteto teve grande importância para o desenvolvimento do urbanismo em Portugal, quer direta quer indiretamente.

137 Afonso, «“O que foi feito dos Planos Gerais de Urbanização?”- A Produção Urbanística do Atelier Moreira da Silva (1941-1963)».pag. 45

138 Lôbo, *Planos de urbanização*. pag. 77



Fig. 29 - Plano de Urbanização da Costa do Sol, Planta de Zonas – Cascais, esc. 1:5000, 1933, por Alfred Donat-Agache e Étienne de Gröer
 Fonte: «Plano de Urbanização da Costa do Sol disponível no Arquivo Histórico Digital | Câmara Municipal de Cascais», acessido 30 de Junho de 2021, <https://www.cascais.pt/noticia/plano-de-urbanizacao-da-costa-do-sol-disponivel-no-arquivo-historico-digital>.

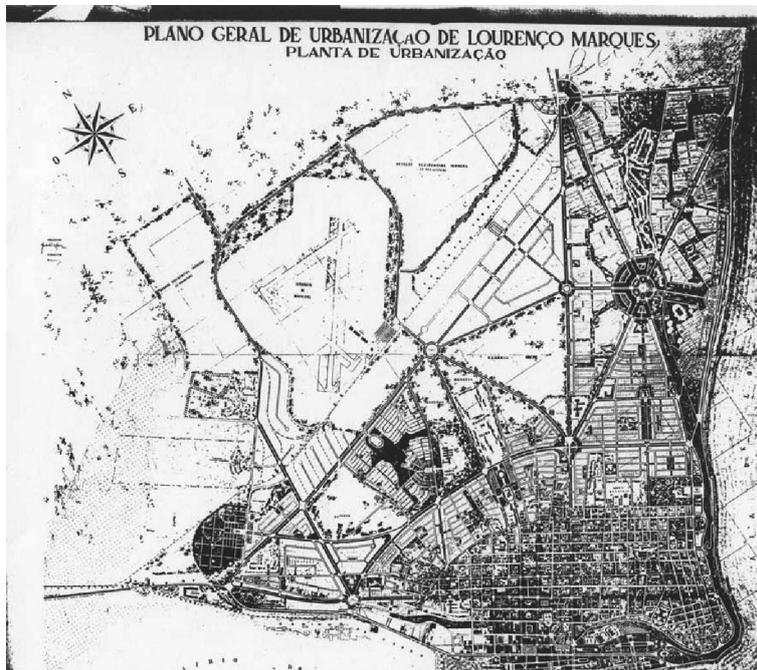


Figure 11 The 1952-55 urban plan

Fig. 30 - Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, Planta de Urbanização, 1952-55, João António de Aguiar

Fonte: Jenkins, P.. “Xilunguine, Lourenço Marques, Maputo – structure and agency in urban form: past, present and future.” (2010).

Dos arquitetos estrangeiros que realizam projetos em Portugal, há pelo menos dois nomes a destacar – o de Alfred Donat-Agache e o de Étienne de Gröer, o segundo discípulo e colaborador do primeiro. Estes dois arquitetos e urbanistas acabam por contribuir para a definição do urbanismo português na época do Estado Novo, desenvolvendo diversos projetos, à data, inovadores. De Gröer, principalmente, acaba por ter uma presença mais vincada no urbanismo em Portugal, podendo considerar-se o responsável pela introdução do modelo da Cidade-Jardim em território nacional, bem como outras técnicas de urbanismo. Exemplo disso é o *zoning*, que nos projetos realizados na época de 1940 e seguintes, se revela uma importante ferramenta para a reorganização estratégica das atividades e mais eficaz planeamento de muitos projetos feitos.

Entre os planos a destacar, em Portugal, da autoria destes arquitetos estrangeiros estão o Plano da Costa do Sol (Fig. 29), iniciado por Agache e a que De Gröer dá continuidade, o Plano Geral de Urbanização e Expansão para a Cidade de Lisboa, desenvolvido por Étienne de Gröer a convite de Duarte Pacheco (Ministro da Obras Públicas), e o Plano de Urbanização de Coimbra, fruto da colaboração de De Gröer com o arquiteto português David Moreira da Silva, entre outros trabalhos¹³⁹. Como já foi referido, para Duarte Pacheco esta vontade de trazer o urbanismo internacional não se prendia apenas com o criar uma imagem fiel ao Regime, mas também na resolução de problemas urbanos, já mencionados.

Estes trabalhos com influências da Cidade-Jardim e modelos urbanos internacionais não se cingem apenas ao Portugal metropolitano, estendendo-se também a territórios ultramarinos. Caso disso são o Plano de Urbanização de Luanda da autoria de De Gröer e Moreira da Silva, em Angola, e os trabalhos feitos nas cidades moçambicanas de Lourenço Marques (Fig. 30), atual Maputo, de João António Aguiar, e para a cidade da Beira, da autoria de José Porto.

A criação e reformulação de cidades coloniais em continente africano deve-se à necessidade que se observava de aumentar e melhorar as cidades existentes, de modo a dar-lhes traços mais europeus, pelo acrescido interesse que se começa a fazer sentir de cada vez mais emigrantes europeus se fixarem neste território¹⁴⁰. Aqui aproveitava-se o facto de existir uma população reduzida e uma ainda menor indústria, logo muito mais espaço livre, para que ocorressem experimentações do modelo da Cidade-Jardim, sem as limitações que se faziam sentir em Portugal metropolitano no campo da arquitetura¹⁴¹.

Características da Cidade-Jardim – como a adaptabilidade plástica a terrenos amplos, o facto de ser uma arquitetura que facilmente se adequaria às questões climáticas, e ainda o facto de promover a segregação racial (agente que interessava ao regime em vigor

139 Para uma melhor noção dos trabalhos de Étienne de Gröer em Portugal, consultar a tabela em anexo.

140 Mário G. Fernandes e Rui Mendes, «A apropriação tropical da Cidade-Jardim - o caso moçambicano», Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento de Território- Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013.

141 Rossa, «Luanda and Maputo: Accounts of the two Capitals in Urban Heritage Discourse». Pag. 111

à data) – faziam deste modelo o mais conveniente à situação das colónias ultramarinas africanas. Aliás, segundo os autores Mário G. Fernandes e Rui Mendes, no artigo *A apropriação tropical da Cidade-Jardim - o caso moçambicano*:

“(...) o modelo das cidades-jardim foi no contexto africano uma ferramenta muito importante para aplicar e cristalizar a segregação urbana sócio racial que viria a predominar no continente nas mais diversas esferas coloniais (...)”¹⁴²

Se, por um lado, o modelo de Howard permitia à população europeia uma mais fácil adaptação ao novo território, por outro lado obrigava a que as populações autóctones se vissem obrigadas a alterarem os seus hábitos e a moldarem-se a um novo esquema de sociedade que lhes era estranho.¹⁴³

O modelo da Cidade-Jardim foi assim uma das maiores influências que se fizeram sentir na época do Estado Novo em Portugal no campo urbanístico, representando a importação de modelos urbanos internacionais para território nacional adaptando-o a circunstâncias específicas. Esta teoria, modelou o desenho das cidades desta época, e marcou o trabalho de diversos arquitetos nacionais que viram nos mestres estrangeiros os pioneiros do urbanismo português da época do Estado Novo, integrando este esquema de cidade na imagem urbana de Portugal, não só em território metropolitano, mas também nas colónias ultramarinas africanas.

142 Fernandes e Mendes, «A apropriação tropical da Cidade-Jardim - o caso moçambicano». Pag. 4

143 Fernandes e Mendes, «A apropriação tropical da Cidade-Jardim - o caso moçambicano». Pag. 4

PARTE II

O PLANO DE URBANIZAÇÃO PARA A CIDADE DE LUANDA –
1941-1943

- O Arquiteto Étienne de Gröer - 1882-1952
- O Arquiteto David Moreira da Silva - 1909-2002
- Análise do Plano



Fig. 31 - Étienne de Gröer

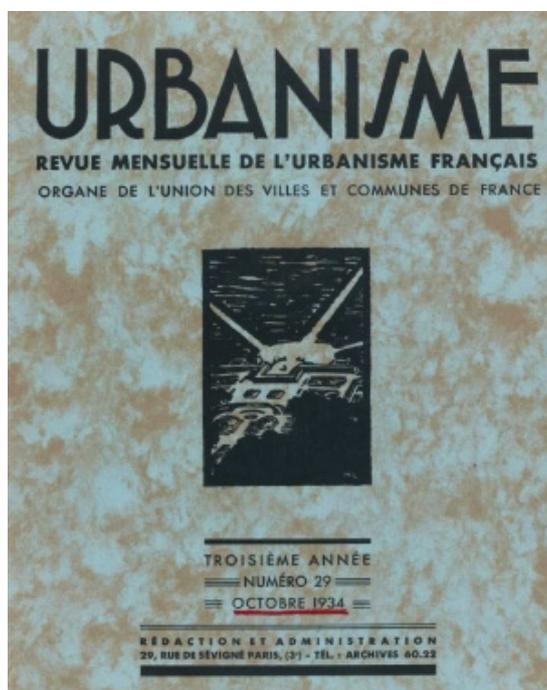


Fig. 32 - Capa da revista francesa “Urbanisme”, para que Étienne de Gröer escreve;

Fonte: retirado da página web: musee-hlm.fr; «Découvrir - Urbanisme et relance de la construction - Musée HLM», acedido 6 de Janeiro de 2021, <https://musee-hlm.fr/discover/focus/30#/s-1>

O Arquiteto Étienne de Gröer - 1882-1952

Os arquitetos responsáveis pelo Plano de Urbanização para a Cidade de Luanda – um dos projetos em análise nesta dissertação – foram o arquiteto russo Étienne de Gröer, que trabalhou para o estado português durante o período do Estado Novo, e o arquiteto português David Moreira da Silva, que, por mais do que uma ocasião, colaborou com De Gröer em projetos de carácter urbano¹⁴⁴.

Visto serem intervenientes importantes para a contextualização da dissertação, considero pertinente apresentar, ainda que de forma breve, uma biografia de cada um deles, de modo a melhor entender qual o papel que tiveram, não só na realização deste plano, mas também no panorama mais abrangente do urbanismo e arquitetura em Portugal na época do Estado Novo.

Étienne de Gröer nasceu em Varsóvia em 1882 (mais tarde adquire nacionalidade russa). Os seus anos de liceu são passados em França, no entanto é na Academia Imperial de Belas Artes de S. Petersburgo, na Rússia que realiza o seu percurso académico e obtém o diploma de arquiteto-artista em 1917¹⁴⁵. Pouco tempo depois da formatura, De Gröer inicia a vida profissional em São Petersburgo com o cargo de Arquiteto Municipal, trabalho que lhe permite confrontar-se com problemas de cariz urbano.

É por esta altura também que começa a desenvolver mais profundamente o seu pensamento sobre o modelo da Cidade-Jardim, de Ebenezer Howard, de que era defensor. De Gröer expõe a sua opinião quanto ao modelo britânico em revistas de arquitetura, quer em publicações francesas – como são exemplo as revistas *La Vie Urbaine e Urbanisme et Travaux*, de Paris (Fig. 32) – mas também em publicações de outros países, como por exemplo em território nacional, onde publica no *Boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização* (Fig. 33), ou em Londres, Inglaterra, onde publica na revista *Town Planning & Cities*. Realiza também palestras sobre o tema que terão acontecido enquanto De Gröer exercia funções como assistente do Professor Dubelier, quando dirige a secção de Cidades Jardim do Museu da Cidade de São Petersburgo.

Não se resumindo apenas à teoria, De Gröer desenvolve ainda projetos urbanísticos que seguiam o modelo da Cidade-Jardim, entre 1917 e 1918, para a cidade de São Petersburgo onde era arquiteto camarário. Pode, assim, afirmar-se que desde cedo na sua vida profissional, o modelo urbano de Howard esteve muito presente.

144 Ver tabela em anexo, onde estão cronologicamente ordenados os planos realizados por Étienne de Gröer e David Moreira da Silva em Portugal e em território colonial.

145 José Manuel Santiago Faria, «Étienne de Groer Urbaniste à la ville de Coimbra» (Paris, Université De Paris I Panthéon - Sorbonne, 2000). Pag. 2.1



Fig. 33 - Revista Boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização 1945-1946;

Fonte: Santiago Faria, «Étienne de Groer Urbaniste à la ville de Coimbra». Pag. 2.17

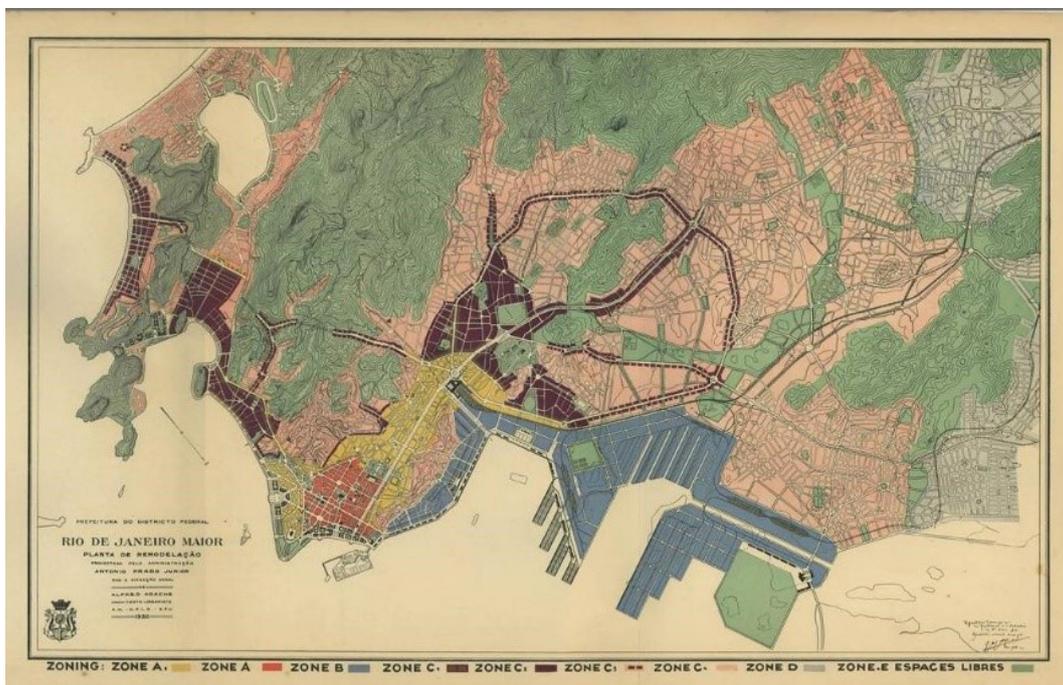


Fig. 34 - Planta de Zoneamento do plano para a cidade do Rio de Janeiro, por Alfred Agache, 1930

Fonte: <http://ashistoriasdosmonumentosdorio.blogspot.com/2019/02/alfredo-agache-e-o-plano-urbano-para.html>

Em 1920 instala-se em França¹⁴⁶, onde tem o seu primeiro trabalho no escritório *Lebègue & Benard*¹⁴⁷. De Gröer chega a França num período de pós-guerra, encontrando um país que, como muito outros países europeus, estava num processo de reconstrução após o rasto de destruição deixado pela Primeira Grande Guerra. Este fator contribui para uma difícil ambientação e adaptação, sendo que só anos mais tarde é que as suas qualidades como urbanista acabam por ser reconhecidas.

Apenas com o contacto com o arquiteto francês Donat-Alfred Agache – arquiteto e urbanista francês, nascido em 1875 em França, que morre em 1959, e que é responsável por diversos planos em Portugal, como referido anteriormente – é que De Gröer consegue obter estabilidade em termos profissionais, sendo que o Agache é aquele que mais trabalhos solicita ao arquiteto russo, mesmo que esporadicamente.¹⁴⁸ Um dos trabalhos de maior importância para o percurso de De Gröer realizado como colaborador de Agache, é o Plano Urbano para o Rio de Janeiro, no Brasil, (1927-1930) (Fig. 34).

É após conhecer este trabalho que Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas do governo português, convida Agache e De Gröer a trabalhar para Portugal¹⁴⁹. O arquiteto francês, por esta altura, tinha já uma importante carteira de trabalhos, nomeadamente em Portugal, sendo durante este período, sob a tutela (e em substituição) de Agache, que De Gröer realiza diversos projetos urbanos para o Estado Novo, entre os quais está o Plano Geral de Urbanização e Expansão da Cidade de Lisboa (Fig. 35).

No ano de 1937, De Gröer torna-se professor no Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris (IUUP), onde ensina os princípios da Cidade-Jardim de Ebenezer Howard, e a sua utilização no planeamento das cidades Inglesas.¹⁵⁰ No entanto, desde o início dos anos 30 este dividia o seu tempo entre Portugal e França, por razões de trabalho¹⁵¹, sendo que em 1940 se fixa em Portugal¹⁵². Durante este período, De Gröer desenvolve inúmeros planos urbanos para várias cidades portuguesas, que refletem de forma clara o modelo de Cidade-Jardim que defendia, sendo que um bom exemplo disso é o projeto para Coimbra (1940) (Fig. 36), que realiza em conjunto com o arquiteto português David Moreira da Silva. Segundo De Gröer, o modelo de Howard deveria ser considerado como a base do urbanismo moderno, afirmando que o modelo que Le Corbusier defendia de uma construção em altura e densificada era uma experiência “ultrapassada”¹⁵³. Volta para França em 1951, onde fica até ao ano da sua morte, em 1974.

146 Lôbo, *Planos de urbanização*.. Pag. 74

147 Santiago Faria, «Étienne de Groer Urbaniste à la ville de Coimbra». Pag. 2.4

148 Santiago Faria, «Étienne de Groer Urbaniste à la ville de Coimbra». Pag. 2.5

149 Santiago Faria, «Étienne de Groer Urbaniste à la ville de Coimbra». Pag. 3.27

150 Teresa Marat-Mendes e Vítor Oliveira, «Urban planners in Portugal in the middle of the twentieth century: Étienne de Groer and Antão Almeida Garret», Instituto Universitário de Lisboa ISCTE-IUL, *DINÂMIA' CET-IUL*, 2013. Pag. 97

151 Santiago Faria, «Étienne de Groer Urbaniste à la ville de Coimbra». Pag. 2.13

152 Lôbo, *Planos de urbanização*. Pag. 74-75

153 Lôbo, *Planos de urbanização*. Pag. 74-75

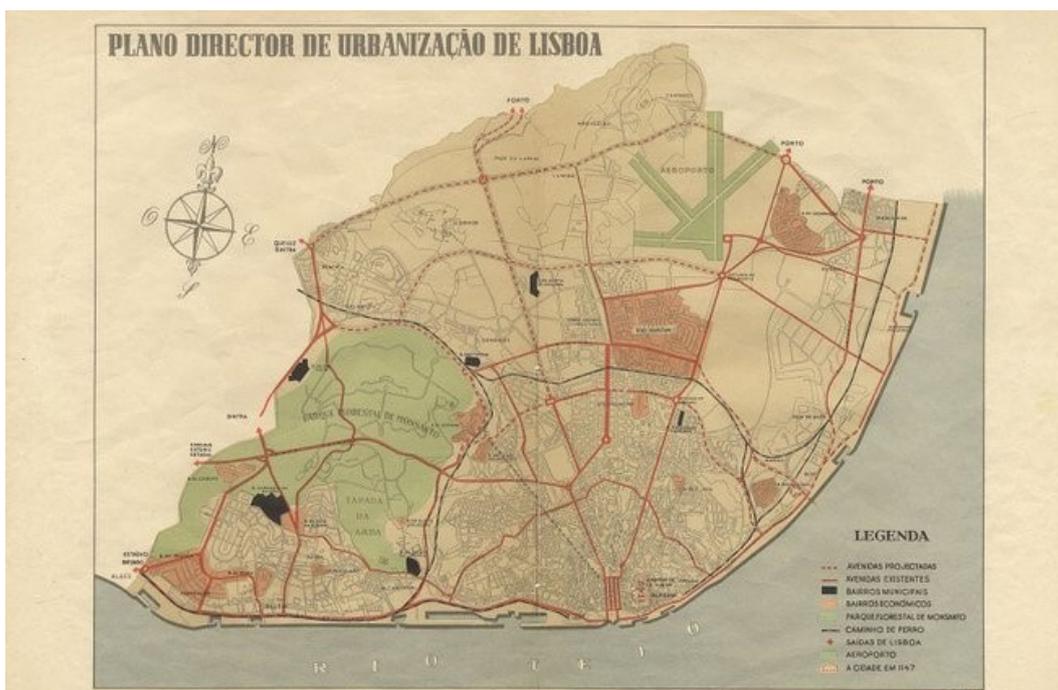


Fig. 35- Plano Geral de Urbanização e Expansão da Cidade de Lisboa, por Agache e De Gröer

Fonte: <https://www.lisboa.pt/cidade/urbanismo/planeamento-urbano/evolucao>

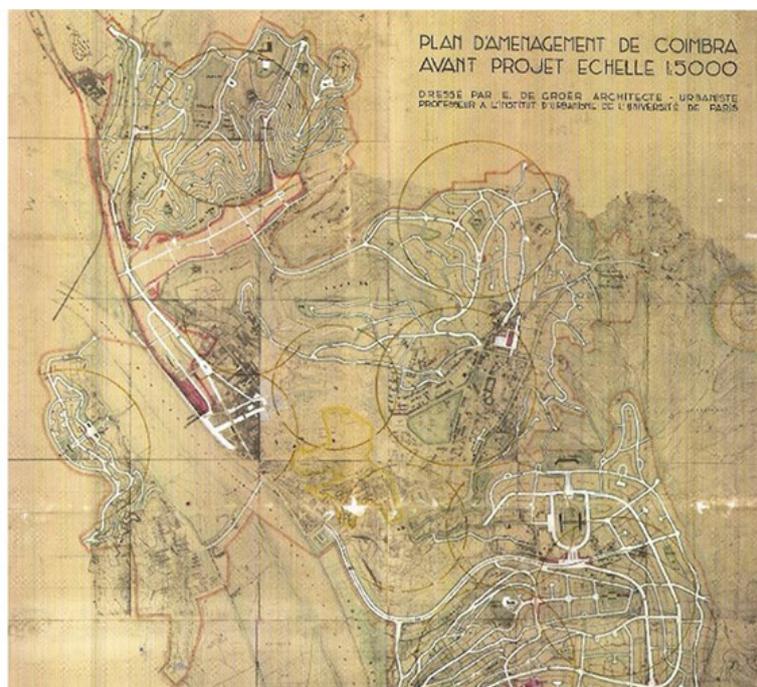


Fig. 36 - Plano de urbanização de Coimbra, por Étienne de Gröer, 1940

Fonte: Dias, «A Avenida de Sta. Cruz, em Coimbra».

A contratação de De Gröer por parte de Duarte Pacheco – que então detinha, simultaneamente, as funções de Presidente da Câmara de Lisboa e Ministro das Obras Públicas – é um acontecimento que marca a estadia do arquiteto russo em Portugal. Este contrato está em vigor entre os anos de 1938 e 1940, sendo que é renovado seis anos depois, em 1946¹⁵⁴.

É sob este contrato que De Gröer desenvolve inúmeros planos urbanos para diversas cidades portuguesas, como os supracitados planos para Lisboa (de 1938 a 1948), Coimbra (em 1940), Costa do Sol (de 1945 a 1946), entre outros¹⁵⁵. De Gröer rapidamente se conseguiu afirmar no panorama urbanístico em Portugal, sendo que este destaque se deve, em grande parte, ao facto de que a cultura arquitetónica e urbanística vinda do estrangeiro – principalmente, de França – era muito valorizada em Portugal (como mencionado anteriormente), logo a formação que De Gröer obtém em França apresenta uma vantagem para que este singre no panorama urbanístico português.¹⁵⁶

De Gröer introduz em Portugal os grandes movimentos da época moderna do urbanismo, como é o caso do, já mencionado, modelo da Cidade-Jardim. A sua sensibilidade deu-lhe abertura a criar propostas que apresentavam “*soluções diferenciadas, novas tipologias e planos excepcionalmente adaptados aos problemas colocados*”¹⁵⁷, e teria tido muito mais espaço para tal não fosse o regime ditatorial que operava em Portugal durante a sua estadia.¹⁵⁸

Étienne de Gröer via o urbanismo como “*(...) uma ciência nascida da vontade de reagir contra o desenvolvimento desordenado das cidades no século XIX (...). Para ele, o urbanismo é fundamentalmente uma ciência social cujo objectivo principal é o bem-estar do habitante.*”¹⁵⁹, apoiando que o urbanismo deveria ser um instrumento para criar algo não só funcional nos aspetos técnicos, mas também algo que embelezasse o objeto de intervenção.¹⁶⁰ Na sua perspetiva, a cidade devia ser um espaço com um tamanho fixo, que não deveria permitir ter mais de um número pré-definido de habitantes¹⁶¹. À

154 Marat-Mendes e Oliveira, «Urban planners in Portugal in the middle of the twentieth century: Étienne de Groer and Antão Almeida Garret». Pag. 98;

155 Ver tabela em anexo, onde estão cronologicamente ordenados os planos realizados por Étienne de Gröer e David Moreira da Silva em Portugal e em território colonial.

156 Santiago Faria, «Étienne de Groer Urbaniste à la ville de Coimbra». Pag. 2.18

157 Santiago Faria, «Étienne de Groer Urbaniste à la ville de Coimbra». Pag. 3.30 – “*(...) Ceci l’a aidé à faire connaître au Portugal les grands mouvements de l’époque. Il est le principal responsable de l’introduction de l’urbanisme moderne au Portugal, en proposant des solutions différenciées, de nouvelles typologies et des plans exceptionnellement adaptés aux problèmes posées, comme ce fut le cas de Sintra. Il aurait sans doute été plus novateur, s’il avait agi dans un régime politique plus ouvert et moins rigide. (...)*”

158 Santiago Faria, «Étienne de Groer Urbaniste à la ville de Coimbra». Pag. 3.30 –

159 Santiago Faria, «Étienne de Groer Urbaniste à la ville de Coimbra». Pag. 2.19 – “*Pour De Gröer, l’urbanisme était quelque chose de nouveau, qu’il appelait science, née de la volonté de réagir contre le développement désordonné des cités au XIXe siècle, conséquence de la théorie du laisser faire, tant appréciée par les économistes de l’époque. Il considérait que l’urbanisme est fondamentalement une science sociale dont l’objectif principal est le bien être de l’habitant.*”

160 Santiago Faria, «Étienne de Groer Urbaniste à la ville de Coimbra». Pag. 2.19

161 Lôbo, *Planos de urbanização*. Pag. 77

cidade “central” poderiam estar ligadas uma série de cidades satélites, que no seu conjunto acabavam por formar uma cidade policêntrica, sendo este o modelo que acaba por aplicar na maioria dos planos que elabora, incluindo o Plano para Luanda, como se demonstrará mais adiante.

Ao longo da sua vida profissional houve três bases de peso para a sua produção urbanística na procura de um planeamento urbano moderno. A primeira é a teoria da Cidade-Jardim de Ebenezer Howard (como já foi enunciado).

A segunda prende-se com a distribuição racional de funções – o zoneamento – ferramenta que utiliza frequentemente nos seus planos, incluindo no plano para Luanda. Esta ferramenta consiste num conjunto de “*leis que obrigam a definir a estrutura em que uma cidade se divide*”¹⁶² e o que se deve construir em cada uma dessas zonas. Isto proporciona uma organização do espaço que, de outra forma, estariam desordenados, com mistura de edifícios tornando-os espaços desvalorizados e insalubres. Este zoneamento deveria estruturar uma cidade em cinco zonas: a industrial, a comercial e cívica, a habitacional, os espaços livres e, por fim, a zona rural.¹⁶³

A terceira base é a criação de um plano o mais completo possível, isto é, fazendo uso de todas as ciências técnicas que envolvem o planeamento de uma cidade, designadamente a elaboração ponderada de uma rede de saneamento e energia, telecomunicações, vias de transporte e tratamento de resíduos.¹⁶⁴

Na sua obra – não só nos projetos arquitetónicos e urbanísticos que realiza, mas também nos artigos que escreve – é possível perceber que esta é muito influenciada pelos tempos conturbados que viveu durante os períodos das guerras, e como a destruição das cidades e situações de perigo que viveu, afetaram o desenho e a própria vivência que se tinha destas. Exemplo disto é implantação de habitação individual em planos urbanos para áreas em expansão, por considerar que estas seriam mais seguras.¹⁶⁵

162 Marina Titânia Oliveira Galvão, «Étienne De Gröer e o Plano de Almada» (2019), Pag. 123

163 Galvão, «Étienne De Gröer e o Plano de Almada», Pag. 123

164 Santiago Faria, «Étienne de Groer Urbaniste à la ville de Coimbra». Pag. 2.20 – “*Pour De Gröer, la théorie de Howard constitue le fondement premier de l’urbanisme moderne, notion qu’il a utilisée tout au long de sa vie. Une seconde base est constituée par le zoning ou la distribution rationnelle des fonctions, qu’Howard a adoptée, selon De Gröer, de ses prédécesseurs. Une troisième base est l’application de toutes les sciences techniques lors de l’aménagement d’une ville (le réseau d’assainissement et d’énergie, les télécommunications, les transports et le traitement des déchets).*”

165 Santiago Faria, «Étienne de Groer Urbaniste à la ville de Coimbra». pag. 2.21

Étienne de Gröer foi um arquiteto que em muito marcou a produção urbanística em Portugal, trazendo uma visão mais internacional, e sobretudo estratégica, coordenada por princípios técnicos e teóricos profundamente desenvolvidos que o urbanismo português ainda desconhecia. A sua intervenção influenciou diversos profissionais na área, sendo, por isso, possível observar a sua marca em diversos planos, até mesmo, após terminar os seus serviços como arquiteto do regime.



Fig. 37 - David Moreira da Silva com a esposa, Maria José Marques da Silva Martins

Fonte: <https://fims.up.pt/index.php?cat=45&subcat=15>

O Arquiteto David Moreira da Silva - 1909-2002

David Moreira da Silva colaborou por diversas vezes com De Gröer durante os anos em que este trabalhou em Portugal, destacando-se a parceria do plano para a cidade de Luanda, que em seguida se analisa.

David Moreira da Silva nasceu em 1909, na Maia. Frequenta o curso preparatório da Escola de Belas Artes do Porto, onde realiza o Curso Especial de Arquitetura, que termina no ano de 1929.¹⁶⁶ Em 1931, Moreira da Silva vai para França, onde continua o seu percurso académico na *École Nationale Supérieure des Beaux-Arts de Paris*, onde frequenta o curso de arquitetura que inicia no ano letivo de 1934/35, sendo que quase em simultâneo, no ano letivo 1935/36, frequenta o curso de urbanismo no *Institut d'Urbanism de l'Université de Paris*¹⁶⁷ (IUUP), sendo também na cidade de Paris que realiza o seu primeiro estágio, no Atelier *Laloux-Lemaesquier-Larrieu*.¹⁶⁸

É no IUUP que Moreira da Silva contacta primeiramente com a teoria de Ebenezer Howard da Cidade-Jardim, teoria que acaba por lhe ser muito próxima ao longo do seu percurso profissional¹⁶⁹. Aqui absorve também influências de outros urbanistas internacionais, como Camillo Sitte, R. Uwin, Stubben, entre outros.¹⁷⁰ Para além disso, enquanto estudante na *ENBAP* e mais tarde no IUUP, entra em contacto com grandes nomes do urbanismo, como Robert Auzelle e Faria da Costa, sendo que é ainda neste contexto de aprendizagem que tem como professores grandes personalidades da área, como Henri Prost, Jacques Greber, Marcel Poète, entre outros.¹⁷¹

Após esta estadia em França, Moreira da Silva volta a Portugal diferente. Nas palavras de Maria do Carmo Marques Pires¹⁷² “(...) *David parte e chega, não como tinha pensado inicialmente, arquiteto, mas, na nossa opinião, como um urbanista com formação inicial em arquitetura. (...)*”¹⁷³. Isto demonstra a grande influência que esta estadia tem no

166 Afonso, «“O que foi feito dos Planos Gerais de Urbanização?”- A Produção Urbanística do Atelier Moreira da Silva (1941-1963)». Pag. 57

167 Maria do Carmo Marques Pires, «O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins : visibilidade da memória» (Porto : [Edição do Autor], 2012), Pag. 38.

168 Pires, «O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins». Pag. 38

169 Pires, «O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins». Pag. 111. “(...) *David Moreira da Silva teria um estreito contacto com esta teoria e com a forte presença da realização deste modelo de cidade-jardim francesa de subúrbio. (...)*”

170 Pires, «O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins». Pag. 115

171 Afonso, «“O que foi feito dos Planos Gerais de Urbanização?”- A Produção Urbanística do Atelier Moreira da Silva (1941-1963)». Pag. 57

172 Autora da Dissertação de Doutoramento com o tema *O Ateliê de Arquitectura/Urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins – VISIBILIDADE DA MEMÓRIA*, no curso de História da Arte Portuguesa, da Universidade do Porto, que serviu de base para desenvolver o tema da biografia do arquiteto David Moreira da Silva.

173 Pires, «O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins». Pag. 38



Fig. 38 - Fotografia aérea de Luanda, da viagem feita por David Moreira da Silva e De Gröer às colónias ultramarinas portuguesas, 1942-43, onde é possível ver parte da ilha de Luanda, a ponte de ligação desta ao continente e parte do pontão da cidade de Luanda, com a Fortaleza de São Miguel

Fonte: Fotografia pertencente ao espólio de De Gröer, coleção Santiago Faria (à guarda do DARQ)

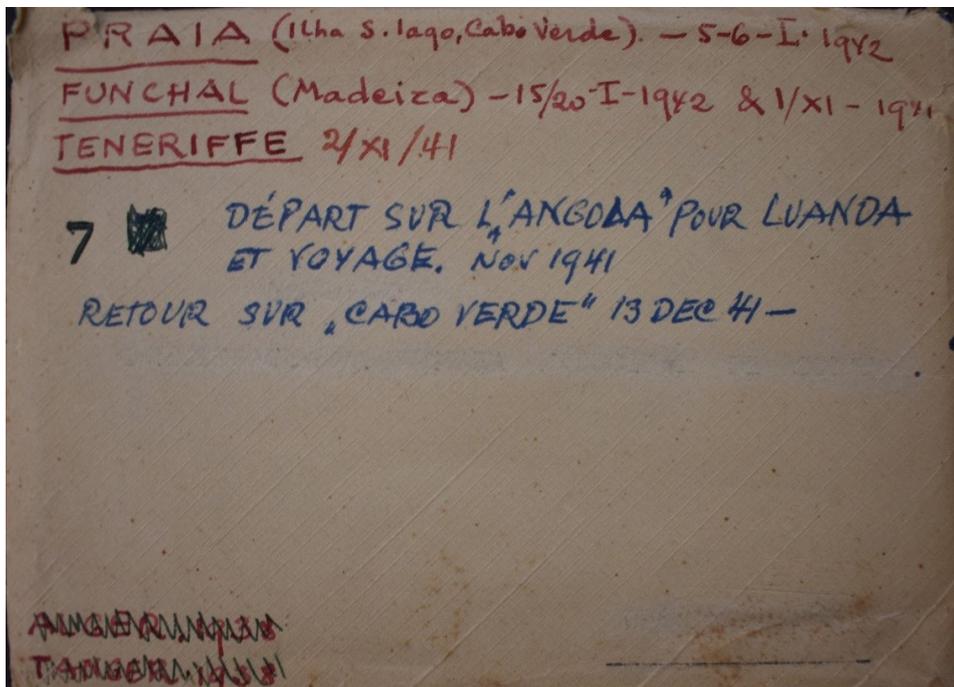


Fig. 39- Fotografia envelope com fotografias da viagem pelas colónias ultramarinas, mais precisamente, a cidade de Praia, Cabo Verde, a cidade do Funchal, Madeira, Tenerife, e a partida em Angola rumo a Luanda

Fonte: Fotografia pertencente ao espólio de De Gröer, coleção Santiago Faria (à guarda do DARQ)

seu percurso pessoal e profissional, sendo que os trabalhos que realiza daí em diante têm fortemente presentes as linhas da arquitetura e do urbanismo divulgadas em França.

A sua ida para França foi, de certa forma, impulsionada pelo arquiteto José Marques da Silva, que Moreira da Silva muito admirava e que via como seu mestre.¹⁷⁴ Marques da Silva foi seu professor na Escola de Belas Artes do Porto, e é também com ele que Moreira da Silva virá, mais tarde, a estagiar.¹⁷⁵ Esta ligação estende-se para além do mundo profissional e académico, visto que o pai de David Moreira da Silva, José Moreira da Silva, tinha também privado com Marques da Silva por motivos profissionais, e demonstrara grande admiração pelo mesmo e pela profissão de arquiteto. Mais tarde este elo é fortalecido quando Moreira da Silva se casa com Maria José Marques da Silva Martins¹⁷⁶, filha de José Marques da Silva, com quem, em 1943, cria o Atelier Moreira da Silva.¹⁷⁷

A formação internacional que Moreira da Silva recebe, por ser escassa em Portugal no campo da arquitetura e do urbanismo,¹⁷⁸ acaba por lhe trazer bastantes benefícios em termos profissionais, sendo regularmente escolhido pelo Estado português para realizar projetos.¹⁷⁹ Efetivamente, como já mencionado, Moreira da Silva era apenas o segundo urbanista português a receber formação especializada numa escola com renome internacional, como a IUUP.

Prova dessa preferência de que beneficia é o facto de, ao regressar a Portugal, Moreira da Silva ser escolhido para trabalhar como consultor em várias Câmaras Municipais¹⁸⁰ (Monte Real, Matosinhos e Águeda¹⁸¹). Para além deste posto em Câmaras Municipais, Moreira da Silva realiza também diversos projetos encomendados pelo Ministro da Obras Públicas da época, Duarte Pacheco. Entre os anos de 1940 e 1963, realiza cerca de 19 planos – quer a título individual quer em colaborações, como é o caso dos planos que realiza com De Gröer¹⁸². Estas colaborações, como são o caso dos Planos de Urbanização

174 Pires, «O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins». Pag. 37

175 Pires, «O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins». Pag. 38

176 Pires, «O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins». Pag. 39-40 “(...) é criado com a sua ligação afetiva e depois profissional a Maria José Marques da Silva Martins, à filha do arquiteto portuense, ela também arquiteta. (...) A vida em comum confunde-se entre laços familiares e profissionais, (...) enquanto continuadores de projetos de Marques da Silva (...)”

177 Afonso, «“O que foi feito dos Planos Gerais de Urbanização?”- A Produção Urbanística do Atelier Moreira da Silva (1941-1963)». Pag. 59

178 Pires, «O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins». Pag. 41

179 Pires, «O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins». Pag.41

180 Pires, «O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins». Pag. 147

181 Lôbo, *Planos de urbanização*. Pag. 152 “(...) depois da colaboração com De Gröer nos planos de Coimbra e Luanda e do plano para o pequeno aglomerado de Moledo do Minho, Moreira da Silva ocupa-se de Monte Real, Matosinhos e Águeda. (...)”

182 Afonso, «“O que foi feito dos Planos Gerais de Urbanização?”- A Produção Urbanística do Atelier Moreira da Silva (1941-1963)». Pag. 63



Fig. 40- “Depart sur l’Angola pour Luanda; 30 Oct. 1941

Fonte: Fotografia pertencente ao espólio de De Gröer, coleção Santiago Faria (à guarda do DARQ)



Fig. 41-“Catete 1/12/41. Plantation et preparation du Coton”; nesta fotografia podemos ver David Moreira da Silva, primeiro a contar da esquerda

Fonte: Fotografia pertencente ao espólio de De Gröer, coleção Santiago Faria (à guarda do DARQ)

de Coimbra e Luanda, são momentos que marcam tanto o seu retorno a Portugal, como a sua vida profissional.¹⁸³

É no âmbito desta colaboração com Étienne de Gröer que, entre 1940 e 1943, uma série de propostas de trabalho em Angola, dentro das quais se insere o Plano de Urbanização para a Cidade de Luanda, leva David Moreira da Silva a realizar duas viagens a territórios coloniais portugueses (Fig. 38 - 41). Nomeadamente a Angola para onde irá desenvolver o Plano de Urbanização para a Cidade de Luanda.¹⁸⁴

A par com o trabalho no atelier Moreira da Silva, o arquiteto português também dá aulas no EBAP (de 1946 a 1957) e no ESBAP (de 1958 a 1961), integrando ainda a Comissão Municipal de Arte e Arqueologia do Porto¹⁸⁵. O seu trabalho não se limitava, no entanto, aos projetos em que participa, tendo também escrito diversos artigos onde explora a teoria do urbanismo, sendo exemplos disso os seguintes: “*Ordem e desordem Urbana- origens, causas e efeitos*”, “*A Ordem Urbana, as Câmaras municipais e o público*” e “*A Ordem Urbana e o culto da aparência*”, onde o arquiteto português demonstrava a preocupação que tinha em alertar “*(...)a opinião pública para as questões da cidade, nomeadamente explicava o conceito de urbanismo e desordem urbana; sublinhava a importância da realização dos planos de urbanização para a criação da “Ordem Urbana”.*”¹⁸⁶.

O seu trabalho como urbanista foi em muito influenciado tanto pela formação que recebe na IUUP, como pelo trabalho de Étienne de Gröer que mostra ao urbanista português a teoria do subúrbio-jardim, de Raymond Unwin – sendo dada uma especial atenção ao modelo francês desta teoria¹⁸⁷. Para além disso, o acompanhamento de diversos Congressos internacionais, permitiam uma constante atualização das teorias internacionais, com modelos vindos de países como a Holanda, Bélgica e Alemanha¹⁸⁸.

Um defensor do papel do Estado no desenvolvimento da disciplina do Urbanismo em Portugal, considerava que este seria um dos principais solucionadores para os problemas que se apresentavam na altura no que respeitava ao urbanismo¹⁸⁹. Não obstante, de modo a deixar uma marca pessoal no seu trabalho, Moreira da Silva por vezes ia contra as

183 Pires, «O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins». Pag. 147

184 Pires, «O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins». Pag. 147

185 Afonso, «“O que foi feito dos Planos Gerais de Urbanização?”- A Produção Urbanística do Atelier Moreira da Silva (1941-1963)». Pag. 61

186 Afonso, «“O que foi feito dos Planos Gerais de Urbanização?”- A Produção Urbanística do Atelier Moreira da Silva (1941-1963)». Pag. 59

187 Afonso, «“O que foi feito dos Planos Gerais de Urbanização?”- A Produção Urbanística do Atelier Moreira da Silva (1941-1963)». Pag. 67

188 Afonso, «“O que foi feito dos Planos Gerais de Urbanização?”- A Produção Urbanística do Atelier Moreira da Silva (1941-1963)». Pag. 63

189 Pires, «O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins». pag. 147- “*(...); infere sobre as causas, efeitos e conceito de “desordem urbana”; sublinha a importância do Estado na resolução deste problema intemporal; refere a necessidade de realizar legislação específica e de criar organismos (...)*”

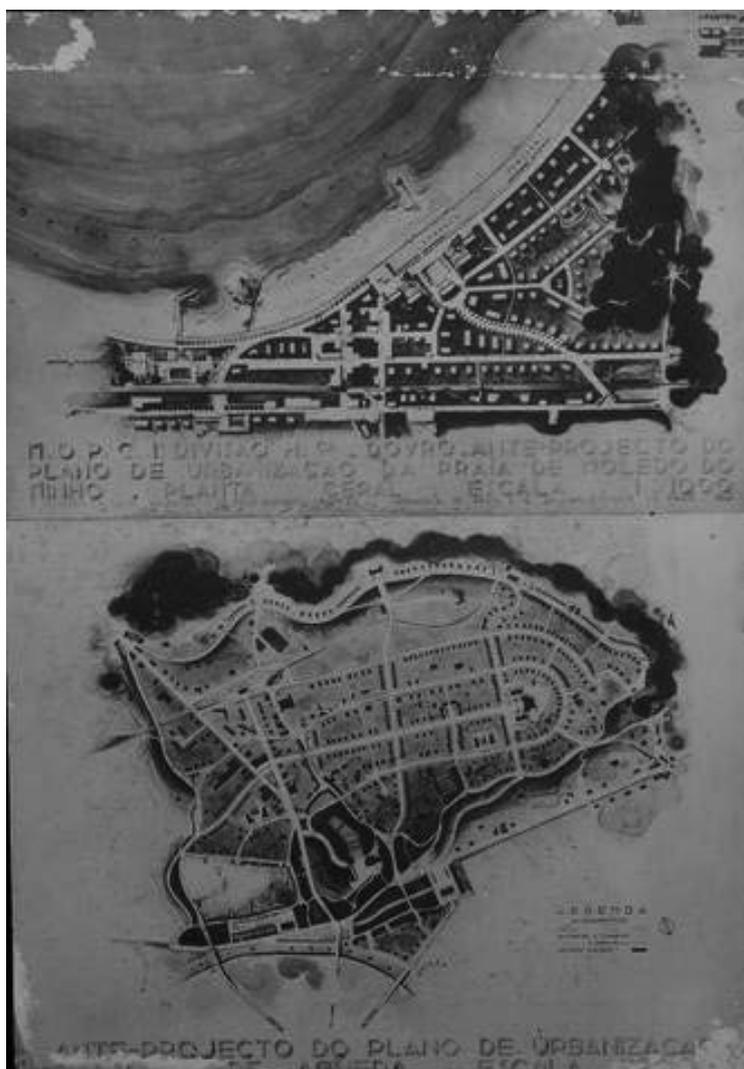


Fig. 42 - Anteplanos de urbanização da Praia de Moledo do Minho e da Vila de Águeda, por David Moreira da Silva, de 1941

Fonte: <https://arquivoatom.up.pt/index.php/94fax>

imposições feitas pelo Governo.

O urbanista português considerava que “(...) *uma população ativa apenas vivia em boas condições de saúde moral, espiritual e física quando dispunha dos lugares de trabalho, abastecimento, cura e repouso necessários, bem como vias de comunicação correspondentes às suas necessidades, (...)*”¹⁹⁰ sendo que é desta linha de pensamento que “nascem” os seus Planos Gerais de Urbanização.¹⁹¹ Exemplo desta atenção dada à população é o Antepiano de Urbanização de Águeda (Fig. 42), de 1941, onde, nas palavras de M. Sousa Lôbo:

“(...) O Plano Geral de Urbanização de Águeda, de 1943, constitui um dos raros casos, no período em que nos ocupamos, em que a população participa no processo de elaboração do plano. (...)”¹⁹²

Os Anteprojetos realizados por David Moreira da Silva não deviam ser compreendidos como a obra final. Estes representavam apenas as linhas gerais de um plano e quais as regras a que um determinado aglomerado urbano deveria obedecer para o seu desenvolvimento, e por isso não eram apresentados projetos definitivos ou de execução¹⁹³. Para além dos elementos estipulados pelo Estado como pertencentes a um projeto, Moreira da Silva considerava ainda essencial a existência de uma Planta de Zonas, e respetivos documentos anexos, por considerar que esta era de elevada importância para a boa organização da urbe¹⁹⁴.

Para ele, nas palavras de Maria do C. M. Pires, o urbanismo era

“(...) uma área ainda muito jovem, disciplina que considera, simultaneamente científica e artística que visa a organização racional de toda a vida do Homem em sociedade e tem como único fim proporcionar o seu bem-estar, através da satisfação das suas necessidades morais, espirituais e físicas, isto é, dar uma ordem urbana. (...)”¹⁹⁵

190 Afonso, «“O que foi feito dos Planos Gerais de Urbanização?”- A Produção Urbanística do Atelier Moreira da Silva (1941-1963)». Pag. 63

191 Afonso, «“O que foi feito dos Planos Gerais de Urbanização?”- A Produção Urbanística do Atelier Moreira da Silva (1941-1963)». Pag. 63

192 Lôbo, *Planos de urbanização*. Pag. 153

193 Afonso, «“O que foi feito dos Planos Gerais de Urbanização?”- A Produção Urbanística do Atelier Moreira da Silva (1941-1963)». Pag. 65

194 Afonso, «“O que foi feito dos Planos Gerais de Urbanização?”- A Produção Urbanística do Atelier Moreira da Silva (1941-1963)». Pag.65

195 Pires, «O ateliê de arquitetura/urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins». pag. 148

David Moreira da Silva representa assim a forma de urbanizar que se passará a realizar em Portugal, com respeito pela autoridade estatal, mas deixando espaço de entrada para o que se passava no estrangeiro, permitindo um avanço no quadro urbanístico português, onde a opinião pública também tinha voz no desenho das “novas” cidades.

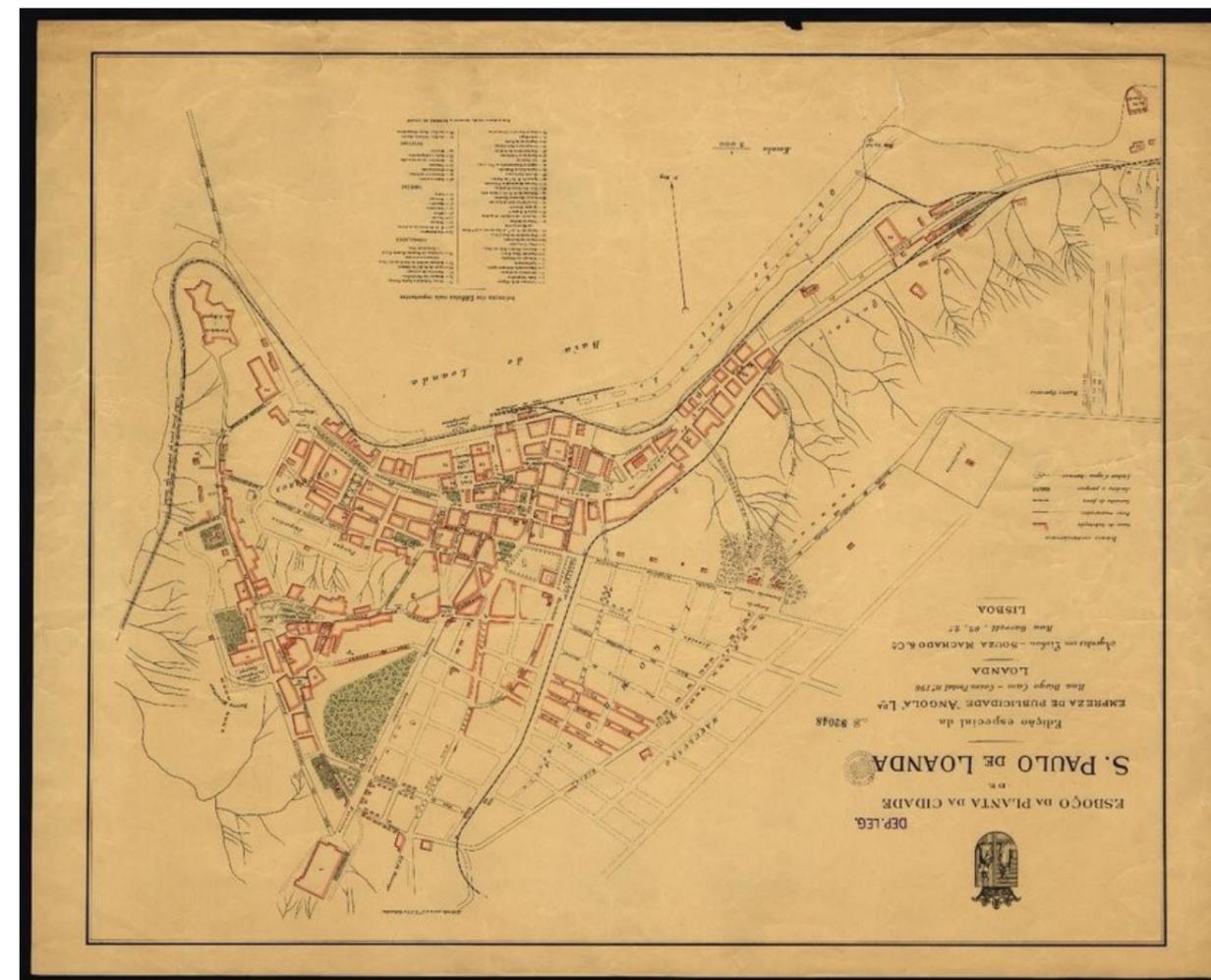


Fig. 43- Esboço da planta da cidade de S. Paulo de Loanda, 1926; Escala 1:5000 (apresentada invertida, com orientação norte-sul, para melhor se enquadrar na sequência de imagens referentes a Luanda)

Fonte: <http://bdib.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/13837>

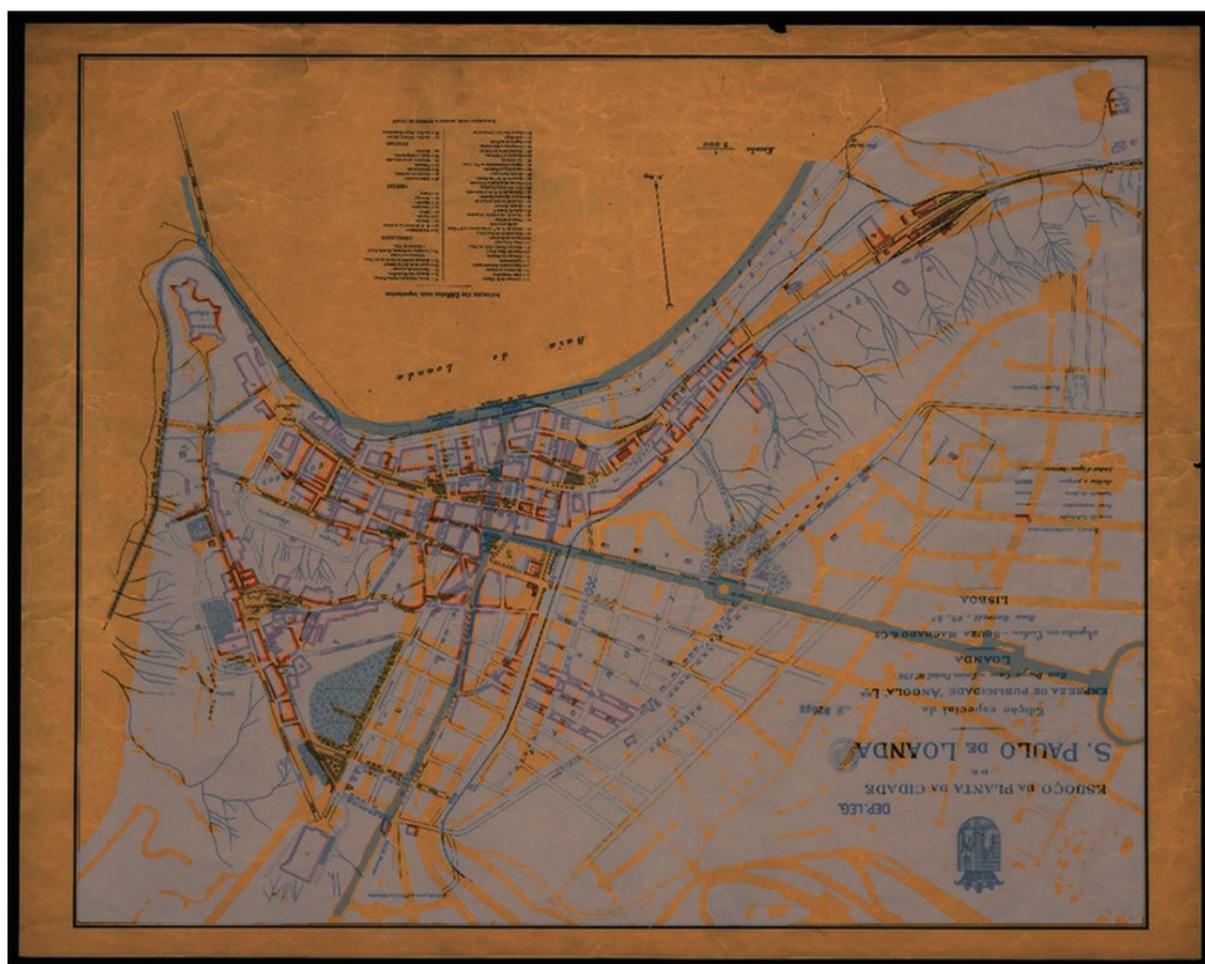


Fig. 44 - Sobreposição dos quarteirões e principais eixos do plano de 1941-1943 (a azul), no esboço datado de 1926 (apresentada invertida, com orientação norte-sul, para melhor se enquadrar na sequência de imagens referentes a Luanda)

Autoria própria

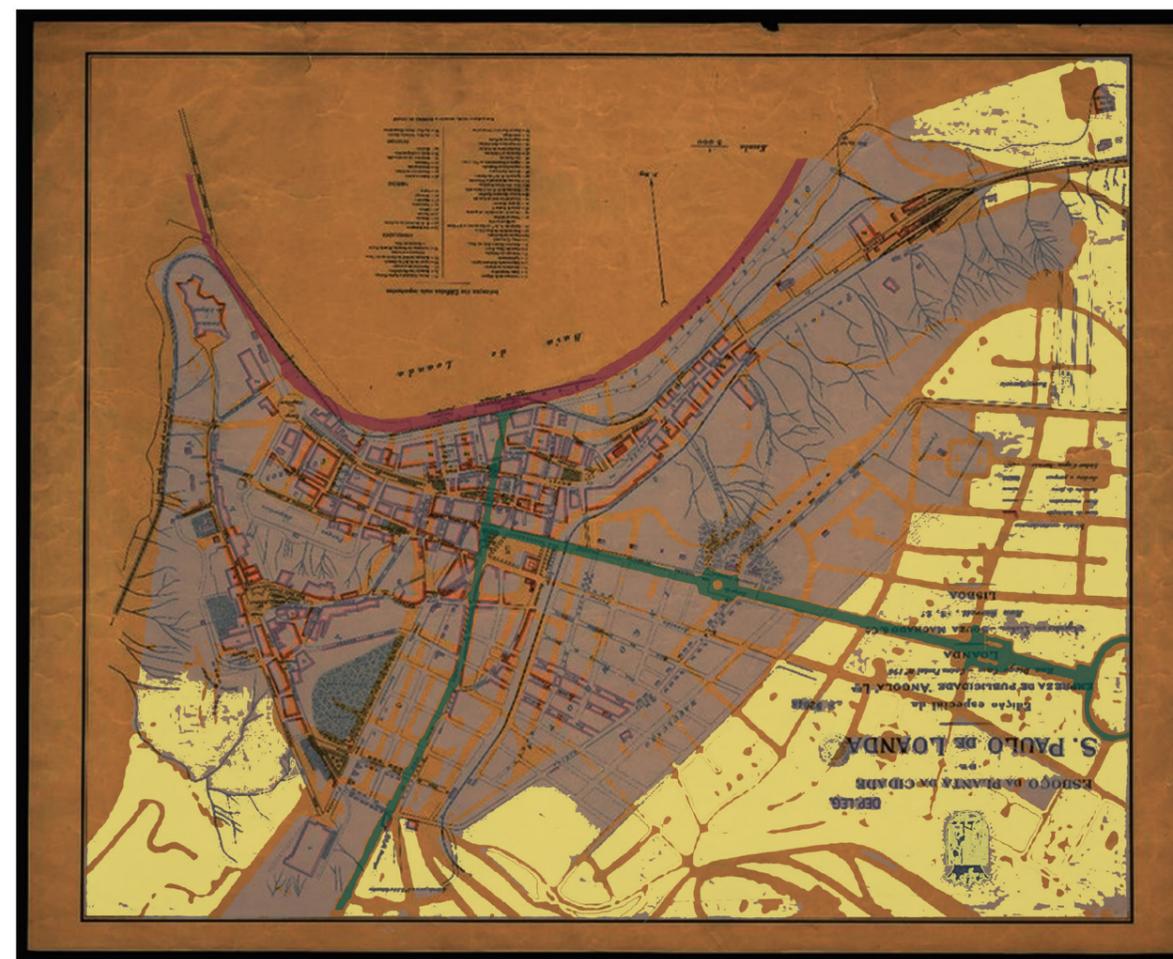


Fig. 44.a - Sobreposição dos quarteirões e principais eixos do plano de 1941-1943 (a azul), no esboço datado de 1926, com destaque aos eixos mantidos, a marginal a vermelho, e os outros dois eixos a verde, e das áreas para onde o plano se estende para lá dos limites da proposta de 1926.(apresentada invertida, com orientação norte-sul, para melhor se enquadrar na sequência de imagens referentes a Luanda)

Autoria própria

O Plano de Urbanização para a cidade de Luanda - Análise

O Plano de Urbanização para a Cidade de Luanda (Fig. 48), realizado por Étienne de Gröer e David Moreira da Silva, foi encomendado pela Câmara Municipal de Luanda, sob o comando do Ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco¹⁹⁶, a 24 de outubro de 1941, em Lisboa, sendo que os trabalhos começaram ainda nesse ano e terminaram em Maio de 1943¹⁹⁷.

Este plano pretendia “*controlar o crescimento e o congestionamento*”¹⁹⁸ que se vinha a observar em Luanda, com a proposta de criação de cidades-satélite que se desenvolvessem à volta da cidade principal, alinhando-se com o modelo teórico da Cidade-Jardim através da criação de uma ligação viária entre o núcleo central e as cidades-satélite. O objetivo desta operação “*era canalizar a população excedentária para as cinco novas cidades, transformando-as em simples cidades dormitório, com 50000 [habitantes] cada uma*”¹⁹⁹, tendo sido das primeiras obras do Estado Novo que tenta imprimir em território colonial uma imagem monumental no desenho da cidade²⁰⁰.

No contrato assinado estavam descritas quais as responsabilidades e aquilo que se pretendia alcançar com este plano, de modo a garantir a conclusão do mesmo²⁰¹. O documento contratual ditava que o plano deveria seguir os princípios do urbanismo francês e que deveria ser elaborado como um plano programático, não como um plano de execução²⁰². Destacou-se também por ter sido o primeiro grande plano urbano finalizado por De Gröer para o Estado Português²⁰³, e acaba por ter semelhanças com outros planos realizados pelo urbanista em Portugal. Como é referido por Maria Manuela da Fonte na sua tese de doutoramento, “*Este plano foi a primeira grande experiência ao nível do urbanismo português do séc. XX nos trópicos, com uma abordagem idêntica ao que [De Gröer] viria a propor mais tarde em Lisboa*”²⁰⁴.

Este plano, embora previsse as melhorias no desenho da cidade, demonstrava a vontade dos seus autores de respeitar pré-existências da cidade, como é demonstrado nas fotografias da viagem feita por estes ao território a intervir, bem como respeitar alguns dos eixos estruturantes da cidade pré-existente. (Fig. 45 – 46)

196 Fonte, «Urbanismo e Arquitectura em Angola». Pag. 84

197 Carlos Nunes Silva, *Urban Planning in Lusophone African Countries* (Routledge, 2016). Pag. 60

198 Fonte, «Urbanismo e Arquitectura em Angola». Pag. 84

199 Fonte, «Urbanismo e Arquitectura em Angola». Pag. 84

200 Rossa, «*Luanda and Maputo: Accounts of the two Capitals in Urban Heritage Discourse*». Pag. 110

201 Marat-Mendes e Sampaio, «The Plano de Urbanização da Cidade de Luanda by Étienne de Groër and David Moreira da Silva (1941-1943)». Pag. 70

202 Marat-Mendes e Sampaio, «The Plano de Urbanização da Cidade de Luanda by Étienne de Groër and David Moreira da Silva (1941-1943)». Pag. 71

203 Margarida Sousa Lôbo, *Planos de urbanização: a época de Duarte Pacheco*, 2ª ed, Série 1 : Ensaio 5 (Porto: FAUP Publicações, 1995). Pag.77

204 Fonte, «Urbanismo e Arquitectura em Angola». pag.84

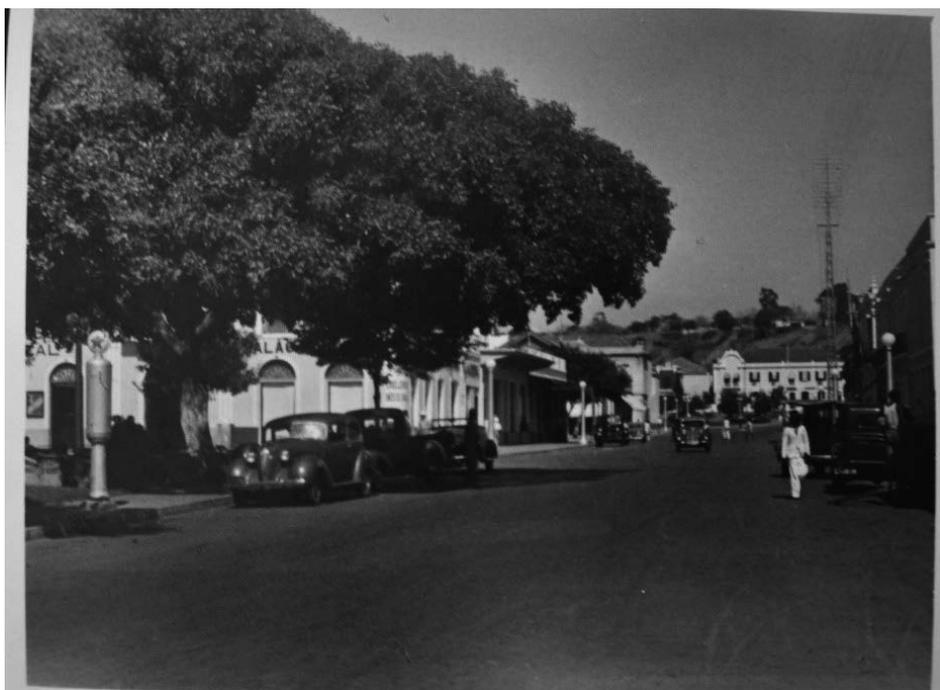


Fig. 45 - “Avenida dos restauradores (?) 1943”

Fonte: Fotografia pertencente ao espólio de De Gröer, coleção Santiago Faria (à guarda do DARQ)



Fig. 46- “Rua Direita, Luanda. 2 maisons anciennes à conserver. Fev. 43”- duas habitações antigas a conservar na Rua Direita

Fonte: Fotografia pertencente ao espólio de De Gröer, coleção Santiago Faria (à guarda do DARQ)

No contrato estavam ainda discriminadas quais as três fases em que o plano deveria ser desenvolvido. A primeira dizia respeito à entrega do Esboço do plano, a segunda à entrega do Ante-Projeto, e a terceira, e última, à conclusão dos estudos finais necessários para a elaboração da proposta. Comparando os desenhos desta proposta com os desenhos da proposta anterior, do ano de 1926 (Fig. 43), é possível entender que a cidade se estende para lá dos limites a Sul e a Este que estariam previstos então.²⁰⁵ (Fig.44 e Fig. 44.a)

Exemplo das semelhanças que se podem encontrar entre o plano de Luanda com outros planos de De Gröer é, por exemplo, o caso do já referido plano de Lisboa (1938 a 1948), que partilha com o plano de Luanda alguns princípios urbanísticos, como é o caso da teoria de Ebenezer Howard, com a sua abordagem residencial do urbanismo, ou até mesmo com os princípios do planeamento urbano francês. Para além disso, estes dois planos foram elaborados no mesmo período temporal²⁰⁶.

Outro plano de De Gröer que também permite identificar semelhanças estratégicas com a proposta para Luanda, é o plano de 1940 para a cidade de Coimbra, não obstante todas as diferenças geográficas e sócio-históricas. Essa correspondência estratégica identifica-se, por exemplo, quando a proposta de definição de cidades-satélite é utilizada como solução para o crescimento de ambas as cidades. Aliás, é ao observar e comparar estes dois planos que nos apercebemos que, embora na teoria De Gröer defenda o modelo da Cidade-Jardim de Howard, na prática os seus planos aproximam-se da conceção do Subúrbio-Jardim francês^{207 208}. Ainda assim, o modelo base seguido - de uma cidade policêntrica rodeada por cidades-satélite - foi o modelo de Howard que, segundo Maria Manuela da Fonte,

“(...) seria o fundamento das intervenções de De Gröer, quer em explanações teóricas sobre a cidade satélite, quer em casos concretos, como o plano de Luanda, por exemplo, em 1942”²⁰⁹

Assim, tanto neste plano como em trabalhos anteriores de De Gröer, é possível observar a grande influência da Cidade-Jardim de Ebenezer Howard, que o arquiteto considerava como sendo *“a primeira base do urbanismo moderno”²¹⁰*. Desde a ideia de cidade satélite, às ligações entre o núcleo principal, através de meios de transportes rápidos (rodoviário e ferroviário), e mesmo a manchas verdes que se localizariam entre estas, o esquema da Cidade-Jardim está bastante presente na proposta feita por Étienne de Gröer e David Moreira da Silva. Para além destes requisitos, existe ainda o cuidado de respeitar o tamanho médio predefinido, que é estabelecido pelo número preciso de habitantes que

205 Vieira da Costa, «Cidade Satélite nº3».

206 Silva, *Urban Planning in Lusophone African Countries*. Pag. 58

207 Lôbo, *Planos de urbanização*. Pag. 77

208 Como foi referido anteriormente no capítulo reservado ao modelo urbano da Cidade-Jardim.

209 Fonte, *«Urbanismo e Arquitectura em Angola»*. Pag. 75

210 Lôbo, *Planos de urbanização*. Pag. 75

PLANTA DA REGIÃO DE LUANDA — ESCALA 1:100 000

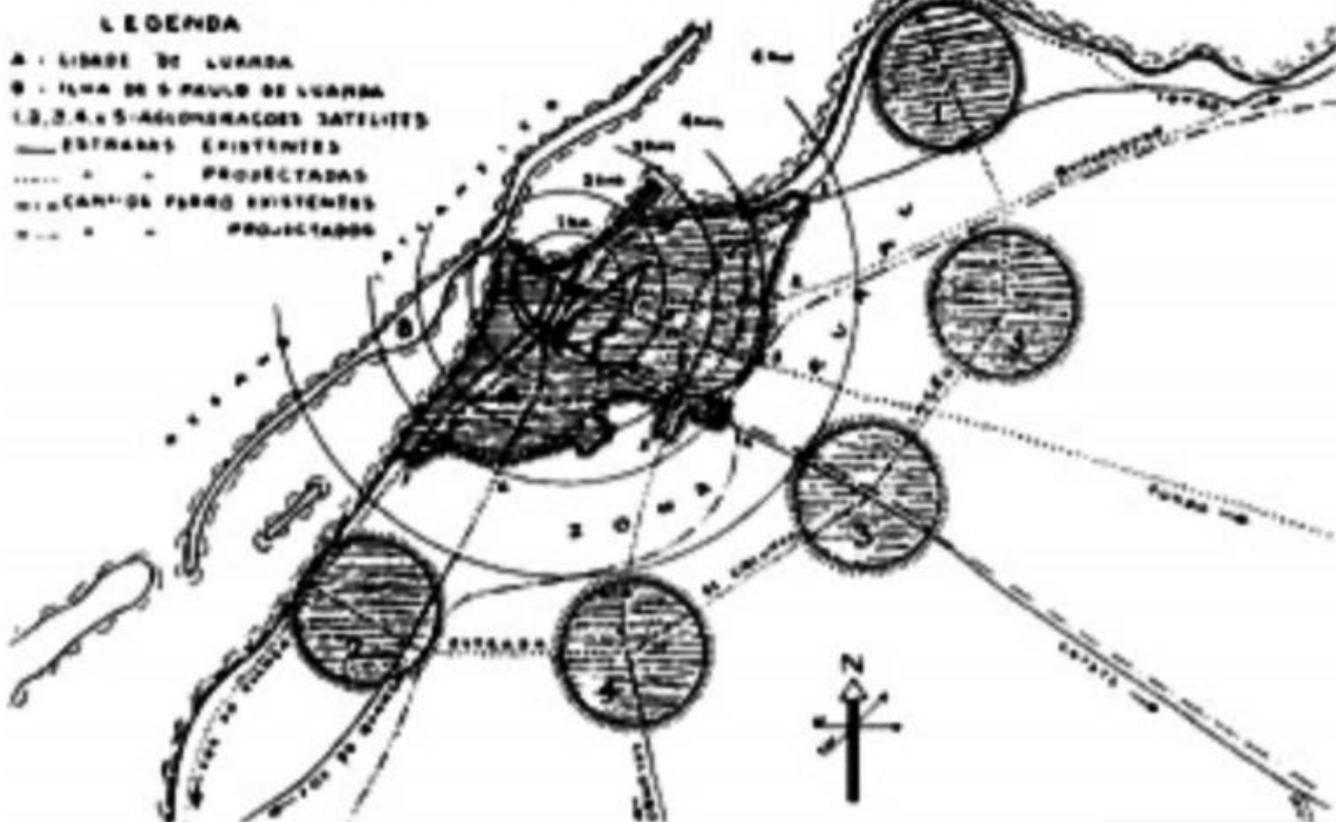


Fig. 47- Planta da Região Luanda, com referência às Cidades-Satélite propostas; autoria de Étienne de Gröer e David Moreira da Silva, escala 1:100 000, marcação da cidade central de Luanda e das cidades satélite, com os números que lhes correspondem; Cidades satélite 1 e 2 junto á costa, e as restantes, 4, 5, e 3 mais para o interior do território.

Fonte: Moassab, «Algumas linhas sobre a urbanização colonial em Angola»



Fig. 48- Sobreposição do esquema da proposta de De Gröer e Moreira da Silva para a cidade de Luanda e respectivas Cidades satélites, com fotografia aérea atual; marcação das estradas (a preto) e caminhos de ferro propostos (a vermelho); marcação das cidades satélites 1, 2, 3, 4 e 5 a verde

Autoria própria

deveria comportar, tanto o núcleo central como os seus satélites.²¹¹

Os autores do plano propõem uma estratégia mais eficaz de descentralização através da criação de cinco cidades satélite (Fig. 47-48), de proporções generosas, e que estariam situadas “*para lá de uma zona rural de proteção com cerca de dois quilómetros de largura*”²¹². A ligação da cidade central aos satélites deveria ser feita através de uma semicircular, tornando assim Luanda numa cidade policêntrica, com uma relação de proximidade entre os diversos núcleos. Estas ligações proporcionavam uma forte ligação entre o núcleo central e os satélites, algo que contradizia o modelo de Howard, que defendia um grau de autonomia para a Cidade-Jardim, no que dizia respeito a relações casa-trabalho²¹³.

A autonomia defendida por Howard, no entanto, não se coadunava com a visão do Estado Novo, para quem De Gröer e Moreira da Silva trabalhavam. Afinal era a mão de obra indígena dos colonizados que servia a comunidade de colonos europeus que viviam na “cidade central”, sendo esta a população indígena que viria a ocupar as cidades satélite na sua maioria, logo era conveniente que estes estivessem perto da cidade central.

Não nos chegaram informações diretas dos autores do plano sobre esta readaptação da teoria base da Cidade-Jardim às necessidades exigidas por uma cidade colonial. Contudo, é evidente no plano de Luanda um profundo recondicionamento da teoria base às condições específicas de uma cidade que, em primeira instância, era uma capital colonial e cuja imagem e funcionamento deveria responder à retórica do Estado colonial.

Também é através da utilização do modelo de Howard que é possível observar a presença dos ideais, ainda que moldados pelo Estado Novo, do Luso-tropicalismo neste plano. Caso disso, é o facto de se tentar mascarar uma atitude segregadora com um aparente respeito pela privacidade e pelos costumes dos habitantes autóctones, através da proposta das cidades satélite muito dependentes da cidade principal, ainda que aparentassem ser núcleos independentes, passando uma falsa imagem de miscigenação das culturas.

De Gröer e Moreira da Silva trabalharam o planeamento de Luanda em três escalas diferentes

- a Escala Regional, que desenvolvia a escala 1:100 000 (Fig. 47 e Fig. 48);
- a Escala da Cidade, onde era feita uma divisão da cidade por zonas (Fig. 49);
- a Escala Pública, que desenvolvia as escalas 1:5000, 1:2000 e 1:1000 (Fig. 50 e Fig.51).

211 Lôbo, *Planos de urbanização*. Pag.77

212 Lôbo, *Planos de urbanização*. Pag.79

213 Lôbo, *Planos de urbanização*. Pag.79

Escala Regional

Os desenhos referentes à primeira escala de intervenção do plano, a Escala Regional, é mostrada a cidade de Luanda como sendo uma cidade costeira e o centro do plano, com cinco cidades satélites – com uma distância de seis quilómetros da cidade central – dispostas em semicírculo em seu redor, estando também referenciados sete eixos que fariam a ligação entre a cidade central com as cidades satélites e com as cidades de Funda e Foz do Cuanza. (Fig. 47)

A conexão entre as cinco cidades satélites era feita através de uma semicircular, sendo que a ligação destas com a cidade central poderia ser feita quer contornando a circular, quer por outras estradas e também por caminhos de ferro (Fig. 48); o plano aproveitava pré-existentes, mas também propunha novas vias, como se explica mais adiante. Eram ainda propostos espaços rurais que circundavam os centros urbanos, quer na cidade central de Luanda, quer nas cidades satélite²¹⁴, sendo que a massa verde que rodeava o núcleo central da proposta, e que o separava dos seus satélites, serviria de reservatório de ar puro da cidade, forneceria produtos agrícolas e serviria de “travão” a qualquer tentativa de apropriação de espaço por parte de outros aglomerados.²¹⁵

As cidades-satélite deveriam comportar 50.000 habitantes cada. As cidades-satélite número um e número dois estariam situadas à beira-mar. A primeira seria servida por duas estradas e um caminho de ferro (já existentes), e a segunda estaria servida pelo mesmo género de infraestruturas, contando com a criação do caminho de ferro de Malange e a estrada de Catete. A quarta e quinta cidades tinham a sua construção planeada para mais tarde, apenas se se verificasse necessidade para a sua construção, e estariam servidas pelas estradas já numeradas acima, bem como pelas novas estradas de Fundo e Calumbo.

Estas quatro cidades já apresentadas teriam um carácter de cidades dormitório, sem grande possibilidade de autonomia. A cidade satélite nº 3 tem a sua localização planeada para o cruzamento de estradas existentes, sendo que, segundo este plano deveria ser, tal como as restantes cidades satélite, vista apenas como uma “cidade dormitório”²¹⁶. Esta última será o objeto de trabalho para Vasco Vieira da Costa, e será apresentada mais à frente na dissertação.



Fig. 49 - Plano de Urbanização da Cidade de Luanda, Planta Geral, da autoria de Étienne de Groër e David Moreira da Silva, escala 1:10 000

Fonte : UCCLA, Urbanismos de Influência Portuguesa (Lisboa: Imprensa Municipal | CM Lisboa, 2020).

214 Marat-Mendes e Sampaio, «The Plano de Urbanização da Cidade de Luanda by Étienne de Groër and David Moreira da Silva (1941-1943)». Pag. 70

215 Lôbo, *Planos de urbanização*. Pag. 77

216 Vieira da Costa, «Cidade Satélite nº3».



Fig. 49.a - Plano de Urbanização da Cidade de Luanda, Planta Geral de zoneamento, da autoria de Étienne de Gröer e David Moreira da Silva, escala 1:10 000, com destaque da zona portuária e do espaço destinado à estação ferroviária.

Autoria própria



Fig. 49.b - Plano de Urbanização da Cidade de Luanda, Planta Geral de zoneamento, da autoria de Étienne de Gröer e David Moreira da Silva, escala 1:10 000, com destaque das unidades morfológicas a Noroeste, Sul e Sudoeste.

Autoria própria



Fig. 49.c - Plano de Urbanização da Cidade de Luanda, Planta Geral de zoneamento, da autoria de Étienne de Gröer e David Moreira da Silva, escala 1:10 000, com destaque da unidade morfológica a Este.

Autoria própria

Escala de Cidade

Ao avançar para a escala de análise da cidade de Luanda concretamente, entra-se em pormenor em quais seriam os constituintes da cidade e quais as particularidades da estruturação interna dos núcleos urbanos. De entre as diversas características do modelo da Cidade-Jardim aqui aplicadas, é possível reconhecer a aplicação de zoneamento na organização funcional do espaço. Este zoneamento, aplicável para a cidade de Luanda concretamente, dividiria esta em dois focos principais– um primeiro dedicado a habitação, situado na “cidade alta”, e um segundo dedicado ao comércio e indústria, na “baixa” da cidade²¹⁷ – sendo que se dividiria depois em mais partes.

O plano previa estar dividido em oito partes

- a zona residencial, que estaria dividida por classes sociais
- os centros cívicos existentes (contando com um Centro Cívico para as Portas do Mar, um Centro Cívico Administrativo, e por fim um Centro Cultural e Político)
- zonas comerciais
- zona industrial
- espaços públicos abertos
- zona portuária
- zona ferroviária
- zonas rurais protegidas (onde se incluem os diversos espaços verdes que se desenvolveriam um pouco por toda a cidade). (Fig. 49)

Na Planta Geral à Escala 1:10000, que está representada na figura 49, é possível ver a forma como é feito o referido zoneamento do plano, através da utilização de diferentes cores. A cada uma destas cores corresponde uma das oito zonas da cidade, já mencionadas anteriormente, no entanto, por não ter tido acesso ao documento original, torna-se difícil a interpretação da legenda desta planta. Ainda assim, é possível distinguir a zona portuária e o espaço destinado à estação ferroviária, a vermelho (Fig. 49.a). É ainda possível a distinção das diversas unidades morfológicas urbanas, bem como o desenho viário proposto para a ilha de Luanda.

Destas unidades morfológicas destacam-se os três novos bairros a noroeste, sul e sudoeste do centro urbano (Fig. 49.b), sendo ainda possível distinguir-se uma nova zona residencial que se desenvolveria para Este (Fig. 49.c), com uma forma oval, destinada à população autóctone em crescimento. O desenho destas apresenta um traçado orgânico, que se desenvolve de forma circular, semelhante ao desenho das cidades radiais, com ruas que se desenvolvem através de anéis.

217 Vasco Vieira da Costa, «Luanda: Plano para a cidade satélite N°3» (Porto, Escola Superior de Belas Artes do Porto - Curso de Arquitectura, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Engenharia da Universidade de Angola, 1984).

A identificação da planta da cidade de Luanda datada de 1926 durante o processo de recolha de material para esta dissertação, permite avançar para uma análise mais pormenorizada entre a planta de *zoning* de 1943, do plano de De Gröer e Moreira da Silva, e a planta referida de 1926. Designadamente, é possível identificar diferenças na posição e desenvolvimento da zona portuária. Nesta primeira planta (de 1926), é possível distinguir-se a intenção de traçado da linha ferroviária, que iria contornar a baía de Luanda, tendo no porto uma estação de grande importância.

Em comparação a uma planta de 1926, conseguimos perceber que existe um esforço para uma regularização do espaço urbano viário, principalmente da área da Marginal, sendo que se pode identificar a intenção de, na proposta de 1926, colocar o porto na Baía, ao passo que, na proposta de 1943, nesse mesmo local encontra-se a intenção de dar continuidade à marginal, sendo que, na proposta de 1926 este se desenvolveria na Baía em frente à Marginal (em frente à atual Avenida 4 de Fevereiro), enquanto que na proposta de De Gröer e Moreira da Silva, este estava previsto ser construído através de um grande aterro realizado, também na baía, mas em frente à atual Avenida Comandante Kima Kienda. Também é possível identificar no plano de 1943 a intenção do redesenhar do traçado das ruas, dando-lhes uma aparência simultaneamente orgânica e regular. (Fig. 44)

Esta proposta regularizava a enseada natural existente, e contava com quatro pontões para a entrada de navios. Embora não esteja claro na planta identificada (Fig. 49), é natural que existisse também a intenção de realizar neste local uma paragem ferroviária, para deste modo facilitar a chegada e partida de mercadorias ao porto. A localização proposta para o porto será tida em consideração em planos posteriores ao de 1943, como é o caso do plano que será analisado mais adiante de João António Aguiar, 1949.



Fig. 50 - Plano de Urbanização de Luanda, aproximação da zona da baía de Luanda, autoria de Etienne de Gröer e David Moreira da Silva; escala 1:1000

Montagem de autoria própria, através de fotografias pertencentes ao espólio de De Gröer, coleção Santiago Faria (à guarda do DARQ)

Escala Pública

No Plano de Urbanização da Cidade de Luanda, a Escala Pública focou-se principalmente na regularização e desenvolvimento do desenho da Marginal de Luanda, através da proposta da criação de edifícios com três andares onde o piso térreo teria abertura direta para a rua. Na frente marítima estavam planeados blocos de urbanos de habitação, sendo que atrás destes se desenvolviam dois tipos de desenho diferentes – o primeiro destinava-se principalmente ao comércio e a pequenas indústrias, prevendo-se uma segunda área reservada a zona residencial. A reformulação da cidade apresenta ruas bem definidas, com características de avenida, passeios bem definidos e arborizados. que definem os quarteirões, delimitados por edifícios. (Fig. 50)

Na proposta, existem dois eixos principais, a Marginal, já referida, que contorna a baía e que faz a frente mar, e um outro eixo perpendicular à Marginal, que se estende para o interior do território, a atual Avenida do 1º Congresso do MPLA, assinalada com o número 2 e a amarelo na figura 51. Existem ainda outros dois eixos que terminam em edifícios já existentes de grande importância. O primeiro, situado à beira mar, no pontão que dá início à ligação da cidade com a ilha de Luanda, é a Fortaleza de São Miguel Calçada, presente Museu das Forças Armadas (destacado a vermelho na Fig. 51), e o segundo, na continuação da via perpendicular à marginal, o Hospital Central de Luanda, agora Hospital Josina Machel (Fig. 51).

Ao longo desta marginal, podem ser identificados três espaços públicos, um seria o aproveitamento de um espaço pré-existente (a Praça Pedro Alexandrino, identificada na Fig. 51), e outros dois que eram novas propostas feitas pelos arquitetos: a Praça situada em frente à Igreja de Nazaré, que não foi possível de identificar nos desenhos recolhidos, e a praça junto ao Porto, que conta com diversas designações, sendo um delas a Praça do Império²¹⁸.

Esta última – que ficou conhecida como o Largo de Diogo Cão, e que atualmente corresponde ao Largo 17 de Setembro²¹⁹ - estaria localizada num dos extremos da Marginal. Esta teria sido inspirada pela Praça do Comércio de Lisboa, com um desenho uno e com uma composição classicista²²⁰ e monumental, como era característico das obras realizadas para o Estado Novo²²¹. A utilização da Praça do Comércio como base para projetos desta natureza é algo que se pode observar noutras praças em diversos territórios ultramarinos, como é o caso da Praça dos Heróis Nacionais (antiga Praça do Império) em Bissau. Esta

218 Marat-Mendes e Sampaio, «The Plano de Urbanização da Cidade de Luanda by Étienne de Groër and David Moreira da Silva (1941-1943)». Pag. 70

219 Rossa, «Luanda and Maputo: Accounts of the two Capitals in Urban Heritage Discourse». Pag. 111

220 Marat-Mendes e Sampaio, «The Plano de Urbanização da Cidade de Luanda by Étienne de Groër and David Moreira da Silva (1941-1943)». Pag. 71

221 Rossa, «Luanda and Maputo: Accounts of the two Capitals in Urban Heritage Discourse». Pag. 111

preferência estaria justificada por ser um modo de demonstrar a presença da metrópole nestes territórios, e em como estes não deixavam de ser uma imagem do poder do Estado Novo português, e uma marca do urbanismo institucional previamente referido.²²²

À medida que nos afastamos deste centro com um desenho mais regular, podemos observar um desenho de ruas que, tentando respeitar as habitações já existentes, cria uma métrica mais regular de ruas perpendiculares, criando a ideia de quarteirões.

O plano de De Gröer e David Moreira da Silva acabou por não ser realizados por diversas razões. Em primeiro lugar, em muitos casos o plano iria contra os interesses de proprietários de terrenos que seriam ocupados caso o plano seguisse em frente. A falta de pessoal especializado foi também um entrave encontrado para a realização deste plano, algo que acontece noutros planos para Luanda que também não se realizam. Embora estes impedimentos se tenham feito sentir, muitas das ideias iniciais deste plano acabam por ser “reutilizadas” em planos realizados posteriormente²²³.

Embora não seja um projeto em análise nesta dissertação, exemplo disso é o Plano Geral de Urbanização de Luanda, de 1946, que na verdade corresponde a uma revisão do plano de De Göer e Moreira da Silva, executada por técnicos locais e aprovado pelo Gabinete de Urbanização Colonial. Esta revisão acontece por três razões principais – de modo a melhorar a circulação no centro da cidade, seria necessário deslocar as estações ferroviárias para as zonas periféricas. O crescimento populacional que se fazia sentir obrigava a ajustes no plano. Por fim, era necessário reservar novas áreas para o crescimento urbano, alargar o perímetro urbano previsto e criar uma nova estratégia de expansão urbana²²⁴. De resto, vale a pena desde já sublinhar que, mesmo não tendo entrado em vigor, o plano de De Göer e Moreira da Silva pela sua amplitude e pormenorização, serviu de base a quase todo o planeamento de Luanda posterior, nomeadamente ao plano de João António Aguiar, de 1949, também analisado nesta dissertação.

222 Marat-Mendes e Sampaio, «The Plano de Urbanização da Cidade de Luanda by Étienne de Groër and David Moreira da Silva (1941-1943)». Pag. 71

223 Marat-Mendes e Sampaio, «The Plano de Urbanização da Cidade de Luanda by Étienne de Groër and David Moreira da Silva (1941-1943)». Pag. 72

224 Marat-Mendes e Sampaio, «The Plano de Urbanização da Cidade de Luanda by Étienne de Groër and David Moreira da Silva (1941-1943)». Pag. 73

“LUANDA – PLANO PARA A CIDADE SATÉLITE Nº3” –
1948

- O Arquiteto Vasco Vieira da Costa

- Análise do Plano



Fig. 52 - Mercado de Quinaxixe, Luanda; obra da autoria de Vasco Vieira da Costa , 1950-1958

Fonte: <https://hpi.org/pt/heritage/details/74>

O Arquiteto Vasco Vieira da Costa - 1911-1982

Em 1948, no âmbito do Concurso para a obtenção do Diploma de Arquitetura pela Escola de Belas Artes do Porto, Vasco Vieira da Costa realiza uma proposta de plano para uma das Cidades Satélite que constavam no Plano de Urbanização para a Cidade de Luanda de De Gröer e Moreira da Silva.

Esta proposta apresenta uma possibilidade do que poderia ser realizado nesta cidade satélite, respeitando o traçado proposto pelos dois arquitetos responsáveis pela proposta original. Segundo explica o próprio preponente, a escolha da “Cidade Satélite nº 3” em específico deve-se a diversos fatores. O primeiro, seria que, à época, não existia uma planta topográfica que permitisse o estudo do anteprojeto para as duas primeiras cidades satélites. O segundo, seria por a localização prevista para esta ser num local relativamente bem conhecido do autor. Por fim, por permitir o estudo do anteprojeto de um aglomerado que se viria a localizar-se no cruzamento de duas vias viárias já existentes, o que era algo que representava um interesse para Vieira da Costa.²²⁵

Vale a pena apresentar, mesmo que de forma muito sucinta, a biografia de Vasco Vieira da Costa, autor do trabalho onde se insere o plano “Cidade Satélite nº 3”. Vieira da Costa nasceu em Aveiro, no ano de 1911, e foi um arquiteto português que desenvolveu projetos, principalmente de carácter urbano, nas colónias portuguesas em África, principalmente em Angola, onde viveu desde tenra idade.

Em 1940, matricula-se na Escola de Belas Artes do Porto, no Curso de Arquitetura, onde realiza um percurso académico de excelência, sendo que em 1945 interrompe os seus estudos na Escola do Porto para se inscrever no Instituto de Urbanismo da Faculdade de Ciências de Paris. Durante um período de três anos (1945-1948) frequenta a escola Parisiense, e enquanto aqui estuda, estagia no ateliê de Le Corbusier, influência notória nos seus projetos que muitas vezes se regem pela Carta de Atenas.

Ao finalizar o curso em Paris, apresenta a tese onde se insere o projeto que faz parte do material analisado para a realização desta dissertação – “Luanda – Plano para a Cidade Satélite nº3” (então denominado “*La ville du Coton: avant-projet d’une ville satellite pour Luanda*”) – que mais tarde apresenta no Concurso para Obtenção do Diploma de Arquiteto, na Escola de Belas Artes do Porto e que se destaca por ser a primeira tese de urbanismo ali apresentada.²²⁶

Apesar da sua formação como urbanista, raramente lhe são permitidas intervenções a este nível. As suas obras destacam-se por serem, maioritariamente, edifícios que marcam

225 Vieira da Costa, «Cidade Satélite nº3». Pag. 46 – in *Plano de urbanização da cidade de Luanda por Étienne de Gröer e D. Moreira da Silva*

226 «U. Porto - Antigos Estudantes Ilustres U.Porto: Vasco Vieira da Costa», acedido 5 de Novembro de 2020, https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20u.porto%20-%20vasco%20vieira%20da%20costa.

as cidades onde se inserem, por definirem o espaço urbano onde se erguem, revelando grande conhecimento da arquitetura moderna, sendo que muitos deles acabam por ser, segundo Manuel Correia Fernandes, “(...)a cidade que não fez.(...)”²²⁷. Um exemplo disto é o edifício do Mercado de Quinxixe (Fig. 52), primeira encomenda de obra pública que Vieira da Costa recebe²²⁸ e que se revela “(...) uma das mais emocionantes versões que a arquitectura moderna (...)”²²⁹ dos anos 50.

227 Vieira da Costa, «Cidade Satélite nº3». Pag. 7

228 «U. Porto - Antigos Estudantes Ilustres U.Porto: Vasco Vieira da Costa», acedido 5 de Novembro de 2020, https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20u.porto%20-%20vasco%20vieira%20da%20costa.

229 Vieira da Costa, «Cidade Satélite nº3». Pag. 7

“Luanda – Plano para a Cidade Satélite N°3” – Análise:

Na elaboração do plano para a “Cidade Satélite nº 3” (Fig. 53), Vieira da Costa elaborou uma análise da história de Luanda, da sua população e costumes. Esta análise serviu para realizar um projeto que, embora respeitasse os princípios da arquitetura moderna e respondesse ao que o Estado português pretendia representar na sua imagem de cidade, conseguisse, ainda assim, responder também às necessidades de adaptação do plano urbano às condições do local, designadamente atendendo à necessidade de projetar uma arquitetura tropical, na medida em que se adapta às condições climáticas e geográficas locais. Isto demonstra o pensamento vincado de Vieira da Costa que afirmava que era “(...) *absolutamente necessário ser verdadeiro colonial para se poder ser urbanista colonial.* (...)”²³⁰.

Como primeiro passo para uma frutífera análise deste plano, é importante entender a sua localização. O sítio escolhido para qualquer cidade erguida em território colonial, deverá atender tanto ao clima, como às condições económicas do local. Este fator parece ser respeitado por De Gröer e Moreira da Silva quando realizam o plano de implantação da “cidade Satélite nº 3” (Fig. 54), sendo que esta estaria situada num local ligeiramente elevado com uma pendente a Sul que permitia “(...) *a evacuação das águas, (...)*”²³¹, o que assegurava as condições de salubridade e saúde pública do local, por prevenir áreas com água estagnada, que poderiam atrair mosquitos.

Quanto ao clima, o facto da cidade proposta se situar no interior do território angolano, faz com que não beneficie quer da brisa marítima, nem da corrente fria proveniente de Benguela, de que usufruiriam aquelas cidades satélite com localização prevista mais junto à costa, fatores que, naturalmente, ajudariam ao equilíbrio do clima quente que a cidade poderia vir a apresentar.

Em termos populacionais a Cidade Satélite nº3 estava planeada para albergar cerca de 40.000 habitantes, divididos entre cerca de 25.000 dos chamados “civilizados” (considerando como “civilizados” não só a população europeia, mas também indígenas assimilados), e de 15.000 “não civilizados”.

Ao ano de 1948, havia cerca de 14.000 habitantes europeus em Luanda, sendo que apenas 20% seriam casais. Isto deve-se ao facto de muitos dos que habitavam as colónias vindos da Europa deixarem para trás a família, acabando por formar grupos de três ou quatro pessoas que coabitavam no mesmo espaço, onde as tarefas domésticas seriam entregues ao funcionário que seria indígena (intitulado de “criado-preto”). Tendo em consideração as condições sociais e económicas desta nova população, Vieira da Costa entendeu que a solução de edifício coletivo seria a mais conveniente.

230 Vieira da Costa, «Cidade Satélite nº3». Pag. 48

231 Vieira da Costa, «Cidade Satélite nº3». Pag. 52

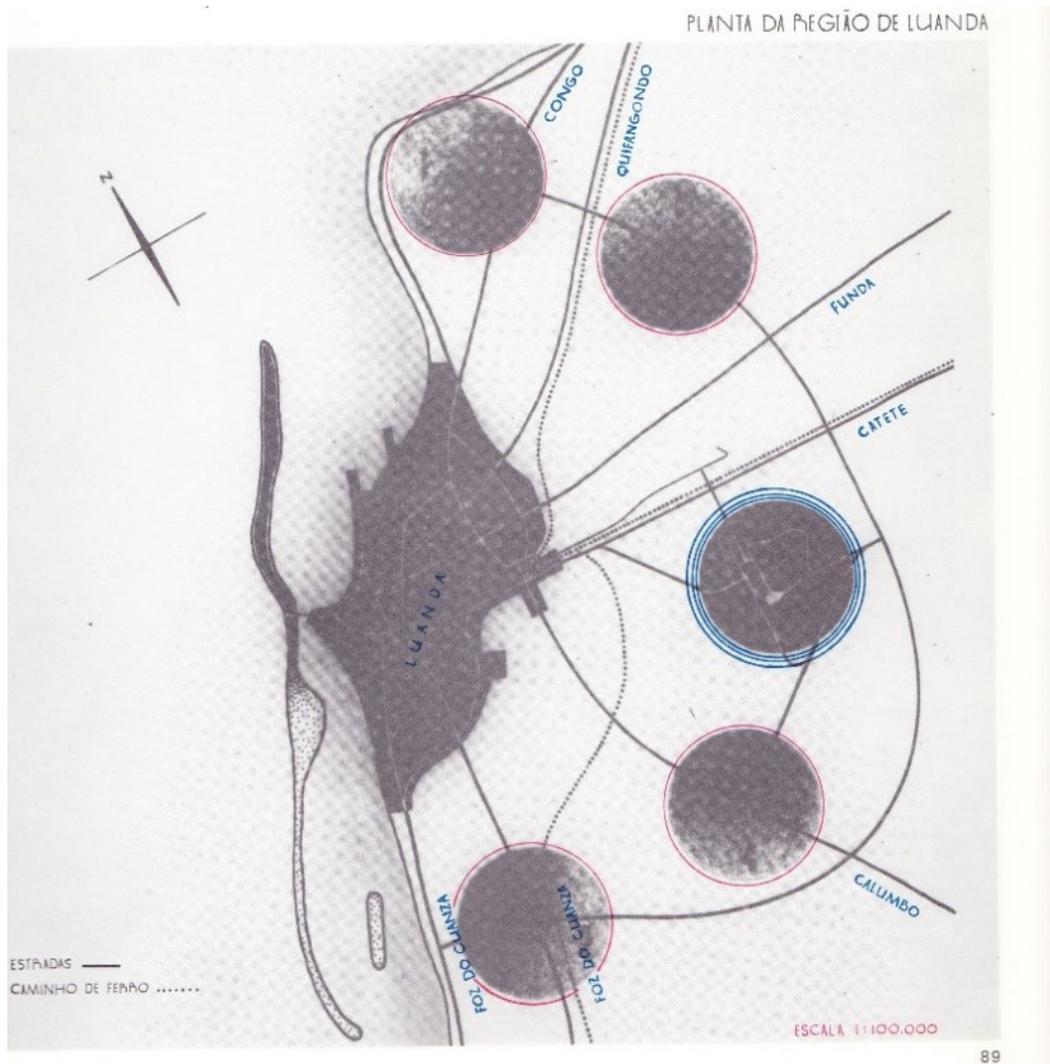


Fig. 54- Planta da Região de Luanda, com a localização das Cidades Satélite, com destaque da Cidade satélite nº3 e as diversas estradas que passam por Luanda, segundo o plano de 1943, escala 1:100000

Fonte: Vieira da Costa, «Cidade Satélite nº3». Pag. 89

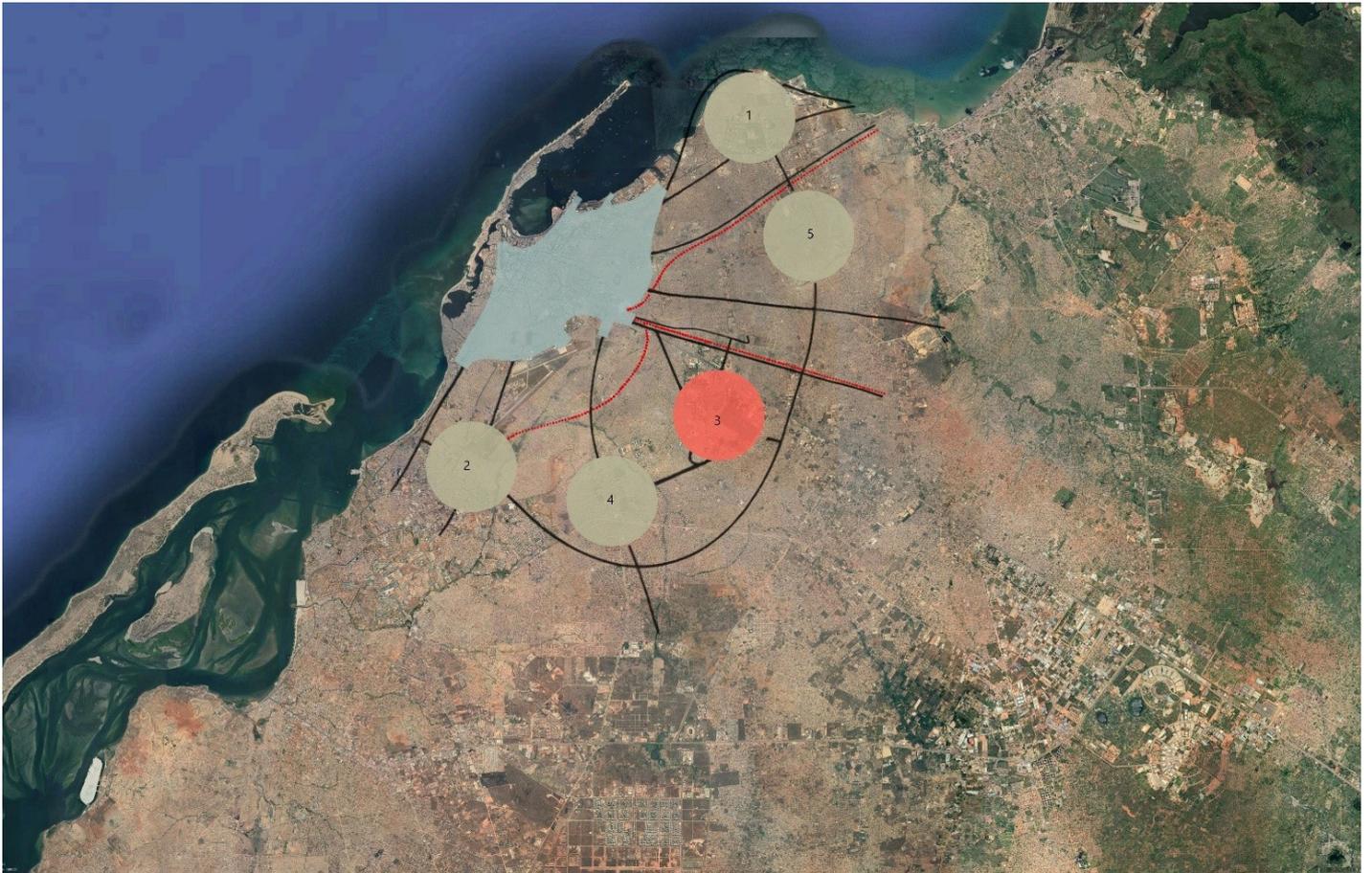
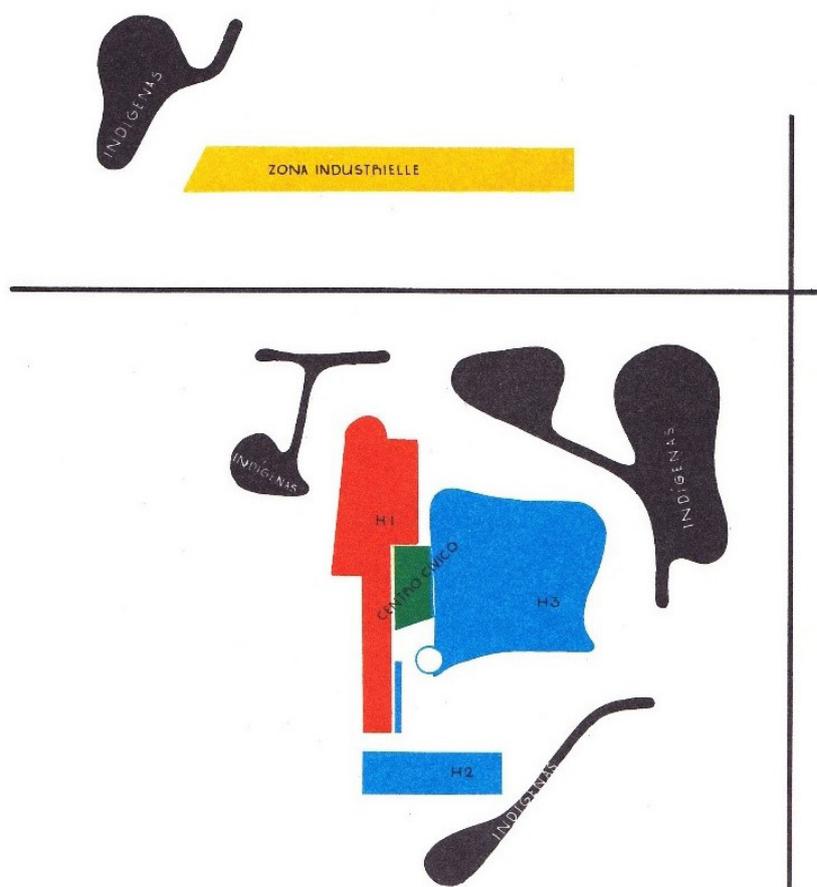


Fig. 55- Sobreposição do esquema da proposta de De Gröer e Moreira da Silva para a cidade de Luanda e respectivas Cidades satélites, com fotografia aérea atual, com destaque à localização da Cidade Satélite nº 3; marcação das estradas (a preto) e caminhos de ferro propostos (a vermelho), marcação das Cidades satélite 1, 2, 4 e 5 a verde e destaque a vermelho da Cidade Satélite nº 3

Autoria própria

ESQUEMA DO ZONING



61

Fig. 56- Esquema de *Zoning* para a Cidade Satélite nº 3, Vasco Vieira da Costa, com destaque das Zonas de habitação (H1 a vermelho e H2 e H3 a azul, e as zonas indígenas a preto) e Centro Cívico a verde.

Fonte: Vieira da Costa, «Cidade Satélite nº3». Pag. 61

Neste plano é também apontado como deverá ser realizado o esquema de circulação viária, não só de ligação da cidade satélite à cidade principal, como também a que acontece dentro do próprio satélite. São então previstos três planos de vias – um de circulação rápida, um de circulação lenta e por último um de caminhos para peões – sendo que foi feito um esforço para que houvesse uma distinção clara entre o HABITAR e o CIRCULAR. Este esforço existiu, pois, segundo Vieira da Costa, a premissa da “rua corredor”, que em muito marcava a forma de fazer urbanismo, misturava três importantes e distintos parâmetros que uma cidade vivia – a circulação, o comércio e a residência – sendo que com esta nova sectorização das diferentes formas de percorrer a cidade, é possível existir essa separação.

Quanto às grandes vias de circulação rápida que passam pela Cidade Satélite nº 3 – a estrada Luanda-Malange e a estrada de circunvalação (Fig. 55) – estas estariam isoladas da cidade satélite através de um largo corredor verde, que permitiria que a nova cidade esteja conectada ao resto do território sem ser definida pelos eixos de unificação existentes.

Os arruamentos criados seriam de traçado orgânico, criados a partir do estudo da ligação mais lógica entre os vários componentes da cidade. O espaço para peões seria distinto do espaço de circulação rodoviária, privilegiando de alamedas definidas através de espaços arborizados, sendo que os pontos de cruzamento inevitáveis entre estes dois momentos de circulação seriam feitos através de passagens inferiores e superiores, estando ainda definidos locais de estacionamento nas zonas onde estava prevista uma maior afluência de público, junto do centro-cívico previsto, bem como dos restantes principais edifícios.

O método de *zoning* (Fig. 56) também representou uma ferramenta de grande importância para a elaboração desta proposta que divide a cidade em cinco zonas principais – Centro cívico e social, Zona industrial, Zonas residenciais (que por sua vez se dividiria em quatro zonas: uma de grandes unidades de residência, uma de habitações coletivas, habitações individuais e os bairros indígenas), Espaços livres, e por último a Zona rural.

A primeira zona, referente ao Centro Cívico e Social (Fig. 57), estará situada no “centro gravitacional” da cidade proposta. Aqui estarão concentradas áreas comerciais, escritórios, centro administrativo, central de camionagem, espaço de culto (igreja), espaços de restauração, espaços culturais, como bibliotecas e sala de espetáculos, entre outras. Estes espaços estarão distribuídos num parque, através da disposição dos quais é gerada uma praça, onde poderão ser realizadas manifestações e reuniões públicas.²³²

A Zona industrial (Fig. 58) desenvolver-se-á ao longo de um dos eixos principais da Cidade Satélite nº 3, a estrada e troço ferroviário que faz a ligação Luanda-Malange, de forma linear. Este núcleo será rodeado por uma larga faixa verde, de modo a assegurar a salubridade e higiene do local. Os diversos ateliers que farão parte deste complexo industrial estarão dispersos sobre um campo aberto, sendo que este complexo não se situará muito

232 Vieira da Costa, «Cidade Satélite nº3». Pag. 59

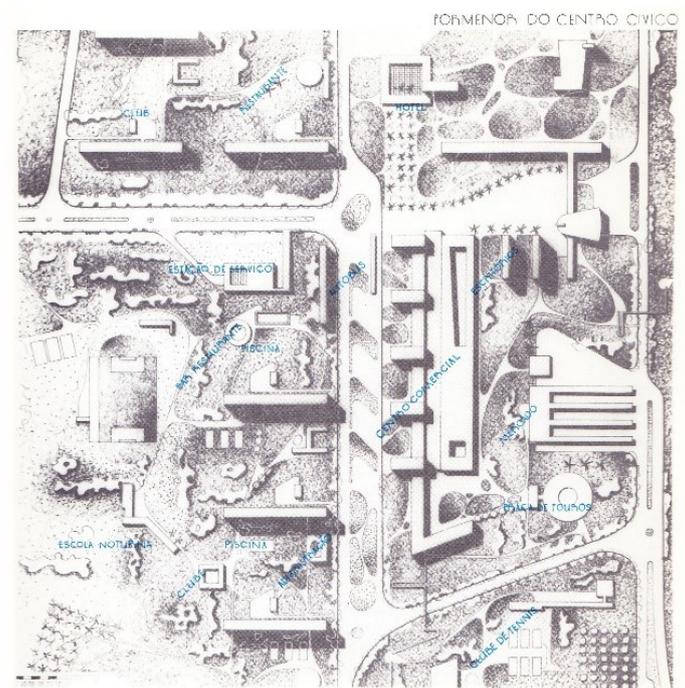


Fig. 57- Pormenor do Centro Cívico da Cidade Satélite nº 3, Vasco Vieira da Costa, com as respetivas zonas de lazer, espaços comerciais, locais de culto e espaços de ensino.

Vieira da Costa, «Cidade Satélite nº3». Pag. 115

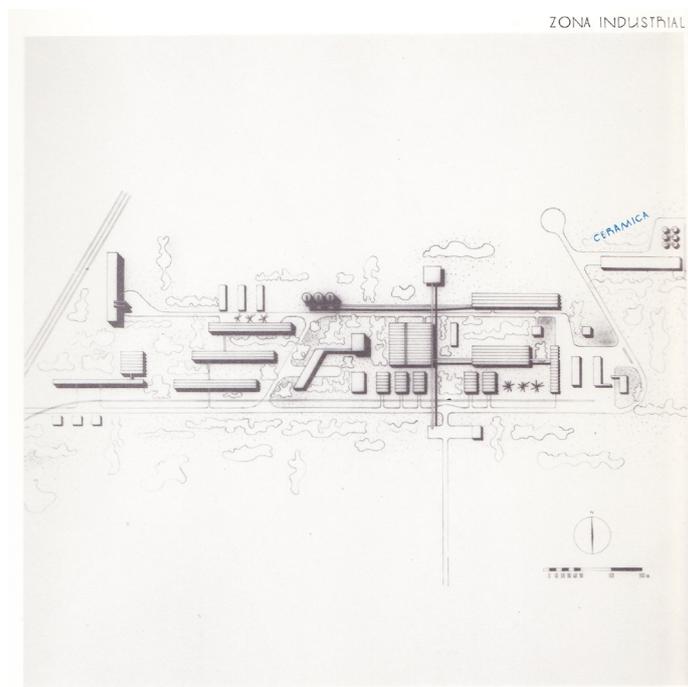


Fig. 58- Pormenor da Zona Industrial da Cidade Satélite nº 3, Vasco Vieira da Costa.

Vieira da Costa, «Cidade Satélite nº3». Pag. 131

NUCLEO EUROPEU

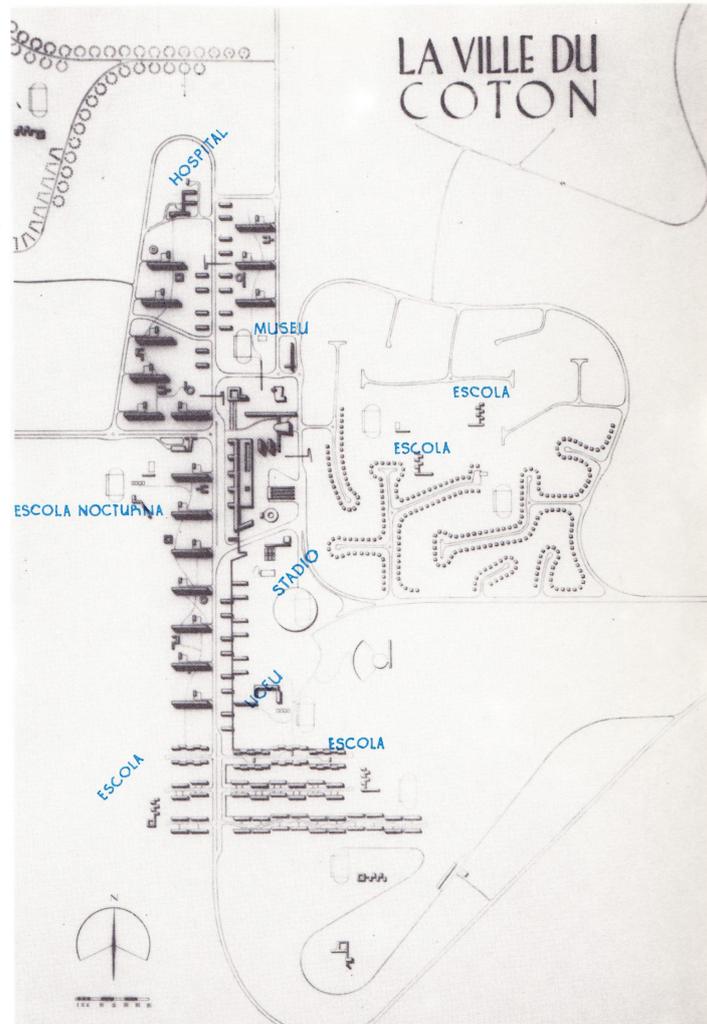


Fig. 59- Pormenor do Núcleo Europeu da Cidade Satélite nº 3, Vasco Vieira da Costa

Vieira da Costa, «Cidade Satélite nº3». Pag. 101

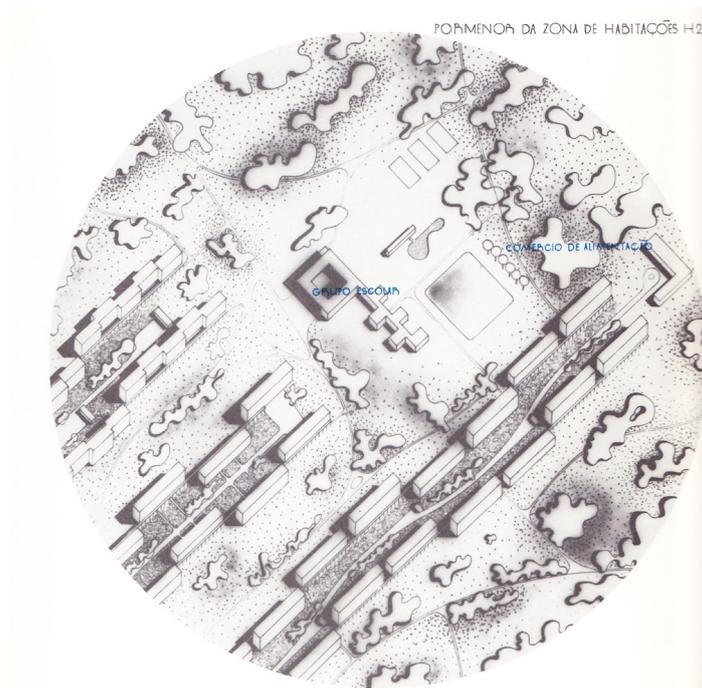


Fig. 60- Pormenor da Zona de Habitação H2 da Cidade Satélite nº 3, Vasco Vieira da Costa.

Vieira da Costa, «Cidade Satélite nº3». Pag. 123



Fig. 61- Pormenor da Zona de Habitação H3 da Cidade Satélite nº 3, Vasco Vieira da Costa.

Vieira da Costa, «Cidade Satélite nº3». Pag. 125

longe dos núcleos habitacionais, proporcionando assim um fácil acesso quer de indígenas quer de europeus que aqui venham a ocupar locais de trabalho, quer seja a pé ou de bicicleta.

As Zonas residenciais (Fig. 59) estão divididas em dois grupos principais, um primeiro destinado à “população civilizada”, que por sua vez se divide em três grupos (H1, H2, H3), com um traçado mais moderno, e o segundo (H4) que se destina à “população não civilizada”, com um desenho que respeitava o traçado mais tradicional local. Para os grupos H1, H2 e H3, está definido ao pormenor como deverá ser feita a divisão populacional, enquanto que para o grupo H4 esses números não são especificados.

Assim, a zona H1 consiste num total de 30 imóveis destinados a um total de 18 000 (dezoito mil) habitantes, dividindo-se em 16 unidades com doze andares, e as restantes 14 com apenas quatro pisos. No trabalho é referido que as primeiras 16 unidades estariam equipadas com parque de estacionamento e estariam distanciados com 120 metros entre cada um. Os espaços seriam ligados entre si por alamedas de uso exclusivamente pedonal que, através da plantação de árvores, estariam adornadas de sombras. Contando que este primeiro polo habitacional se destinaria a celibatários, nas proximidades dele estariam garantidas todas as comodidades necessárias para que estes levassem a vida com o maior conforto possível.²³³

Passando para a área residencial H2 (Fig. 60), esta estava destinada a casais com um único filho, ou sem filiação. Este grupo de habitações situada a sul do núcleo europeu, próximo do liceu, teria uma grande autonomia, formando uma pequena aldeia, servida do próprio comércio, campos desportivos, serviços administrativos e de cuidados de saúde, com igreja e fácil acesso à educação através da escola existente, estando longe das vias de grande fluxo automóvel. No desenho deste polo foi tido em atenção os acessos cobertos entre cada módulo de habitação e a paragem de transportes públicos.²³⁴

À semelhança da zona residencial H2, a zona residencial H3 (Fig. 61) teria uma autonomia completa, servindo cerca de 12 000 (doze mil) habitantes, e seria constituída por habitações de tipologia individual destinadas a casais com um ou mais filhos, com uma forma semelhante àquela de uma unidade de habitação.

A zona residencial H4 (Fig. 62) que, como referido anteriormente, se destinaria à população não civilizada, estaria localizada na periferia da cidade, e solada por uma faixa arborizada com cerca de 500 metros de largura. Estes polos urbanos obedeceriam a uma série de parâmetros:

“1) – Arruamentos em número e largura estritamente necessários, construídos em materiais capazes de evitarem a formação da lama ou da poeira.

233 Vieira da Costa, «Cidade Satélite nº3». Pag. 65

234 Vieira da Costa, «Cidade Satélite nº3». Pag. 65

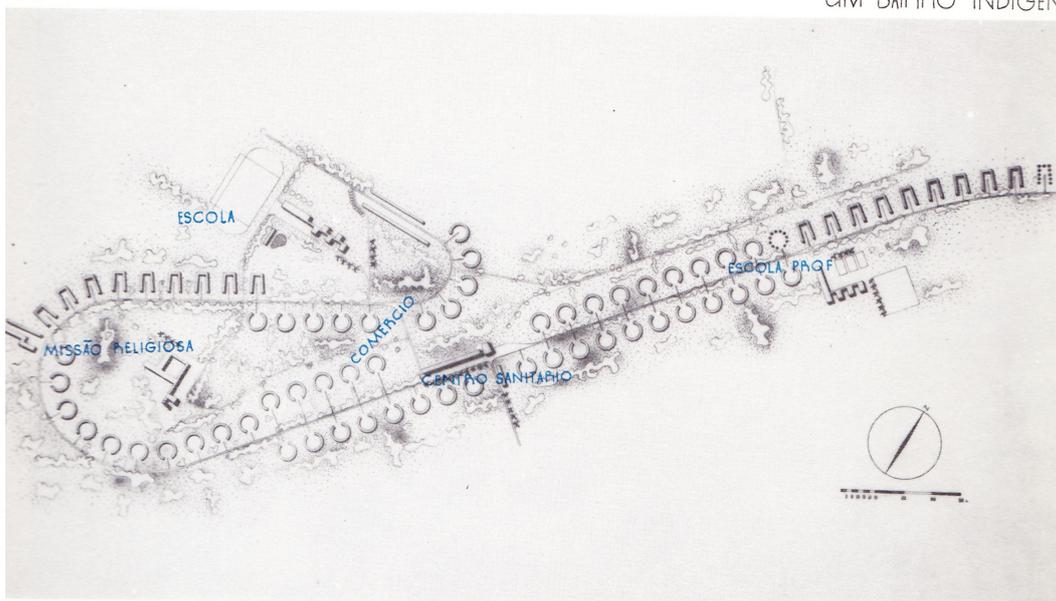


Fig. 62- Pormenor de um Bairro Indígena da Cidade Satélite nº 3, Vasco Vieira da Costa, com designação do espaço da escola, da missão religiosa, do comércio, do centro sanitário e escola profissional

Vieira da Costa, «Cidade Satélite nº3». Pag. 127



Fig. 63- Pormenor de Habitações Indígenas da Cidade Satélite nº 3, Vasco Vieira da Costa, com designação dos espaços sanitários, culturais, sala de reuniões, fonte e cozinha comum.

Vieira da Costa, «Cidade Satélite nº3». Pag. 129

2) – *Habitacões construídas com materiais de carácter provisório (cubatas).*

3) – *Agrupamento das cubatas em grupos de 10 a 12 como muitas vezes fazem os próprios indígenas. Cada grupo será provido de água potável, serviços higiénicos, um lavadouro, um local para incineração do lixo, um sistema de esgotos e uma cozinha coberta, onde cada cubata disporá do seu próprio local para cozinhar.*” ²³⁵

Na narrativa deste plano, é possível reconhecer traços do Luso-tropicalismo. Vasco Vieira da Costa, ainda que marcado pelos ideais do Estado Novo no que respeita a políticas coloniais, tenta oferecer uma visão mais respeitadora dos costumes locais, também influenciado pelo facto de ter efetivamente vivido em Luanda. Esta questão permite-lhe desenhar uma cidade que, no entender do arquiteto, faria mais justiça à realidade colonial.

Após a leitura destas plantas é possível verificar a disparidade existente entre a zona destinada à população europeia, e a zona destinada à população autóctone. Nas zonas de habitação H1, H2 e H3 se podem observar edifícios com um traçado mais moderno, com edifícios que se desenvolvem em barras (Fig. 60 a Fig. 61). Aqui também se incluem diversas infraestruturas necessárias para o funcionamento desta cidade, como escolas, hospitais, estádios e museus (Fig.59).

Já no caso da zona de habitação H4, destinada à população indígena, os edifícios assumem uma forma circular, relembro o desenho vernacular das habitações autóctones, agrupando-se em pequenos núcleos (Fig. 63). Estes bairros desenvolvem-se ao longo de estradas, e contam, no seu conjunto, de infraestruturas diversas, que conferem alguma autonomia, mesmo não atingindo o grau de autonomia do núcleo europeu. Dentro destas infraestruturas destacam-se escolas, centro sanitário, e espaço da missão religiosa, e espaço destinado ao comércio. (Fig. 62)

Com esta abordagem Vasco Vieira da Costa mostra tentar respeitar a cultura local, mesmo que dando um toque moderno a este desenho. Aqui observa-se um avanço do autor em relação ao projeto de Étienne de Gröer e David Moreira da Silva, e um distanciamento dos ideais do Estado Novo, possível por este plano, como referido anteriormente, se tratar de um trabalho académico e não de uma encomenda estatal.

Ao estudar este projeto, é possível entender a tentativa de respeitar ao máximo os ideais do urbanismo moderno, bem como a ideia que De Gröer e David Moreira da Silva tentaram transmitir no seu plano, realizando ainda algumas adaptações que Vieira da Costa, como urbanista e habitante de Angola (logo com conhecimento de causa do que era viver neste local), considera pertinente realizar de modo a criar o plano mais funcional para o

235 Vieira da Costa, «Cidade Satélite nº3». Pag. 66

espaço apresentado.

Embora esta proposta seja apenas um trabalho académico, considero que seja pertinente apresentá-la como exemplo de projetos que seguiram o Plano de Urbanização para a Cidade de Luanda, pela qualidade que apresenta e por ser um estudo bastante completo, não só do plano em que se baseia, mas de todos os fatores considerados para a sua elaboração, como informação antropológica quer da comunidade local que já estava presente no local, como da que estava prevista instalar-se na cidade que se viria a erguer se os planos fossem cumpridos.

Além de tudo, Vasco Vieira da Costa, era um arquiteto com profundas influências modernista, tendo estagiado com Le Corbusier, como já foi mencionado. Por isto, o peso do movimento modernista é claro no seu trabalho e, mesmo que seja óbvia a vontade de respeitar o plano proposto por David Moreira da Silva e Étienne de Gröer, é notável, na proposta para a Cidade Satélite nº3, uma evolução para um traçado mais modernista no modo de fazer a cidade.

PLANO URBANO PARA A CIDADE DE LUANDA–
1949 - 1952

- O Arquiteto João António Aguiar

- Análise do Plano

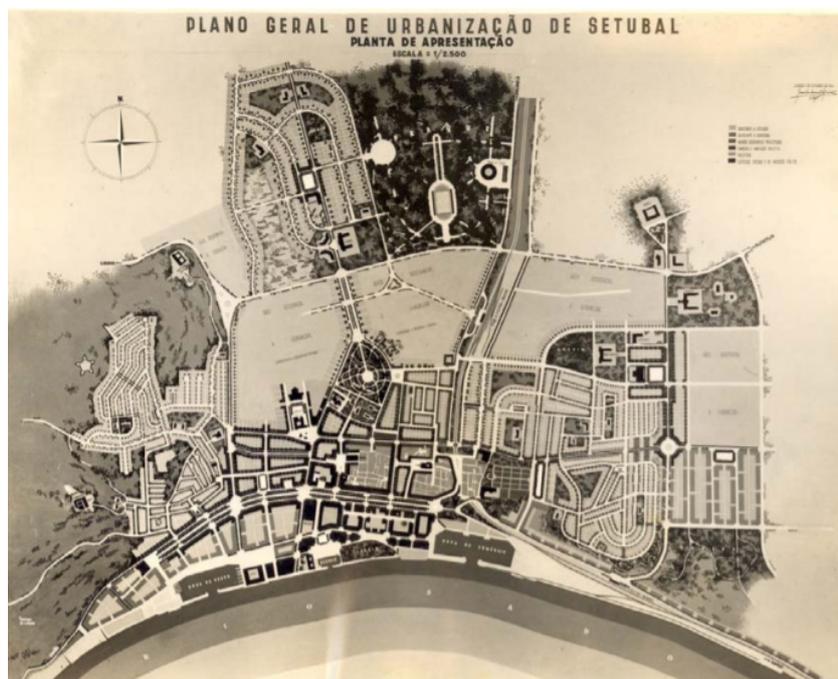


Fig. 64 - Planta de apresentação do Plano Geral de Urbanização de Setúbal, Arq. João António Aguiar, 1944

Fonte: Isabel Pratas Sousa de Macedo e Inês Gato de Pinho, «Da traça de Terzi ao Plano Aguiar: quatro séculos de estratégia urbana», em Atas do VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica (VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, Braga, Portugal, 2015). Pag. 200



Fig. 65 - Plano Geral de Urbanização de Cabinda, Gabinete de Urbanização Colonial, Arq. João António Aguiar, 1951

Fonte: Maria Manuela Afonso da Fonte, «O Fenómeno Urbano em Angola no século XX», Modernidad ignorada, accedido 12 de Março de 2021, <http://cargocollective.com/arquitecturamodernaluanda/Texto-7>

O Arquiteto João António Aguiar- 1906-19??

O arquiteto João António Aguiar nasceu em 1906, e foi um dos mais solicitados urbanistas portugueses dos anos quarenta, tendo sido responsável por um elevado número de planos, quer em Portugal Metropolitano, quer em nos territórios coloniais.

O seu percurso académico, na área de arquitetura, é feito na Escola da Belas-Artes, em Lisboa, terminando no ano letivo de 1934/1935, sendo que terá frequentado este curso no mesmo período em que o arquiteto João Guilherme Faria da Costa. Cedo começa a entrar no campo profissional do urbanismo, e logo em 1929 é responsável pelo desenho do Plano da Cova da Iria. Coincidentemente com o ano em que termina o curso na Escola de Belas-Artes, João António Aguiar acompanha Donat-Alfred Agache quando este vem a Portugal.²³⁶

Pela sua experiência na área do urbanismo, João António Aguiar é convidado para a chefia do Gabinete de Urbanização Colonial, ocupando o cargo de subdiretor desde a criação deste gabinete, em 1944. Entre este ano e o ano de 1951, João António Aguiar é responsável por diversos planos de urbanização realizados neste âmbito.

No território de Portugal, Aguiar é responsável por realizar planos para importantes cidades e capitais de distrito, sendo que entre os anos de 1959 e 1960 foi responsável pela revisão de oito dos dezassete planos para capitais de distrito, como é exemplo a cidade de Setúbal. (Fig. 64)

*“Dos dezoito distritos do continente, Aguiar ocupa-se dos planos de oito das suas capitais: Castelo Branco, Faro, Guarda, Santarém, Setubal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu. Em 1948, João António Aguiar era ainda o urbanista de mais nove sedes de concelho: (...)”*²³⁷

Em território colonial ultramarino foi também responsável por grandes planos urbanos como é o caso do Plano Geral de Urbanização parcial de Lândana, em 1951, o Plano de Urbanização para Cabinda, em 1951 (Fig. 65), o Plano Urbano de Vila Pery, em 1950, o Plano de Urbanização para Lourenço Marques, realizado entre 1947 e 1950, o Plano de Urbanização de Luanda, que será explorado nesta dissertação, em 1949, entre outros.²³⁸ Em conjunto com uma série de outros arquitetos e urbanistas, João António de Aguiar foi responsável pela “(...) proliferação do urbanismo e da arquitetura em Luanda.”²³⁹, na época modernista.

236 Lôbo, *Planos de urbanização*. Pag. 170

237 Lôbo, *Planos de urbanização*. Pag. 169

238 Fonte, «Urbanismo e Arquitectura em Angola». Pag. 175-182

239 Maria Alice Vaz de Almeida Mendes Correia, «O “Património” do Movimento Moderno em Luanda (1950-1975)» (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, 2012). Pag. 133: “Igualmente os nomes de Fernando Batalha, Adalberto Gonçalves Dias, Ana Torres, Antonieta Jacinto, João Paulo Graça, Hugo Morais, António Martins, Jorge Amado, Sabino Correia, Domingos Parente da Silva, Fernando Alfredo Pereira, Francisco Silva Dias, Vasco Morais Soares, João António Aguiar, João Garcia de Castilho, José Luís Pinto da Cunha, Luís Pereira Traquelim da Cruz, Rosas



Fig. 66 - Plano Geral de Urbanização de Noa Lisboa, Gabinete de Urbanização Colonial, Arq. João António Aguiar, 1946-1947

Fonte: UCCLA, Urbanismos de Influência Portuguesa, 2020. Pag. 57

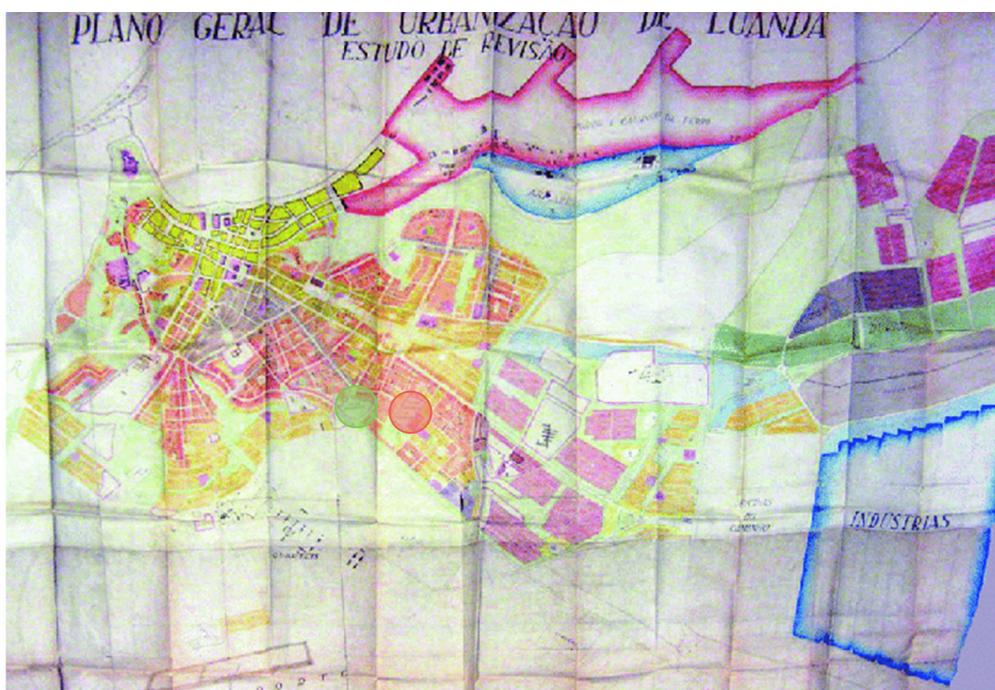


Fig. 67 - Plano Geral de Urbanização de Luanda, João Aguiar/GUU, março 1952 (IPAD) Fonte: Hugo Coelho, 2011, com destaque às áreas destinadas ao Liceu Feminino e à Escola Industrial e Comercial, a verde e vermelho, respetivamente

Fonte: Milheiro, Ana Cristina Fernandes Vaz. «O Gabinete de Urbanização Colonial e o traçado das cidades luso-africanas na última fase do período colonial português».



Fig. 68.a - Plano de Urbanização da Cidade de Luanda, Planta Geral, da autoria de Étienne de Gröer e David Moreira da Silva, escala 1:10 000

Fonte : UCCLA, Urbanismos de Influência Portuguesa (Lisboa: Imprensa Municipal | CM Lisboa, 2020).



Fig. 68.b - Plano de Urbanização de Luanda, Gabinete de Urbanização Colonial, Arq. João António Aguiar, 1949

Fonte: Fonte, «Urbanismo e Arquitectura em Angola». Pag. 182



Fig. 69 - Sobreposição do Plano de João António Aguiar, de 1949-1952 (Fig. 68.b), ao Plano de Étienne de Gröer e David Moreira da Silva, de 1941-1943 (Fig. 68.a)

Fonte: Montagem de autoria própria

Plano de Urbanização de Luanda – Análise:

A proposta para o Plano de Urbanização de Luanda, de 1949-1952 (Fig. 68), está inserido numa série de planos urbanos datados do final da década de quarenta do século XX e inícios da década de cinquenta, da autoria dos técnicos do Gabinete de Urbanização Colonial. Onde, aliás, também se inclui o plano da autoria de Étienne de Gröer e David Moreira da Silva, que se analisou em primeiro lugar ²⁴⁰.

Como também é possível observar neste plano, João António Aguiar faz as suas propostas tendo por princípio os eixos estruturantes e monumentais, a baixa densidade do desenho proposto e uma sectorização funcional (uma forma de *zoning*). Esta abordagem também é possível observar noutros trabalhos, como é caso do Plano para Nova Lisboa, de 1946 (fig. 66), que apresenta bastantes semelhanças com a proposta para Luanda, sendo que ambos são realizados em períodos temporais próximos. Os seus trabalhos têm sido identificados como seguindo o modelo da Cidade-Jardim de Ebenezer Howard, no entanto, muitas vezes apresentavam traços monumentais que não se enquadravam no ideal urbano inglês²⁴¹.

A proposta feita para Luanda por Aguiar tinha em atenção a expansão da cidade, que tinha sofrido um aumento exponencial da sua população num curto período de tempo, como é referido por Sílvia Leiria Viegas na sua tese de doutoramento, “(...) *Em 1940 Luanda acolhia 61.028 indivíduos. Dez anos depois a cidade absorvia um grande aumento populacional passando então a alojar 141.647 habitantes, (...)*”²⁴². Este crescimento populacional, levou ao aumento de *musseques*²⁴³, sendo que na elaboração do plano se tenta encontrar uma resposta para este crescimento desordenado que empurrava os habitantes autóctones para a periferia, deixando a cidade principal para ocupação dos colonos europeus, evidenciando assim a segregação que era negada pelo Estado Novo.²⁴⁴

À semelhança do primeiro plano apresentado nesta dissertação, o plano de 1943, a segregação e a separação da população autóctone dos colonos são claras. No entanto, João António Aguiar, admite no seu plano que sejam criados bairros mais centralizados destinados a estes habitantes locais. Esta abordagem, juntamente com o facto de, como referido, este arquiteto ser um dos grandes nomes do Estado Novo no campo da arquitetura, leva a que se possa afirmar que os seus trabalhos têm, de forma bastante marcada e clara, a

da Silva, e tantos outros, foram relevantes para a proliferação do urbanismo e da arquitetura em Luanda.”

240 Ana Vaz Milheiro, «Fazer Escola: A Arquitectura Pública Do Gabinete De Urbanização Colonial Para Luanda», acedido 15 de Junho de 2021, <http://cargocollective.com/arquiteturamodernaluanda/Texto-1>.

241 Milheiro, «Fazer Escola: A Arquitectura Pública Do Gabinete De Urbanização Colonial Para Luanda».

242 Sílvia Leiria Viegas, «Luanda, Cidade (Im)previsível? - governação e transformação urbana e habitacional: paradigmas de intervenção e resistências do novo milénio» (Doutoramento em Arquitectura, Lisboa, Portugal, Universidade de Lisboa - Faculdade de Arquitectura, sem data). Pag. 60

243 Musseque é um bairro composto por construções precárias que ocupa os arredores de uma cidade (no caso Luanda), onde habitam pessoas mais desfavorecidas

244 Viegas, «Luanda, Cidade (Im)previsível?». Pag. 63

imagem que o Estado Novo pretendia dar às suas cidades, deixam transparecer alguns dos ideais do Luso-tropicalismo, como é o caso da miscibilidade e a aclimatibilidade.

De modo a clarificar o desenho urbano das zonas consolidadas, e das novas zonas de expansão que surgiam, foi realizada uma sectorização da cidade onde foram delineadas aquilo que viriam a ser as novas zonas industriais, rurais, comerciais, portuárias, militares, espaços verdes e áreas residências, onde se incluíam os bairros para indígenas, e bairros económicos.²⁴⁵

Uma proposta para novos eixos de circulação também constava deste plano que, à semelhança do plano de Étienne de Gröer e David Moreira da Silva (Fig. 69), se desenvolvem de forma radial e permitem o acesso a territórios situados a Sul de Luanda²⁴⁶, e são definidos os limites da cidade crescente. Na realidade, a proposta de João António Aguiar desenvolve-se tendo por base a proposta do arquiteto russo e do arquiteto português, não sendo o único em que isto se verifica, como já foi notado por outros autores²⁴⁷, e como já se referiu nesta dissertação, com o caso do plano para a Cidade Satélite nº 3, de Vasco Vieira da Costa

Esta sectorização é bastante clara nas plantas da proposta onde é possível identificar a grande área reservada à atividade industrial a sudeste do centro da cidade (entre as atuais zonas de Kilamba Kiixa e Mulenvos), a baixo da planeada zona rural (atual Mulenvos). Quando à zona residencial, esta coincide com aquela planeada no projeto de 1943, sendo que daqui se destacam a localização de equipamentos escolares, os edifícios do Liceu Feminino e a Escola Industrial e Comercial (em destaque na Fig. 67 a verde e vermelho, respetivamente), que acabam por se tornar “(...) a face arquitectónica mais visível da abordagem à cidade concretizada pelo Gabinete durante a segunda metade da década de 1950.”²⁴⁸.

A nível urbano geral é possível identificar, tal como acontece no plano de Étienne de Gröer, diferentes unidades morfológicas que se desenvolvem ao longo do território. Estas, propostas por João António Aguiar, no entanto não correspondem exatamente àquelas que são propostas pelos arquitetos russo e português anos antes.

Quanto à área do porto de Luanda, à semelhança do plano de Étienne de Gröer e David Moreira da Silva, no plano de João António Aguiar, este foi também feito através de um grande aterro situado em frente à atual Avenida Comandante Kima Kienda. Este aterro permitiu regularizar a enseada onde se insere o porto, tal como já era proposto no plano de 1943, mas contando com três pontões propostos, em vez dos quatro apresentados pela

245 Milheiro, «Fazer Escola: A Arquitectura Pública Do Gabinete De Urbanização Colonial Para Luanda».

246 Fonte, «Urbanismo e Arquitectura em Angola». Pag. 182

247 Correia, «O “Património” do Movimento Moderno em Luanda (1950-1975)». Pag. 212

248 Milheiro, «Fazer Escola: A Arquitectura Pública Do Gabinete De Urbanização Colonial Para Luanda».

dupla de arquitetos russo e português.

Nos desenhos apresentados por João António Aguiar é também explícito, tal como já previsto no plano de 1926, a intenção de inserir no espaço do porto um ramal do caminho ferroviário. Como já referi anteriormente, esta intenção é a abordagem mais lógica, de modo a solucionar o problema dos transportes, pois a ligação do caminho de ferro ao porto facilitaria a entrada de mercadorias e passageiros para este ponto da cidade. É também possível localizar na planta (Fig. 68) o local onde se situaria o aeroporto.

Tal como o Plano de Étienne de Gröer e David Moreira da Silva, também este plano acabou por não entrar em vigor e ser aplicado, também por falta de técnicos especializados e de aval jurídico ²⁴⁹. No entanto, ambos os planos referidos acabaram por, de certo modo, servirem de base para os projetos que se elaboraram mais tarde, sendo possível ver traços semelhantes na cidade que foi crescendo e as propostas apresentadas e rejeitadas desde então.

249 Correia, «O “Património” do Movimento Moderno em Luanda (1950-1975)». Pag. 70

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo foi possível reunir um conjunto de conclusões que tornam possível então responder às questões feitas no início da dissertação, e que recupero aqui:

- de que forma o modelo sociológico do Luso-tropicalismo se vê espelhado nos planos aqui explorados?
- de que forma é que o urbanismo, no geral, e mais especificamente o modelo da Cidade-Jardim funcionam como ferramentas de afirmação da presença do Estado novo nas colónias?
- quais as semelhanças, e maiores diferenças que existem e se podem observar nos três planos em análise?
- seriam os planos viáveis, caso se tivessem vindo a concretizar, tendo em consideração que responderiam a uma série de exigências feitas pelo regime em vigor?

No que diz respeito à primeira questão colocada, sobre o Luso-tropicalismo e a sua aplicação nos planos estudados, creio que o primeiro ponto a esclarecer é que qualquer utilização que possa ser observada deste modelo sociológico será sempre segundo a apropriação feita pelo Estado Novo, e da sociedade que o integrou, desta teoria.

Após o estudo realizado ficou claro que, embora os princípios base do modelo de Freyre estivessem presentes, foram moldados pelo regime político de modo a melhor servirem os interesses do Estado Novo. Nomeadamente, quando a questão era a justificação da presença de Portugal em território colonial perante a comunidade internacional. Esta justificação, no entanto, muitas vezes mascarava uma atitude segregadora e racista perante os habitantes autóctones das colónias com expressão material nos modos de habitar e ocupar o espaço.

Ou seja, a referida abordagem por parte do Estado Novo ao colonialismo estendia-se, invariavelmente, ao modo de realizar arquitetura nas colónias. Assim, embora as bases

do modelo sociológico já tivessem sido apresentadas em obras teóricas em 1933 e 1940²⁵⁰, apenas na década de 1950 é que se formaliza o conceito de Luso-tropicalismo.

Esta nomeação, ou formalização em teoria, aconteceu anos depois da realização dos planos estudados nesta dissertação, datados respetivamente de 1941-1943, 1948 e 1949-1952, sendo que é possível verificar que os princípios base do modelo sociológico, que apenas foram formalizados quase uma década após a realização do primeiro plano, em 1951, primeiro numa conferência que teve lugar em Goa, e em 1952, numa conferência apresentada em Coimbra. Não obstante a discrepância cronológica, observa-se que os princípios do Luso-tropicalismo – a MOBILIDADE, MISCIBILIDADE e a ACLIMATIBILIDADE – são legíveis nos planos.

As medidas propostas pelos planos, de carácter claramente opressor e segregador eram, no período em que foram realizados os planos defendidos pelo regime e pelas suas estruturas de poder como sendo métodos de integração que respeitavam a população e a cultura dos povos autóctones. No caso específico de Luanda, fazendo uso de um discurso que defendia que Portugal pretendia “apenas” apoiar e promover o desenvolvimento das comunidades ultramarinas, fazendo crer da benignidade no projeto colonial.

Seguindo a linha temporal que apresento na dissertação, e começando pelo Plano de Urbanização de Luanda, por Étienne de Gröer e David Moreira da Silva, de 1941-1943, os próprios autores da proposta afirmam que existe uma intenção de separação entre a população de colonos portugueses e habitantes autóctones. Esta separação é feita através da criação das cidades satélites que seriam destinadas a estes últimos e que, segundo a proposta de De Gröer e Moreira da Silva, lhes ofereciam privacidade e autonomia.

Em contradição com esta “boa intenção”, também afirmavam que estas cidades satélites deveriam não estar demasiado afastadas da cidade principal ocupada pelos colonos, pois os habitantes locais deveriam servir estes na cidade central de Luanda. Para além disso o facto de as cidades satélites estarem separadas da cidade principal pelo já referido²⁵¹ tampão verde, reforça a ideia racista e infundada da pouca salubridade que se poderia vir a observar nas cidades satélites, maioritariamente ocupada por habitantes autóctones.

Com isto, a questão da Miscibilidade e fácil integração da comunidade de colonos portugueses com a comunidade local, bem como uma aparente miscigenação de culturas e arquitetura, estariam representadas. No entanto, como já referido e justificado acima, esta seria apenas aparente, e na realidade mascarava a real condição segregadora e de imposição cultural que o Estado Novo imprimia nas colónias ultramarinas.

No caso do segundo plano apresentado nesta dissertação, o plano de Vasco Vieira

250 Datas de publicação das obras *Casa Grande & Senzala* e *O mundo que o Português criou*, respetivamente

251 Referido anteriormente no capítulo sobre o Plano de Urbanização de Luanda, de 1941-1943

da Costa, como este é um aprofundamento do plano anterior, detalhando uma componente particular, a cidade satélite nº 3, muitas destas mesmas questões também se observam neste plano. Exemplo disso é o facto de Vieira da Costa também defender, pelas mesmas razões que De Gröer e Moreira da Silva o fazem, que as cidades satélite e a cidade principal deveriam estar relativamente próximas, de modo a facilitar e agilizar a deslocação dos habitantes autóctones.

Ainda assim, no que toca ao tipo de arquitetura, este acaba por respeitar mais os costumes locais e procurar uma adaptação mais eficiente da construção às condições geográficas e climáticas. Isto acontecia porque, como já foi referido²⁵², este arquiteto acreditava que, para se ser um arquiteto colonial, era necessário viver a colónia, tendo ele mesmo habitado em Luanda por um longo período de tempo, ao contrário do que se passou, por exemplo, com os arquitetos Étienne de Gröer e David Moreira da Silva.

No terceiro e último plano, o Plano Urbano para a Cidade de Luanda, de 1949, este segue as mesmas bases que o plano de 1943. Para além disso, João António Aguiar, autor deste plano, era um dos nomes mais importantes do panorama urbanístico do Regime, logo a sua abordagem aos trabalhos realizados transparece uma grande compreensão e respeito pela vontade da criação de uma imagem para todo o território português (quer metropolitano quer colonial). Esta compreensão liga-se diretamente aos valores suportados pela teoria do Luso-tropicalismo.

Pode-se, portanto, afirmar que, embora existisse um esforço para adaptar a arquitetura ao traçado local, esta adaptação era ainda, mesmo que subliminarmente, uma forma de silenciar a arquitetura e os costumes locais. Isto é confirmado pelo facto de que, embora as técnicas e o traçado dos edifícios e vias urbanas tivessem sofrido uma adaptação ao clima e técnicas locais, estas serviam sempre para imprimir em território colonial os costumes que os colonos traziam de Portugal, acabando por silenciar a tradição local.

No que toca à questão da utilização do modelo da Cidade-jardim em Portugal e pelo urbanismo português, esta começa a ser mais presente numa época em que se observava o desenvolvimento da disciplina do Urbanismo na Europa. Por esta mesma altura, o regime do Estado Novo tentava criar uma nova imagem para as cidades portuguesas, não se cingindo apenas ao território de Portugal metropolitano, mas estendendo também esta ambição aos territórios ultramarinos coloniais. É, portanto, nesta tentativa de uniformização da imagem da cidade, que o modelo da Cidade-Jardim, importado, passa a fazer parte da narrativa de desenho urbano portuguesa.

A escolha deste modelo urbano para o redesenho das cidades portuguesas deveu-se, principalmente a dois fatores, que são possíveis de identificar após a análise dos planos e do estudo feito sobre o modelo de Ebenezer Howard:

252 Referido anteriormente no capítulo sobre o arquiteto Vasco Vieira da Costa

O primeiro fator está ligado ao crescimento das cidades que se observava, tanto em território metropolitano, como em território colonial. Em solo continental, observava-se um rápido crescimento da população urbana, crescimento este que muitas vezes não se via acompanhado do crescimento das respetivas cidades. Este aumento populacional provocava o crescimento não planeado das cidades, o modelo da Cidade-Jardim, através da criação de cidades satélite adjacentes a um núcleo principal, permitia que fosse possível realizar um planeamento mais eficiente para o crescimento das cidades.

Este fator serviu também de solução para os planos feitos para as cidades criadas em território colonial, onde se insere a cidade de Luanda. Nestes territórios, na época do Estado Novo observava-se um aumento exponencial da população, agravado também pela chegada de colonos vindos de Portugal metropolitano. Assim era necessário encontrar uma solução que permitisse controlar o crescimento da cidade, no caso através da criação de cidades satélite.

Estas mesmas cidades satélite também serviam o propósito de segregação da população autóctone, que o Estado Novo tentava implementar nas colónias, mascarando este comportamento com o supracitado falso respeito pela privacidade e autonomia da população local. Considero, assim, que o facto de este modelo urbanístico oferecer uma resposta às intenções de opressão do Estado Novo em forma de desenho da cidade, outra das razões para que a Cidade-Jardim tenha sido tão aceite, ainda que de forma adaptada, para estes projetos. A marcante diferença entre a arquitetura que se encontrava na cidade principal com a que se praticaria nas cidades satélite apenas reforçava a distância que o regime sublinhava entre a população dos colonos e colonizados.

No caso concreto de Luanda, nos três planos é possível observar-se uma clara distinção no que respeita ao tipo de arquitetura que se pretendia realizar na cidade principal, daquela que era apresentada como solução para as cidades satélites. A arquitetura apresentada para a cidade central de Luanda tinha um traçado extremamente cosmopolita, à imagem da que se realizava em Portugal metropolitano, sendo que muitas vezes chegava a superar a arquitetura aí feita, no que dizia respeito à grandiosidade do desenho.

As cidades satélite estavam previstas serem apenas cidades dormitório, onde se dava menos atenção aos pormenores de desenho, com traçados que em teoria pretendiam respeitar mais os costumes locais (quer no que dizia respeito ao urbanismo, mas também no desenho das habitações), havendo, no entanto, uma falta de infraestruturas e equipamentos que, na prática, limitavam a autonomia destes núcleos urbanos.

Por este conjunto de razões, é possível entender o grande peso que este modelo urbanístico da Cidade-Jardim tem na arquitetura e urbanismo feitos nas colónias, e neste caso em particular, em Luanda. Os três planos aqui estudados tentam seguir ao máximo esta linguagem, principalmente os dois primeiros apresentados na sequência cronológica, sendo que o último plano, de João António Aguiar, acaba por se afastar um pouco da ideia

das cidades satélite, embora continue a seguir muitos dos outros princípios da Cidade-Jardim, como é o caso das vias radiais, e a presença de espaços verdes espalhadas pela cidade, algo que também se observa nos outros dois planos.

Esta alteração progressiva de paradigma deve-se com certeza, a duas razões. Por um lado a alteração do quadro demográfico da própria cidade de Luanda, que crescia exponencialmente, não permitindo o planeamento adequado em tempo útil e com os meios disponíveis. Por outro, a evolução da cultura arquitetónica e urbanística internacional, modernista, que contaminava o gosto e a forma de construir a cidade.

No que respeita às semelhanças e diferenças que se podem observar nos planos estudados, grande parte delas já foram sendo referidas ao longo do texto, mas vale a pena reuni-las aqui, numa síntese conclusiva. Quanto a semelhanças entre os planos, é necessário referir que em termos de conceptuais, estes serão todos bastante idênticos. Isto acontece porque, tanto a proposta de Vasco Vieira da Costa, como a proposta de João António Aguiar acontecem no seguimento da proposta de Étienne de Gröer e David Moreira da Silva. Por terem relação os dois planos mais posteriores, o de 1948 e o de 1949, baseiam-se não só nos desenhos feitos pelos arquitetos russo e português, mas também nos estudos e análises feitas por estes, para a realização dos seus projetos.

Não sendo possível fazer um paralelismo direto entre proposta de Vieira da Costa e a proposta de João António Aguiar, por se tratarem de escalas diferentes de planos dispares, existem pontos comuns na abordagem que foi tida na execução dos três planos. Caso disso é a questão da utilização do método de *zoning* que é transversal aos três planos. Todas as três propostas apresentam, mesmo que tratando de escalas diferentes, formas de sectorização do território como método de ordenamento, sendo que dão sempre atenção à demarcação das zonas que os autores consideram como sendo de maior importância, diferenciando as áreas reservadas a espaços públicos, praças, áreas para habitação, ou áreas respeitantes aos transportes, como portos e estações ferroviárias, bem como áreas industriais.

Todas as propostas propõem uma zona específica para habitação, uma zona para o lazer, um centro comunitário, zonas dedicadas ao comércio e à indústria. A utilização de espaços verdes ao longo da área de intervenção também é planeada, bem como a questão do desenho das ruas e a demarcação de eixos principais.

Na proposta de Vieira da Costa, visto ser, como anteriormente referido, uma parte integrante do Plano da Cidade de Luanda de 1941-1943, existem diversos pontos comuns na abordagem tida pelos autores. Caso disso são as vias principais que fariam a ligação da cidade de Luanda ao restante território Angolano que, segundo a memória descritiva que se encontra no trabalho *Luanda- Plano para a Cidade Satélite n.º 3*, se manteriam as mesmas que tinham sido propostas no plano de 1941-1943, ou a já mencionada utilização do modelo da Cidade-Jardim em ambas as propostas.

Esta conformação ao modelo urbano de Ebenezer Howard, embora seja, à primeira vista um ponto em comum, após uma observação mais detalhada, percebemos também que é um ponto em que os dois projetos se afastam um do outro. Isto é, o Plano de Urbanização da Cidade de Luanda, de Étienne de Gröer e David Moreira da Silva apresenta uma abordagem que se aproxima do modelo de subúrbio jardim Francês, do que do modelo inglês da Cidade-Jardim. Esta diferenciação era feita através da pouca ou nenhuma autonomia que era conferida às Cidades Satélite, pela localização de equipamentos essenciais apenas na cidade principal de Luanda, vinculando assim a população autóctone das cidades Satélite ao polo principal. Ou seja, observa-se uma adaptação profunda do modelo, usando a fórmula desenhada para o ordenamento do território, mas conferindo-lhe uma nova funcionalidade, em especial na relação entre cada uma das partes.

Há, no entanto, que sublinhar que, no caso da Cidade Satélite nº 3, Vasco Vieira da Costa propunha equipa-la com todas as infraestruturas necessárias para que se tornasse num polo independente. Esta abordagem afastava esta proposta da ideia de cidade dormitório que De Gröer e Moreira da Silva tinham para as cidades satélites, e aproximava-a da proposta de Cidade Satélite inglesa, que defendia que, embora ligadas à cidade principal, estas deveriam ser autónomas e autossuficientes. A única razão que é apresentada para a cidade satélite de Vieira da Costa não ser totalmente independente, é por uma questão colonial de que os habitantes desta continuariam a ter de servir a população branca da cidade principal.

Esta proposta de Vasco Vieira da Costa também se distingue das restantes duas porque, ao contrário da proposta de 1941-1943 e da proposta de 1949 que foram a resposta a pedidos oficiais do estado português, esta foi desenvolvida no âmbito de um trabalho académico. Isto diferenciava em muito das exigências que foram pedidas para as duas propostas oficiais, da exigência que o trabalho que Vieira da Costa desenvolveu.

No caso do plano de 1949-1952, de João António Aguiar, embora seja aquele a que menos informação consegui aceder, através da análise da planta e da comparação com o plano de Étienne de Gröer e David Moreira da Silva, foi possível definir algumas semelhanças e diferenças entre estes dois planos. Este exercício de comparação, no entanto, não foi possível com o trabalho de Vasco Vieira da Costa porque, como já referi, tratam-se de planos para zonas diferentes, com escalas igualmente diferentes, o de Vieira da Costa aborda uma área mais pequena, cingindo-se à proposta para uma cidade satélite, e no de João António Aguiar trata-se de uma escala urbana mais alargada, incluindo o núcleo urbano central.

Como já foi mencionado, este plano baseava-se no plano de 1941-1943, sendo que o autor acaba por aproveitar vários elementos do primeiro. A utilização do *zoning* como ferramenta de ordenamento, já utilizada no projeto de De Gröer e Moreira da Silva, é um exemplo de estratégia que João António Aguiar também utiliza na elaboração do seu

plano. Na planta do plano de 1949, é possível distinguir também as unidades morfológicas das áreas residenciais, tal como acontece na primeira proposta analisada, observando-se também uma semelhança nos eixos principais da cidade em ambos os planos que, sendo estruturais, se mantiveram inalterados.

A localização do porto, como foi mencionado no capítulo referente ao plano de João Aguiar, situa-se no mesmo local daquele que é proposto por De Gröer e Moreira da Silva, desenvolvendo-se também através de um aterro criado, variando apenas no facto de este último apresentar três pontões, ao passo que o plano de Urbanização da cidade de Luanda apresenta quatro. Esta reconfiguração do projeto denuncia também que, entre o início e o fim da década de 40, anos a que, respetivamente, pertencem os planos, não terá havido grande desenvolvimento da área portuária.

No que é referente à marginal é possível observar-se também uma tentativa de regularização desta área da cidade, através do desenho dos passeios e da frente dos edifícios. Os quarteirões por estes criados, assemelham-se aos propostos pelos autores do plano de 1941-1943, demonstrando a vontade que se estendia aos planos requisitados pelo Estado Novo de nova imagem das cidades, designadamente ao nível da sua expressão ribeirinha.

Mesmo sem ter tido acesso a informação suficiente para permitir um estudo mais aprofundado deste último plano, pelo facto de ter sido realizado por um dos mais experientes arquitetos do Gabinete de Urbanização Colonial à época, leva-me a crer que se trata daquele que mais fielmente responderia às exigências do regime do Estado Novo.

Os três planos apresentados nesta dissertação, em especial os planos de Étienne de Gröer e David Moreira da Silva e o de João António Aguiar, foram realizados tendo muito mais liberdade urbanística do que aquela que seria possível obter em Portugal Metropolitano. Por se tratarem de planos para uma cidade colonial, onde as restrições ao desenho urbano eram muito menores, desde logo pelo menor desenvolvimento urbano que apresentaria à época a cidade. Isto não significava que não se observe um respeito pelo pré-existente do espaço urbano em intervenção, apenas que havia muito mais espaço de trabalho e de experimentação por se estarem a construir cidades quase do zero.

Desde o início da realização deste trabalho foi possível observar uma clara divisão dos planos em duas categorias, como já foi referido anteriormente. Em primeiro, os planos realizados por encomenda de Gabinetes do Estado Novo, onde se insere o Plano de Urbanização para Luanda, que se realiza entre os anos de 1941 a 1943, e o Plano Urbano para a Cidade de Luanda, de 1949.

Na segunda categoria encontra-se o trabalho *Luanda – Cidade Satélite nº3*, de 1948, que se trata de um trabalho de carácter académico. Esta distinção faz com que este último perca a viabilidade de execução por, em primeiro, não se tratar de um projeto oficial aos olhos do Estado. Em segundo, por ter sido desenvolvido no âmbito académico, não

ter as mesmas restrições que foram apresentadas aos planos feitos por pedido oficial, apresentando muito mais liberdade do que aquela que lhe seria permitida como encomenda real, apesar de na prática se verificar que mesmo os planos encomendados pelo Estado Novonão entraram em vigor.

Assim, avaliação da viabilidade dos planos restringe-se às propostas de 1941-1943 e de 1949-1952, por serem as únicas do conjunto das possibilidades estudadas que responderiam de forma mais direta aos requisitos feitos pelo regime do Estado Novo. A razão primeira para a não realização destes dois planos coincide em ambos os casos e prende-se com o facto de não existirem, à data das duas propostas, nem verbas disponíveis por parte da Câmara de Luanda, financiador principal e cliente dos planos, nem técnicos especializados que pudessem garantir a sua boa realização.

Também no primeiro plano, o de De Gröer e Moreira da Silva, como foi referido no capítulo correspondente a este tema, foram observados certos traços do plano que mereciam uma reformulação. Nomeadamente, o melhoramento da circulação no centro da cidade, os ajustes que se previam ser necessários devido ao aumento populacional que se observava, obrigando a um planeamento para novas zonas de expansão da cidade, alargando o perímetro urbano. Estas reformulações foram efetuadas em planos de realização posterior, como é o caso do plano de João António Aguiar.

Embora as questões supracitadas tenham sido as razões apresentadas para a não concretização destes projetos, é possível que os planos, caso houvesse possibilidade para tal, fossem boas soluções para aquilo que era pedido pelo Estado Novo, podendo ter sido respostas viáveis ao que era pedido. Seguindo ainda esta linha de pensamento, podemos afirmar que o plano de João António Aguiar, por se revelar como uma melhoria, em parte, do plano de Étienne de Gröer e David Moreira da Silva, representaria uma opção mais viável, de entre as duas propostas, para o que era pedido.

Esta viabilidade, no entanto, considero que está dependente da linha temporal em que as propostas aconteceram. Estes planos estão diretamente ligados a um regime totalitarista que governava os territórios coloniais de forma opressiva. A sua execução iria limitar o desenho da cidade de Luanda a um traçado Europeu, o que obrigaria a que, tendo terminado o domínio do Regime do Estado Novo, Luanda se visse obrigada a criar uma imagem própria que respeitasse o que a cidade e cultura locais exigiam.

Isto foi algo que se veio a verificar, devido ao controlo que existiu sobre a comunidade de Luanda que apenas permitia o desenvolvimento de projetos que respeitassem as vontades do poder colonial, e a imagem que Portugal queria imprimir neste território. Isto resultou numa falta de identidade que, como Walter Rossa refere no artigo *Luanda and Maputo: Accounts of the two Capitals in Urban Heritage Discourse*: “(...)Ultimately they needed to create, erect, and develop a newsymbolism of autochthonous roots, different from those of

the colonial power. In other words, a new utopia was required.”²⁵³

O Plano de Urbanização de Luanda, de Étienne de Gröer e David Moreira da Silva, o primeiro plano em análise nesta dissertação, destaca-se por ter sido o primeiro plano realizado para a colónia de Luanda a pedido do Estado Novo, e revela ter um peso acrescido para o panorama urbanístico nacional. O facto de ser da autoria do responsável por introduzir em Portugal o modelo da Cidade-Jardim, acaba por se tornar um precedente para os planos que se seguiram, sendo que se vêem influências diretas deste nos outros dois planos explorados.

Esta marca no desenho do território continua a observar-se até aos dias de hoje, sendo que na cidade de Luanda atualmente, ainda é possível distinguir eixos definidos como sendo principais já desde a proposta de 1941-1943, bem como no traçado que ainda hoje define a Marginal, imagem de marca da cidade. Podemos então afirmar que os planos, mesmo não tendo entrado em vigor à data da sua elaboração, permaneceram, ainda assim, na memória dos técnicos que trabalharam para esta cidade posteriormente, provando que o exercício do desenho urbano é contínuo, mesmo que sofra adaptações que respeitem os tempos em que são realizados.

No decorrer desta dissertação, e através do estudo e das análises realizadas, foi possível aperceber-me da marca que o poder político tem no modo de fazer a arquitetura, e como esta consegue espelhar a vontade de um regime. A forma como o regime do Estado Novo se apropriou de ferramentas do campo da sociologia, o Luso-tropicalismo, e, juntamente com o modelo urbano da Cidade-Jardim, conseguiu imprimir a sua visão de imagem portuguesa no território colonial de Angola, mostra a forma como o poder político tem impacto na sociedade, conseguindo impor essa força através do desenho de cidade, mas mostra também como a arquitetura e o urbanismo (pela mão dos seus técnicos) são instrumentos de poder fundamentais, com grande impacto no quotidiano das cidades e da vida dos seus habitantes.

253 Rossa, «Luanda and Maputo: Accounts of the two Capitals in Urban Heritage Discourse», pag. 113

Planos Urbanos de Étienne de Gröer e David Moreira da Silva em Portugal e nas Colónias portuguesas		
Data (início-conclusão)	Planos	Arquiteto-Urbanista
1927-1930	Plano de Urbanização do Rio de Janeiro	Étienne de Gröer (como colaborador do Arq. Donat-Alfred Agache)
1938-1948	Plano Geral de Urbanização e Esxpansão da Ciade de Lisboa	Étienne de Gröer
1940	Plano de Urbanização de Coimbra	Étienne de Gröer David Moreira da Silva
1940	Antplano de Urbanização de Moledo do Minho	David Moreira da Silva
1941	Anteplano de Urbanização de Águeda	David Moreira da Silva
1941-1943	Plano de Urbanização de Luanda	Étienne de Gröer David Moreira da Silva
1941	Anteprojecto de Remodelação da zona marginal do Funchal	David Moreira da Silva
1942	Anteplano de Urbanização de Paredes	David Moreira da Silva
1942	Anteplano de Urbanização de Monte Real	David Moreira da Silva
1943	Anteplano de Urbanização da Vila de Matosinhos	David Moreira da Silva
1943	Anteplano de Urbanização da Vila de Gabela	David Moreira da Silva
1943	Anteprojecto de Urbanização da Construção Av. do Infante, Funchal	David Moreira da Silva
1944	Anteprojecto de Urbanização das Termas do Gerês	David Moreira da Silva
1944	Anteprojecto de Urbanização do Largo da Camacha - Madeira	David Moreira da Silva
1944	Anteplano de Urbanização da Cidade de Aveiro	David Moreira da Silva
1944	Anteprojecto do Parque da Cidade do Funchal	David Moreira da Silva
1944	Anteplano de Urbanização da Vila de Amares	David Moreira da Silva
1944	Urbanização da Vila de Paredes	David Moreira da Silva
1944	Plano de Urbanização de Braga	Étienne de Gröer
1944-1946	Plano de Urbanização da Costa do Sol	Étienne de Gröer
1945	Anteplano de Urbanização da Vila de Valongo	David Moreira da Silva
1945	Anteplano de Urbanização de Águeda	David Moreira da Silva

1945	Anteplano de Urbanização de Aveiro	David Moreira da Silva
1945	Anteplano de Urbanização da Cidade de Chaves	David Moreira da Silva
1945	Anteplano de Urbanização da Cidade de Barcelos	David Moreira da Silva
1945	Anteplano de Urbanização da Cidade de Elvas	David Moreira da Silva
1946	Anteplano de Urbanização da Vila de Valongo	David Moreira da Silva
1946	Anteplano de Urbanização de Aveiro	David Moreira da Silva
1946	Braga	Étienne de Gröer
1946-1953	Plano de Urbanização do Agrupamento Costa da Caparica, Trafaria, Cova do Vapor, Almada	Étienne de Gröer
1947	Anteprojecto de Urbanização do Santuário da Nossa Senhora da Conceição do Sameiro (Braga)	David Moreira da Silva
1947	Anteplano de Urbanização de S. Jacinto	David Moreira da Silva
1947	Anteplano de Urbanização de Aveiro	David Moreira da Silva
1947	Évora	Étienne de Gröer
1947	Plano de Urbanização de Beja	Étienne de Gröer
1947	Plano de Urbanização de Abrantes	Étienne de Gröer
1948	Plano de Urbanização da Chamusca	Étienne de Gröer
1948	Anteplano de Urbanização de Aveiro	David Moreira da Silva
1948	Plano de Urbanização da Figueira da Foz	Étienne de Gröer
1948	Plano de Urbanização de Pombal	Étienne de Gröer
1948	Plano de Remodelação da Baixa Pombalina	Étienne de Gröer
1948	“Luanda - a Cidade Satélite nº 3”	Vasco Vieira da Costa
1949	Anteplano de Urbanização da Cidade de Elvas	David Moreira da Silva
1949	Anteplano de Urbanização da Cidade de Guimarães	David Moreira da Silva
1949	Plano de Urbanização de Sintra	Étienne de Gröer
1949	Plano Urbano para a cidade de Luanda	João António Aguiar
1950	Anteplano de Urbanização de Vizela	David Moreira da Silva
1951	Anteplano de Urbanização da Avenida projetada entre os Largos do Município e de José Novais (Barcelos)	David Moreira da Silva
1951	Anteplano de Urbanização de Chaves	David Moreira da Silva
1953	Guimarães	David Moreira da Silva

1954	Anteplano de Urbanização de Caldas de Taipas	David Moreira da Silva
1955	Plano de Urbanização de Moscavida - Vila Franca de Xira	Étienne de Gröer
1955	Anteplano de Urbanização de Amares	David Moreira da Silva
1955	Anteplano de Urbanização de S. Jacinto	David Moreira da Silva
1955	Anteplano de Urbanização de Valongo	David Moreira da Silva
1956	Anteplano de Urbanização de Cacia-Sarrazola	David Moreira da Silva
1957	Anteplano de Urbanização de Guimarães (aditamento)	David Moreira da Silva
1959	Anteplano de Urbanização de Vizale (esboceto)	David Moreira da Silva
1959	Anteplano de Urbanização de Aveiro (aditamento)	David Moreira da Silva
1960	Anteprojecto de Urbanização do centro de Aveiro	David Moreira da Silva
1962	Anteprojecto Paços do Concelho - Valongo	David Moreira da Silva
1963	Esboceto Geral de Urbanização de Barcelos	David Moreira da Silva

Fonte: Marat-Mendes e Sampaio, «The Plano de Urbanização da Cidade de Luanda by Étienne de Gröer and David Moreira da Silva (1941-1943)». pag. 60-62;

Cronologia de acontecimentos	
Data (início-conclusão)	Acontecimento
1822	Independência do Brasil
1850	Nascimento de Ebenezer Howard
1875	Nascimento de Donat-Alfred Agache
1882	Nascimento de Étienne de Gröer
1884-1885	Conferência de Berlim
1886	Apresentação do <i>Mapa Cor de Rosa</i> à Comunidade Internacional
1898	Primeira publicação do livro <i>To-Morrow</i> de Ebenezer Howard
1899	Constituição da <i>Garden City Association</i>
1903	Constituição da <i>Association des Cités Jardin</i>
1903	Construção da Cidade-Jardim de Letchworth
1906	Nascimento de João António Aguiar
1907	Projeto para o suburbio jardim de Hampstead
1909	Nascimento de David Moreira da Silva
1911	Nascimento de Vasco Vieira da Costa
1914	Início da Primeira Guerra Mundial
1918	Fim da Primeira Guerra Mundial
1919	Projeto para a Cidade-Jardim de Welwyn
1927-1930	Plano para o Rio de Janeiro, Brasil, pelos arquitetos Donat-Alfred Agache e Étienne de Gröer
1932-1936	Primeiro mandato de Duarte Pacheco à frente do Ministério das Obras Públicas
1933	Publicação do livro de Gilberto Freyre <i>Casa grande & Senzala</i>
1933	Inicia-se o regime do Estado Novo em Portugal
1938-1940	Período do primeiro contrato que Étienne de Gröer tem com Portugal como arquiteto ao serviço do Ministério das Obras Públicas; período em que Étienne de Gröer elabora o <i>Plano Geral de Urbanização e Expansão da Cidade de Lisboa</i>
1938-1943	Segundo mandato de Duarte Pacheco à frente do Ministério das Obras Públicas
1939	Início da Segunda Guerra Mundial
1940	Publicação do livro de Gilberto Freyre <i>O mundo que o português criou</i>
1940	<i>Plano de Urbanização de Coimbra</i> por Étienne de Gröer e David Moreira da Silva
1940-1943	Viagem de David Moreira da Silva pelas colónias portuguesas em território africano
1941-1943	<i>Plano de Urbanização de Luanda</i> por Étienne de Gröere David Moreira da Silva - os trabalhos para este projeto iniciam-se em 24 de Outubro de 1941 e terminam em Maio de 1943

1944-1951	Criação do Gabinete de Urbanização Colonial (G.U.C.), Marcelo Caetano
1944-1951	João António Aguiar ocupa o cargo de subdiretor do G.U.C.
1945	Fim da Segunda Guerra Mundial
1945	Carta da Organização das Nações Unidas - princípio do processo de autodeterminação dos povos
1946	Renovação do contrato de Étienne de Gröer com o Ministério das Obras Públicas
1948	<i>“Luanda - a Cidade Satélite nº 3”</i> pelo arquiteto Vasco Vieira da Costa
1949	<i>Plano Urbano para a cidade de Luanda</i> pelo arquiteto João António Aguiar
1951	Conferência <i>Uma cultura moderna: a Luso Tropical</i> (apresentada em Goa)
1951-1957	G.U.C. passa para Gabinete de Urbanização Ultramarino (G.U.U.)
1952	Conferência Em torno de um novo conceito de tropicalismo (apresentada em Coimbra)
1957-1974	G.U.U. extingue-se e os seus poderes passam para a Direção de Obras Públicas e Comunicação
1974	25 de Abril - Revolução dos Cravos, queda do Estado Novo

BIBLIOGRAFIA

Afonso, Ângela Cláudia Alves Pedro. «“O que foi feito dos Planos Gerais de Urbanização?”- A Produção Urbanística do Atelier Moreira da Silva (1941-1963)». Dissertação de Mestrado Intefrado em Arquitectura, Universidade de Coimbra, 2017.

Alexandre, Luís Herlander Sebastião. «Luanda, da arquitetura vernácula ao séc. XXI». Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Departamento de Arquitectura, 2016.

Almeida, Fabiana Carina Resende Almeida. «Projecto de Reabilitação Urbana Cidade Uíge (Carmona) - Angola». Dissertação de Mestrado, Universidade da Beira Interior, 2013.

Beevers, Robert. *The Garden City Utopia: a critical biography of Ebenezer Howard*. 1a. The MacMillan Press LTD, 1988.

Castelo, Cláudia. «O luso-tropicalismo e o colonialismo português tardio | BUALA», 5 de Março de 2013. <https://www.buala.org/pt/a-ler/o-luso-tropicalismo-e-o-colonialismo-portugues-tardio>.

———. «Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre», Setembro de 2011.

Correia, Maria Alice Vaz de Almeida Mendes. «O “Património” do Movimento Moderno em Luanda (1950-1975)». Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitectura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, 2012.

Fernandes, José Manuel, e Maria Lúcia Bressan Pinheiro, eds. *Portugal Brasil África : urbanismo e arquitectura : do ecletismo ao modernismo*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2013.

Fernandes, Mário G., e Rui Mendes. «A apropriação tropical da Cidade-Jardim - o caso moçambicano». *Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento de Território- Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2013.

Fonte, Maria Manuela Afonso da. «O Fenómeno Urbano em Angola no século XX». Modernidad ignorada. Acedido 12 de Março de 2021.

———. «Urbanismo e Arquitectura em Angola: de Norton de Matos à Revolução». Doutoramento em Planeamento urbanístico, Universidade de Lisboa, 2006. DCST - Teses de Doutoramento / Ph. D. Thesis BFA - Teses de Doutoramento / Ph. D. Thesis (Lisboa).

Freyre, Gilberto, Fernando Henrique Cardoso, Edson Nery da Fonseca, e Gustavo Henrique Tuna. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51a edição, 10a reimpressão. Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil 1. São Paulo: Global Editora, 2006.

Galvão, Marina Titânia Oliveira. «Étienne De Gröer e o Plano de Almada», 2019.

Goodwin, Philip L. «Brazil Builds : Architecture New and Old, 1652-1942», sem data, 217.

Gouveia, Lucília. «Finisterra- Revista Portuguesa de Geografia - Luanda. Estudo de Geografia Urbana: Ílidio do Amaral», 1 de Agosto de 1970.

Gröer, Étienne de. «Introdução ao urbanismo». Em *Boletim da Direção Geral dos Serviços de Urbanização*, Vol. I. Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1945.

Lemos Martins, Moisés. «Lusofonia e Luso-tropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários». Universidade do Minho. Acedido 14 de Dezembro de 2020.

Lôbo, Margarida Sousa. *Planos de urbanização: a época de Duarte Pacheco*. 2a ed. Série 1 : Ensaio 5. Porto: FAUP Publicações, 1995.

Macedo, Isabel Pratas Sousa de, e Inês Gato de Pinho. «Da traça de Terzi ao Plano Aguiar: quatro séculos de estratégia urbana». Em *Atas do VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Braga, Portugal, 2015.

Marat-Mendes, Teresa, e Vitor Oliveira. «Urban planners in Portugal ein the middle of the twentieth century: Étienne de Groer and Antão Almeida Garret». Instituto Universitário de Lisboa ISCTE-IUL, DINÂMIA' CET-IUL. 2013.

Marat-Mendes, Teresa, e Mafalda Sampaio. «The Plano de Urbanização da Cidade de Luanda by Étienne de Groër and David Moreira da Silva (1941-1943)». Em *Urban Planning in Lusophone African Countries*, 57–79, 2015.

Mattoso, José, Mafalda Soares da Cunha, Aida Freudenthal, Ana Maria Lacerda, e Alice Caldeira Cabral Santiago Faria. *Portuguese heritage around the world : architecture and urbanism*. Editado por Maria Fernanda Matias, Filipe Temudo Barata, José Manuel Fernandes, Renata Araújo, e Walter Rossa. Traduzido por John Elliot, John Bradford Cherry, e Reginald Albert Brown. 4 vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

Milheiro, Ana Cristina Fernandes Vaz. «Africanidade e Arquitectura Colonial: A casa projectada pelo Gabinete de Urbanização Colonial (1944-1974)». *Cadernos de Estudos Africanos*, n. 25 (18 de Junho de 2013): 121–39.

———. «Africanidade na Arquitetura Colonial Portuguesa». Em *Nos Trópicos Sem Le Corbusier - Arquitectura Luso-fricana no Estado Novo*, 416–59. Relógio D'Água Editores, 2012.

———. «Espaços na Cidade - Africanidade na arquitectura colonial portuguesa». Em *Terceira Metade*, 2011.

———. «Fazer escola: a arquitectura pública do Gabinete de Urbanização Colonial para Luanda». 2011.

———. «Nos Trópicos sem Le Corbusier». Em *Nos Trópicos sem Le Corbusier - Arquitectura luso-africana no Estado Novo*, 460–75. Relógio d'Água Editores, 2012.

———. «O Gabinete de Urbanização Colonial e o traçado das cidades luso-africanas na última fase do período colonial português». *URBE - Revista Brasileira de Gestão Urbana* 4, n. 446 (2012): 215.

———. «Praças do Império no espaço colonial português e o Estado Novo. A regra e o modelo», 2014.

Milheiro, Ana Cristina Fernandes Vaz, e Liam Burke. *Arquitecturas coloniais africanas no fim do «Império Português»*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 2017.

Milheiro, Ana Cristina Fernandes Vaz, e Eduardo Costa Dias. «Arquitetura em Bissau

e os Gabinetes de Urbanização colonial (1944-1974)». Universidade São Judas Tadeu, Abril de 2009.

Milheiro, Ana Cristina Fernandes Vaz, Ângela Míngas, e Paola Bernstein Jacques. «Africanidade na Arquitetura Colonial Portuguesa», 2011.

Milheiro, Ana Cristina Fernandes Vaz, e José Luís Saldanha. *Luís Possolo : um arquitecto do gabinete de urbanização do ultramar*. Centro de Investigação em Arquitectura e Áreas Metropolitanas (CIAAM). Lisboa, 2012.

Moassab, Andréia. «Algumas linhas sobre a urbanização colonial em Angola». Buala, 15 de Fevereiro de 2013.

Parsons, Kermit Carlyle, e David Schuyler. *From Garden City to Green City- The Legacy of Ebenezer Howard*. 1ª edição. The Johns Hopkins University Press, 2002.

Pereira, Alexandrina, e Rui Pinto de Almeida. «O Estado Novo». O Estado Novo, 2011. <http://ensina.rtp.pt/artigo/o-estado-novo/>.

Pimenta, Fernando Tavares. «O Estado Novo português e a reforma do Estado colonial em Angola: o comportamento político das elites brancas (1961-1962)». *História (São Paulo)* 33, n. 2 (Dezembro de 2014): 250–72.

Pinho, Filipa. Características da emigração histórica para Angola e Moçambique. Entrevistada Cláudia Castelo, 26 de Abril de 2010.

Pinto, Paulo Sousa. «A Conferência de Berlim». A Conferência de Berlim. Acedido 23 de Janeiro de 2020. <http://ensina.rtp.pt/artigo/a-conferencia-de-berlim/>.

Pires, Maria do Carmo Marques. «O Atelier de Arquitetura/Urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins : Visibilidade da memória». Porto : [Edição do Autor], 2012.

Quarenta, Denise Isabel Capela. «Luanda: Estratégias de Regeneração Urbana através da criação de novos espaços públicos». Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa - Faculdade de Arquitetura, 2016.

República Portuguesa. «Conferência de Berlim». Portal Diplomático. Acedido 23 de Janeiro de 2020.

Rossa, Walter. «Lisboa 1758: The Baixa Plan Today, Exhibition Catalogue». 2008.

———. «Luanda and Maputo: Accounts of the two Capitals in Urban Heritage Discourse». *Journal of Lusophone Studies*, 1.1, 2016.

Rossa, Walter, Margarida Calafate Ribeiro, e Ana Maria Mauad, eds. *Patrimónios de influência portuguesa: modos de olhar*. Olhares. Coimbra : [Lisboa]: [Niterói]: Imprensa da Universidade de Coimbra ; Fundação Calouste Gulbenkian ; Editora da Universidade Federal Fluminense, 2015.

Saboya, Renato. «Ebenezer Howard e a Cidade-Jardim - Urbanidades - Urbanismo, Planejamento Urbano e Planos Diretores», 13 de Outubro de 2008.

Santiago Faria, José Manuel. «Étienne de Groer Urbaniste à la ville de Coimbra».

Université de Paris i Panthéon - Sorbonne, 2000.

Santos, Catarina Madeira. «Administrative knowledge in a colonial context: Angola in the eighteenth century». *The British Journal for the History of Science* 43, n. 4 (2010): 539–56.

Sarmiento, João, Ramiro Pimenta, e Ana Azevedo. *Geografias Pós-coloniais. Ensaio de Geografia Cultural*, 2007.

Silva, Carlos Nunes. *Urban Planning in Lusophone African Countries*. Routledge, 2016.

Sousa, José Pedro. «Lusotropicalismo e o mito da Portugalidade». Observador. 2020.

Tavares, Rui, e Clara Vale. *Urban and Architectural Reconfiguration In The Opening To Modernity - The Construction Of The City Of Oporto (Portugal) Between The Influence Of Beaux-Arts And The Modern Movement*, 2010.

«U. Porto - Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto: David Moreira da Silva». Acedido 3 de Dezembro de 2020.

«U. Porto - Antigos Estudantes Ilustres U.Porto: Vasco Vieira da Costa». Acedido 5 de Novembro de 2020.

«U. Porto - Biografia do Arquitecto David Moreira da Silva». Acedido 24 de Janeiro de 2020.

U. S. Navy. *Sailing directions for Southwest Coast of Africa - Cape Palmas to Cape of good Hope*. 5a. Defense Mapping Agency, Hydrographic Center, 1969.

UCCLA. «Luanda | UCCLA». Acedido 31 de Maio de 2021.

Viegas, Sílvia Leiria. «Luanda, Cidade (Im)previsível? - governação e transformação urbana e habitacional: paradigmas de intervenção e resistências do novo milénio». Doutoramento em Arquitectura, Universidade de Lisboa - Faculdade de Arquitectura, 2015.

Vieira da Costa, Vasco. «Luanda: Plano para a cidade satélite No3». Escola Superior de Belas Artes do Porto - Curso de Arquitectura, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Engenharia da Universidade de Angola, 1984.

Zúquete, José Pedro. «O fim do luso-tropicalismo?» PÚBLICO. 2020.

